



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 5/2023-----

-----3ª Sessão Ordinária de 2023 – 1ª Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 12 de junho de 2023 -----

-----Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário da Mesa. -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sónia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Maria de Lurdes Montêz Serralheiro Reis	Partido Socialista
Dário José Pereira dos Reis	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Pedro Filipe Martins da Purificação	CDU (PCP/PEV)
Daniela Marlene da Conceição Duarte	PAN

-----Não esteve presente, a seguinte deputada municipal: -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro	CHEGA

-----De acordo com o artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou pedido de justificação de falta, a senhora deputada municipal da bancada do Chega Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro, o qual se anexa a esta ata, dela fazendo parte, para a seguinte reunião: -----

3ª Sessão Ordinária de 2023	Data: 12 de junho de 2023
-----------------------------	---------------------------

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
BE	Marco Paulo Gonçalves Pereira	6 meses	20/04/2023 A 20/10/2023	Marilu Veiga Santana
CHEGA	Luís Filipe Alves Custódio	1 ano	02/06/2023 A 02/06/2024	Patrícia Alexandra Ferro
PSD	Carlos Eduardo Gouveia Martins	19 dias	12/06/2023 a 30/06/2023	Raquel Bernardino



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PSD	Américo da Conceição Mateus	1 dia	12/06/2023	Ricardo Jorge Viana
PS	Carlos Alberto Osório	1 dia	12/06/2023	Cristiano Malha Gregório
CDU	Maria de Lurdes Melo Nogueira	1 dia	12/06/2023	Joana Quintanova Sanches
CDU	Joana Quintanova Sanches	1 dia	12/06/2023	Pedro Martins Purificação
PS	Marina Sanches Esteves	1 dia	12/06/2023	José Luís Mateus Barbudo
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	12/06/2023	Alzira Maria Maças Calha
PS	Alzira Maria Maças Calha	1 dia	12/06/2023	João Pedro M. Rosa
PS	João Pedro M. Rosa	1 dia	12/06/2023	Paulo Jorge Riscado
PS	Paulo Jorge Riscado	1 dia	12/06/2023	Maria de Lurdes Reis
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	19 dias	12/06/2023 a 30/06/2023	António Alferes Pereira
PS	António Alferes Pereira	1 dia	12/06/2023	Dário José Pereira Reis

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa Dos Santos	Vereadora – Partido Socialista
Vasco da Glória Rosado Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Por parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: -----

José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
-----------------------------	-------------------------------

-----Quando eram vinte e uma horas e oito minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **3ª Sessão Ordinária de 2023**, cumprimentando todos os presentes.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Em seguida, começou por explicar que foi rececionada uma inscrição, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos.** -----

-----Assim, começou por conceder o uso da palavra, à única cidadã inscrita, **Ana Rita Lopes Rodrigues Baptista de Jesus**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Muito boa noite senhores deputados municipais, senhora Presidente da Câmara, senhores vereadores, público aqui presente e em especial os meus colegas profissionais de educação. Eu sou profissional de educação, sou a Ana Rita Baptista, não pertenco a este concelho, mas ao distrito e venho aqui pedir um esclarecimento diretamente à senhora Presidente e aos deputados relativamente ao que aconteceu no jogo Portimonense Arouca no dia 27 de maio. Como com certeza toda a gente aqui sabe, um conjunto de profissionais de educação com as suas famílias, deslocaram-se no dia 27 de maio a Portimão para assistir ao jogo Portimonense Arouca, para homenagear o treinador Paulo Sérgio, que tinha prestado o seu apoio e defendido a escola. Essa ação que foi feita como eu disse por profissionais de educação, professores, assistentes técnicos, assistentes técnicos superiores, assistentes operacionais que vieram com as suas famílias assistir pacificamente a um jogo de futebol, de forma a homenagear o treinador e poder-lhe oferecer aquilo que tinham planeado. Devo dizer que esta ação foi planeada com o Portimonense atempadamente, todas as pessoas e eu diretamente, fomos avisados que não poderíamos levar faixas, não poderíamos levar apitos, bombos e tudo aquilo que estão habituados a ver-nos. Podíamos, sim, levar as t-shirts, esta, que me parece que não é insultuosa para ninguém. Além destas, tínhamos outras que diziam respeito, outras que diziam “esta é a luta mais importante, esta é a aula mais importante da minha vida” e por aí fora. -----

----- Fomos abordados pelas forças de segurança que sei que só estavam a cumprir o seu dever por ordens, e é isso que eu quero clarificar aqui, fomos impedidos de entrar, porque estávamos com estas t-shirts. -----

----- Tentámos explicar ordeiramente que tinha sido previamente combinado com o Portimonense, o promotor e que tínhamos esta autorização. Eu inclusive ouvi o promotor ou alguém ligado a ele ligar para um dos PSP que estava à minha frente e que disse, “sim, essas pessoas podem entrar”. Do outro lado, outro PSP recebeu outra chamada a dizer, “não, essas pessoas não podem entrar”, e gerou-se ali muita confusão, porque ninguém lhes sabia explicar porque é que nós não podíamos entrar, tínhamos bilhetes como qualquer outra pessoa, estávamos ali com filhos, eu levei a minha filha e não pudemos entrar e não fomos bem tratados. -----

----- Depois, virei a camisola ao contrário eu e algumas colegas minhas que não sei se alguém aqui possa exemplificar e a senhora subcomissária que, entretanto chegou, disse que não podíamos entrar e mesmo os PSP que lá estavam com as t-shirts viradas ao contrário e não se via nada. -----

----- Para entrar fiz um acordo, que era identificarem-me e se me portasse mal seria expulsa e provavelmente notificada. Nós entrámos e nem tivemos dois minutos no estádio, porque segundo o que me constou, nós iríamos sair de qualquer maneira e saímos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Eu tive esta informação quando saí que a ordem que as forças de segurança tinham vinha da Câmara, o que como podem constar deixou-nos chocados, e o que eu venho aqui questionar é, se é verdade, se foi a Câmara que deu ordem para que os profissionais de educação não pudessem assistir ao jogo, se sim, se não e se não quem foi. Muito obrigada». -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeceu a intervenção. Uma vez que fez uma intervenção direta, portanto à Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Assembleia Municipal sabe o mesmo que foi dito pela comunicação social e, portanto, e penso que os deputados saberão ou de forma direta, ou indireta. Aquilo que lhe posso dizer e aquilo que é a norma do funcionamento da Assembleia Municipal enquanto órgão deliberativo e órgão de fiscalização, aquilo que nós fazemos, porque é o órgão de fiscalização da atividade da Câmara Municipal, quando são situações da competência da Câmara, o público faz a intervenção, nós registamos, fica tudo registado e é encaminhado para a senhora Presidente da Câmara Municipal que depois encaminhará para os serviços devidos que darão a resposta devida. -----

----- O que eu posso dizer relativamente à matéria que acabou de referir, obviamente não é matéria da competência da Câmara Municipal de Portimão, mas está aqui a senhora Presidente, depois se quiser intervir e se assim o entender poderá fazê-lo. Agora, nós sabemos que a polícia, as forças de segurança dependem do Ministério da Administração Interna e, portanto, têm uma tutela que não é a tutela do município, o município não tem tutela sobre as forças de segurança e, portanto, isso é do estado de direita e também sabemos que dentro de um jogo de futebol há uma organização que tem os seus regulamentos e que tem os seus regimentos e nomeadamente a tutela da Federação e da Liga Portuguesa de Futebol e, portanto, serão entidades que eventualmente, a única coisa que é municipal é o estádio, todos nós sabemos que o estádio é municipal e que o estádio sendo municipal está a exploração do estado entregue a uma entidade também ela conhecida que é o Portimonense, que é uma associação de utilidade pública reconhecida e, portanto, se houver alguma situação a analisar e a averiguar... obviamente a sua intervenção ficou registada e vemos com alguma preocupação as palavras que nos foram transmitidas, mas não terá a não ser que a senhora Presidente o entenda por ter algum conhecimento que nós não temos, que o entenda, essa situação será tramitada e se houver conhecimento no município de qualquer situação, será dada. Agora, não nos compete a nós, nós não temos a tutela sobre a polícia de segurança pública e se mesmo que em hipótese fosse dada essa ordem, é uma ordem ilegítima, porque o município não pode dar ordens à PSP, isso é do conhecimento público também e, portanto, eu não posso dar ordens a determinadas entidades, não posso dar ordens à senhora comissária ou ao senhor subcomissário e, portanto... agora, obviamente é do nosso interesse em termos de cidadania termos conhecimento de todas as situações que se passam ao nível do município e se o município tiver alguma informação que possa aditar, ser-lhe-á transmitida. Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vai responder à senhora, mas responder-lhe-á no âmbito da moção que está ali. Muito obrigada. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, há um esclarecimento, há uma moção também e, portanto, essa questão será discutida hoje. Obrigada. Em seguida, informou que iriam entrar no período antes da Ordem do Dia, que são as moções. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só para deixar aqui uma referência. Eu estranho muito esta postura da senhora Presidente de Câmara. Não, não, desculpe vai-me deixar fazer esta observação à mesa, senhora Presidente é uma observação sobre a condução dos trabalhos, e é uma interpelação à mesa sobre a condução dos trabalhos. Eu estranho muito senhora Presidente que a senhora Presidente da Assembleia perante uma intervenção de uma cidadã no período do público que interpela diretamente o executivo sobre uma questão, que enfim, que é uma questão que toda a gente aqui penso eu terá interesse em ver esclarecida, a cidadã presumo eu que não sabe quais são as moções que vêm aqui hoje a discussão e fica dependente da discussão de uma moção para ver respondida a questão que colocou, e eu estranho que a senhora Presidente da Assembleia permita que o executivo desta forma tão clara falte ao respeito a uma cidadã que veio fazer aqui uma intervenção. Isto é faltar ao respeito! É faltar ao respeito, senhora Presidente, é uma falta de respeito por uma pessoa que veio aqui fazer isto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado por amor de deus, ó senhor deputado por amor de deus! Ó senhor deputado é sobre a condução da ordem dos trabalhos, a intervenção está feita. Desculpe lá, eu tive o cuidado de explicar, porque também a mesa e enquanto Presidente da Assembleia, tenho a obrigação de pedagogicamente explicar aos cidadãos a situação. O que há, a senhora Presidente pediu a palavra e entendeu dizer que iria fazer a sua intervenção no âmbito da moção que não sei até qual foi o partido que a apresentou, isso não é relevante neste momento, que será discutida aqui sobre o mesmo tema e, portanto, eu clarifiquei à senhora que a tinha acabado de dizer, que tinha acabado de intervir, peço desculpa de que essa questão iria ser discutida no âmbito desta Assembleia, mas se não existisse a moção, haveria uma resposta da parte do executivo, ou publicamente neste momento, ou mais tarde por escrito, e foi isso que foi dito, acho que foi claro, ninguém faltou ao respeito a ninguém, acho eu. Portanto, vamos iniciar a discussão das moções. -----

-----Em seguida, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das **Moções/Propostas de Recomendação** apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às **Moções/Propostas de Recomendação**, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, à **Moção – Em defesa do Serviço Nacional de Saúde (subscrita pela Bancada da CDU(PCP/PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: « O encerramento do Serviço de Pediatria e da Maternidade do Hospital de Portimão, não pode continuar.-----
Já por mais do que uma vez a urgência pediátrica do Hospital de Portimão esteve temporariamente encerrada.-----

Sucedeu que no Dia da Criança – 1 de junho foi tornado público o encerramento do serviço de Pediatria e da maternidade do Hospital de Portimão devido ao facto de não haver pediatras, a partir das 9h. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Temos acompanhado com grande preocupação todo um caminho feito, desde há muitos anos, que visa o encerramento de serviços e unidades do Hospital de Portimão no que respeita a cuidados de pediatria, assistência a grávidas, a partos, no acompanhamento de mães, bebés e crianças.-----

Para a CDU o que está em causa é um rumo de destruição e desmantelamento de serviços públicos de saúde no Algarve em geral e no Barlavento Algarvio em particular. É intolerável que fique toda uma zona da região sem esses cuidados e serviços, restando a solução do Hospital de Faro, com distâncias que chegam a ser superiores a mais de 100 quilómetros e 2 horas de tempo de viagem. Trata-se de um inaceitável retrocesso no acesso aos cuidados de saúde maternos, de crianças e das suas famílias. -----

O governo do PS, escudado na Direção Executiva do SNS e nas suas decisões baseadas em “estudos e planos operativos”, tem seguido uma política de favorecimento dos grupos privados que fazem da doença o seu negócio e do bolso dos algarvios o seu rendimento seguro.-----

O Governo continua a protelar a aprovação dos orçamentos e planos de atividades da grande parte dos hospitais e centros hospitalares, sujeitos a veto de gaveta do Ministério das Finanças, uma verdadeira cativação orçamental, agravando a já escassa autonomia e impedindo a concretização de medidas de gestão que necessitam desses instrumentos. -----

O Governo continua assim a sua política de limitação da capacidade do SNS, para transferir ainda mais recursos públicos para o sector privado. Continua a não valorizar os profissionais de saúde, prossegue na política de encerramento e concentração de serviços, mantém uma política de desinvestimento, bem patente no facto de, dos 914 milhões de euros inscritos no Orçamento do Estado, só ter executado no primeiro trimestre do ano 67 milhões de euros (cerca de 7%). Trata-se de uma política que converge com as orientações do PSD e dos partidos da direita em geral e corresponde objetivamente à estratégia em curso para uma crescente privatização dos cuidados de saúde e aos interesses dos grupos económicos que intervêm neste sector e vêem na doença uma fonte de negócio.-----

A degradação do Serviço Nacional de Saúde e a falta de recursos humanos no Hospital de Portimão, particularmente nos serviços de urgência de pediatria, obstetrícia e ginecologia têm sido por nós frequentemente denunciadas ao longo de anos e já podiam estar solucionados se assim houvesse vontade política para tal.-----

Reafirmamos a necessidade de inverter esta política de destruição do SNS, apostando na valorização dos seus profissionais, no aumento do investimento e numa maior autonomia das unidades do SNS, única forma de garantir o direito à saúde das populações.-----

Como o PCP tem denunciado a opção pela não valorização dos profissionais de saúde está a retirar atratividade ao SNS com prejuízo para o acesso de todos ao direito à saúde como a Constituição consagra.-- Só um Serviço Nacional de Saúde universal, público e gratuito garante o direito de todos à saúde. O direito à saúde, ainda mais quando se fala de crianças, não pode existir apenas para os que têm condições económicas para tal. -----

Assim o eleito da CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, propõe que Assembleia



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Municipal de Portimão, reunida em 12 de junho de 2023 deliberou: -----

1 - Afirmar a exigência do cumprimento e efetivação do Direito à Saúde, nos termos previstos na Constituição;-----

2 - Afirmar o seu compromisso em Defesa do Serviço Nacional de Saúde;-----

3 - Exigir ao Governo que tome as medidas urgentes e necessárias, para garantir a fixação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, no SNS, combatendo o assalto que os Hospitais Clínicas privadas estão a fazer a estes profissionais;-----

4 - Exigir ao Governo o aumento do investimento e uma maior autonomia das unidades do SNS, baseado num modelo de gestão pública e democrática, única forma de garantir o direito à saúde das populações;-----

5 - Saudar a luta dos profissionais de saúde nos últimos meses, em defesa dos seus direitos e do próprio Serviço Nacional de Saúde;-----

6 - Dar conhecimento desta deliberação, ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos órgãos de comunicação social e publicar na página eletrónica da Assembleia Municipal de Portimão.-----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU (PCP/PEV) **Pedro Filipe Martins da Purificação**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Serviço Nacional de Saúde é o garante da saúde dos portugueses. O Serviço Nacional de Saúde já foi palco, ou seja, o Serviço Nacional de Saúde continua a ser delapidado num processo que não vem do governo PS, de maneira nenhuma, até posso dar um exemplo de que há uns anos atrás nós aumentámos, portanto ou diminuámos os portugueses sem médico de família, portanto agora começamos novamente a ter um grande ataque ao Serviço Nacional de Saúde. -----

----- Como membro da comissão de utentes e como eleito da CDU nesta Assembleia, venho afirmar que o governo do PS deve, esta Assembleia deve fazer com que se afirme o cumprimento e efetivo direito à saúde dos portugueses, afirmar o compromisso de defesa do Serviço Nacional de Saúde, saber que são necessárias medidas urgentes que garantam a fixação de médicos no Serviço Nacional de Saúde, saber também que a saúde privada é um negócio da doença, não efetiva exatamente o direito à saúde e é isso que esta moção plasma. Obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que em relação a esta moção, o Partido Social Democrata irá votar contra, não no contexto total, porque é uma verdade que aqui se diz parcialmente, mas porque o Partido Comunista mais uma vez, vem dizer que a política do governo neste momento converge com as orientações do Partido Social Democrata. -----

----- Relembro de que o Partido Comunista ou CDU na altura, convergiu durante quatro anos com o governo do Partido Socialista e nada fez, porque esta situação não é de agora, não é de agora senhor deputado. O senhor enquanto Partido Comunista defendendo as suas causas, deveria na altura de defender as suas causas junto do seu companheiro do governo, porque o senhor esteve lá, o seu partido e, portanto, por esta questão, porque não percebo porque é que o Partido Social Democrata, ou que o Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



converge com as orientações do PSD. Não percebo porquê, se o senhor me puder explicar eu até agradecia. Obrigada, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que realmente não percebeu esta frase, «o ataque à saúde não vem do governo do PS». Sim, vem do governo do PS e começou com o governo do PSD, vamos ser honestos nesta matéria. Portanto, aqui que culpa tem o PSD, portanto o PSD começou com algumas medidas e eu digo que estive presente até em algumas reuniões com o senhor administrador, o Pedro Nunes, no qual até lhe disse que apesar de ser oftalmologista tinha muito pouca visão, quando esteve aqui no Algarve. O ataque à saúde vem do governo do PSD e vem do governo do PSD por imposição da troika, porque a troika entrou em Portugal pelo desnorte do governo do PS, que foi o Sócrates, o senhor Sócrates. Não vale a pena estarmos aqui com paninhos quentes, porque não vale a pena, porque realmente todos os senhores que estiveram no governo tiveram culpa, mais, mais, as maiores cativações que se viram na saúde e hoje o governo do PS tem a morte às suas costas, tem a morte às suas costas no sistema nacional de saúde, pelas cativações exageradas que fizeram a nível da saúde. Nós temos dinheiro para a TAP, temos dinheiro para tudo, menos para o básico deste país, as estruturas fundamentais e os alicerces fundamentais neste país que é a saúde, educação, justiça. Portanto, não me venham dizer que não tiveram culpa, porque tiveram culpa, todos tiveram culpa e mais culpa teve seguir o governo do PS composto pelo PCP e pelo BE. Não venham dizer que é só culpa de um governo, não venham dizer... Não há solidariedade, pois não, como sou deputada Independente não há solidariedade, inclusivamente uma providência cautelar que ficou na gaveta não proveniente de uma ação popular e que ficou na gaveta e que deu razão à ação popular intentada pela senhora Presidente Isilda, o senhor Castelão, todos aqueles que iriam concorrer, apresentar às próximas eleições. Porque é que essa providência cautelar ficou dentro da gaveta e os partidos todos da oposição sabem criticar, mas nenhum teve coragem de executar uma providência cautelar proveniente de uma ação popular. Todos nós, quantos juristas, quantos juristas estavam na Assembleia ou na sessão de Câmara que tiveram conhecimento dessa providência cautelar? Não sabem que o não cumprimento da providência cautelar dá direito a um crime de desobediência? Querem-me calar, a oposição quer-me calar nisto? Não sejam hipócritas! Isto em Portimão, Portimão está como está graças a vocês, graças ao PS e graças à oposição. -----

----- Ó senhora Presidente, eu compreendo perfeitamente uma alteração ao regulamento para eu poder ter mais tempo, já vai em três anos. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, nós não podemos deixar de intervir para defender a honra do Partido Social Democrata que foi aqui atacado nesta intervenção da deputada Independente. É assim, eu tive o cuidado de ver as estatísticas e o que as estatísticas mostram sobre a saúde no Algarve, é que em 2014, por exemplo, foram realizadas trezentas e três mil cento e setenta e cinco consultas médicas no tempo da troika que é tanto atacado, não é? Depois em 2019, que é para não dizerem que eu fui buscar o tempo de Covid, o número de consultas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



realizadas pelo centro hospitalar do Algarve, foi de trezentas e duas mil. Pasmem-se, mantém-se igual, mas vamos ver também o número de cirurgias. O número de cirurgias praticadas no CHUA em 2014, foram vinte e quatro mil e cem, mas em 2019 foram só vinte e uma mil. Percebem? Apesar disso, o CHUA, o seu orçamento da despesa subiu de duzentos milhões para duzentos e quarenta milhões praticamente durante este tempo. Portanto, antes de virem acusar o PSD e o governo de Pedro Passos Coelho pelo que quer que seja, vejam primeiro aquilo que vocês fizeram. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que eles ao lerem esta moção da CDU, ficaram sinceramente sem perceber o que é que pretendem com esta moção e nomeadamente então depois de ouvir, enfim, a sua defesa, ainda mais confusos ficaram. E a questão passa exatamente por aqui, esta moção fala da defesa do Serviço Nacional de Saúde, e eu pergunto-vos, mas qual Serviço Nacional de Saúde, onde é que ele está? Além de não sabermos onde é que ele está, se vêm defender este Serviço Nacional de Saúde, se vêm defender outro Serviço Nacional de Saúde, ou se vêm defender o enterro deste Serviço Nacional de Saúde, porque isto é uma questão com certeza importante para os dias de hoje. Aliás, é que os senhores umas vezes estão de um lado, outras vezes estão do outro e vão alimentando a discórdia, mas obviamente os cidadãos também já perceberam a vossa luta sempre e esta obsessão entre o público e o privado, mas deixe-me que lhe diga o seguinte a si e aos senhores que o acompanham na bancada ao seu lado direito. Aconselho-o a ler um ensaio que saiu no mês de maio que é da fundação Francisco Manuel dos Santos e que aborda exatamente a saúde e os hospitais privados em Portugal, mas não fala só dos hospitais privados em Portugal e deixe-me lhe dar aqui três ou quatro dados que são essenciais. Temos todos a ilusão que o SNS paga os cuidados de saúde, mas a verdade é que os impostos não chegam para cobrir sessenta por cento do financiamento das despesas de saúde quando a média Europeia ronda os setenta e cinco por cento. Depois, digo-lhe mais, na OCDE os trinta e oito países em média que financiam exatamente essa mesma saúde, ronda os setenta e cinco por cento. Em Portugal, mesmo os cidadãos financiando o SNS através dos impostos, têm de compartilhar com cerca de quarenta por cento. Digo-lhe mais, sessenta e um por cento dos cuidados de saúde em Portugal está assegurado pelo setor privado. Portanto, fazer disto um demónio é continuar a enganar os portugueses, cada vez mais existem pessoas com dupla e tripla cobertura além do SNS. -----

----- Depois, deixe-me lhe dizer o seguinte. Essa questão da defesa do sistema nacional de saúde onde cada vez se coloca e se cava mais um buraco e se coloca mais dinheiro dentro e as pessoas não veem melhoria, esqueçam, esqueçam exatamente que temos o melhor sistema nacional de saúde do mundo como tantas vezes é apregoado. Aliás, Portugal foi o segundo pior país da União Europeia com a maior taxa de necessidade de saúde não satisfeita na pandemia. Pior do que nós só a Hungria e ainda vêm em defesa deste modelo do Serviço Nacional de Saúde. Desenganem-se, vejam recentemente o que é que o CEO agora da saúde disse, afinal os blocos de partos já não vão fechar, de repente não havia dinheiro, já há dinheiro.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Afinal, qual é o problema há dinheiro ou não há dinheiro, é um problema de gestão, ou de não gestão? não percebi. -----

----- Relembro-vos o que é que aconteceu com as parcerias público-privadas neste país. Em média as parcerias público-privadas de Vila Franca, Loures e Cascais pouparam setenta e oito vírgula oito milhões de euros, estes números são números do Ministério das Finanças, está lá, são acessíveis, estes valores correspondem a uma poupança de vinte e dois por cento face ao que as mesmas unidades gostariam se estivessem no setor público ou estatal a prestar exatamente os mesmos serviços. Portanto, não percebo o porquê da defesa deste modelo do Serviço Nacional de Saúde. Aliás, devia de se chamar sistema nacional de saúde e devia de ser muito mais integrado e ganhávamos todos com isto. Mas se não perceberam, deixe-me dizer o seguinte e nesse mesmo ensaio aborda o seguinte, o facto de empurrar-se os cidadãos para fora do Serviço Nacional de Saúde por deficiente qualidade e a sensibilidade do SNS, isto tem duas dimensões, sabe qual é que é? É que a primeira é que os custos para o SNS são poupados, as despesas públicas são reduzidas, mas há uma dimensão política que é muito importante e que não se fala dela, nomeadamente do governo, que é empurrando para fora do sistema público que as pessoas que pagam mais impostos. Portanto, pode-se assistir a um brutal aumento da progressividade do sistema público, em que as pessoas cada vez pagam mais impostos e não o utilizam, portanto quer do lado do financiar, quer do lado de não utilizar, estão a contribuir para um sistema que cada vez mais é vulnerável e está falido. Tenho dito. -----

Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que o PS tem a profunda convicção de que o Serviço Nacional de Saúde continua a constitui uma aparelhagem do estado absolutamente essencial à vida dos cidadãos, e há sempre uma questão que se lhe coloca, quando o PCP aborda, com o fervor que lhe é devido, a problemática do Serviço Nacional de Saúde. Afinal quem criou o Serviço Nacional de Saúde? O PCP promove naturalmente a suspeição de que a política governamental do PS enveredou pela privatização dos cuidados de saúde. -----

----- Questionamo-nos se o PCP necessita de inaugurar estas adversidades fictícias como certificado de vida. É que desta feita são absurdas as premissas de que o governo do PS escudado na direção executiva, promove o favorecimento dos privados. -----

----- Na verdade, trata-se de um juízo absolutamente falho, desprovido de consistência, quando a própria direção executiva foi absolutamente clara, nem outra coisa seria de esperar, pode exigir que ninguém iria fechar blocos de parto e que esse assunto estava absolutamente descartado. Portanto, parece que é um assunto de certa maneira fossilizado, porquanto o próprio diretor executivo do SNS não admite e descarta a possibilidade do fecho dos blocos de parto. Por isso não se compreende que o PCP procure fantasmagorizar o SNS com a sua mercantilização envolvendo obviamente o PS nesse propósito. -----

----- Agora, é verdade que todos nós temos consciência que não é lançando mais dinheiro do sistema sem preocupações de racionalização de gestão, enfim, que lhe devem naturalmente estar subjacentes, que se trata devidamente o SNS, porque caríssimos importa nestes momentos, sobretudo nestes momentos e em respeito por temas tão profundos e tão gratos a todos nós, que sejamos rigorosos. Há uma questão que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



assola boa parte da Europa e que são graves esses problemas e que tem a ver com os seus recursos humanos na área da saúde. Há um problema sério com o envelhecimento dos profissionais de saúde, há especialidades que estão a ser afetadas pelo envelhecimento, há problemas com o modelo organizacional em matéria de rigor na gestão, mas há sobretudo uma questão que não é indelével, é que os recursos humanos são uma questão essencial da saúde e afeta o público, o privado, o social e não é exclusivo de Portugal, como já observei. Portanto, é imperativo que o governo faça o que está a fazer, que é efetivamente preconizar a reorganização do Serviço Nacional de Saúde e, portanto, neste sentido cumpre-nos dizer que nós iremos votar em consciência contra uma moção do PCP que é absolutamente inconsistente, que enveredou realmente por uma posição de suspeição indevida. Muito obrigado, disse. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação a **Moção – Em defesa do Serviço Nacional de Saúde (subscrita pela Bancada da CDU(PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU CP/PEV)	PAN	DEPUTADA DEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	0	2	1	0	1	4
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	15	5	2	2	0	0	0	0	24

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A moção foi reprovada por maioria.** -----

-----**Faltou a Senhora Deputada da Bancada do Chega Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro.**-----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **moção – Reabertura imediata da Maternidade e dos serviços de Pediatria do Hospital de Portimão (subscrita pela bancada do BE)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Ao longo dos últimos dois anos o bloco de partos/maternidade de Portimão tem vindo a encerrar, de forma intermitente, por diversos períodos, por faltas de pediatras, De acordo com o Conselho de Administração de Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), que integra os Hospitais de Faro, Portimão e Lagos, a carência de médicos pediatras conduziu a uma reorganização dos serviços articulada entre as unidades hospitalares de Faro e de Portimão, "de forma a garantir os melhores cuidados de saúde à população". ----- Passou-se exatamente o contrário, pois a dita reorganização dos serviços traduziu-se, recentemente, numa informação por parte do CHUA de que, por falta de pediatras, deixou a partir de 1 de junho de ser dado apoio ao Bloco de Partos/Serviço de Urgência/Internamento Pediátrico e Berçário no Hospital de Portimão, levando a que bebés e crianças sejam transferidas para o Hospital de Faro. Pelos vistos, é um dos resultados do trabalho da Direção Executiva do ANS, através da qual se esconde o governo. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Uma situação infeliz e inadmissível. -----

Não passa de um engano a “operação nascer em segurança no SNS 2023 no Algarve”. -----

Estamos assistir a uma continuada degradação dos serviços públicos na região e, muito em particular, no Hospital de Portimão, com graves consequências na zona do Barlavento Algarvio. Esta situação só vai beneficiar os grupos privados de saúde à custa da delapidação do SNS e dos rendimentos dos utentes.» -----

O encerramento da maternidade e dos serviços de pediatria no Hospital de Portimão vai deixar metade do Algarve com falta destes serviços e muitas dificuldades para parturientes, crianças e famílias, que terão em muitos casos de percorrer mais de 100 quilómetros para chegar ao Hospital de Faro, com serviços carenciados e congestionados. -----

Com receio da mobilização popular que não aceita o desmantelamento de serviços no Hospital de Portimão, a Direção Executiva do SNS recuou parcialmente e anunciou, no passado dia 4 de junho, no âmbito de um plano de contingência específico, que durante o verão, de junho até setembro, o bloco de partos de Portimão estará fechado dois fins de semana cada mês. Funcionará, no restante tempo, com a ajuda de médicos especialistas e internos, vindos de várias instituições do SNS, como o Hospital Senhora de Oliveira, de Guimarães e o Santa Maria (Lisboa). -----

Em vez de encerrar serviços, urge promover mais investimento público, contratar os médicos pediatras e obstetras necessários, além de outros recursos humanos, criar incentivos e valorizar as suas carreiras. Esta é uma responsabilidade que cabe ao poder central, no caso concreto ao governo PS de António Costa-----

Assim, a Assembleia Municipal de Portimão, reunida em 12 de junho de 2023, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas J) e K) do Anexo I da Lei n.º 75/2023, de 12 de setembro: -----

1. Exigir ao Governo a reabertura imediata do Bloco de Partos e dos Serviços de Urgência e Internamento de Pediatria no Hospital de Portimão. -----
2. Exigir ao Governo que, para o Hospital de Portimão, assim como para a generalidade do SNS no Algarve, promova com urgência a mais investimento público, contratando mais médicos pediatras e obstetras necessários, assim como outros recursos humanos, criando incentivos e valorizando as suas carreiras.»-----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que «ao longo dos últimos dois anos o bloco de partos da maternidade de Portimão tem vindo a encerrar de forma intermitente por diversos períodos, falta de pediatras. -----

----- De acordo com o Conselho de Administração hospitalar universitário do Algarve, o CHUA, que integra os hospitais de Faro, Portimão e Lagos, a carência de médicos pediatras conduziu à realização dos serviços articulada entre as unidades hospitalares de Faro e Portimão, de forma a garantir os melhores cuidados de saúde. Passou-se exatamente o contrário e o que acontece é que continua-se fechado e agora arranjam uma nova solução de um outsourcing, e o Bloco de Esquerda exige ao governo a reabertura imediata do bloco de partos e os serviços de urgência, internamento de Pediatria do hospital de Portimão. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Segundo, exigir ao governo para que o hospital de Portimão e assim como a generalidade do Serviço Nacional de Saúde no Algarve promova com urgência mais investimento público, contratando mais médicos, pediatras, obstetras necessários, assim com outros recursos humanos, criando incentivos à valorização das suas carreiras. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referir apenas umas breves palavras, para dizer que embora estejam, embora a sua bancada concorde com as conclusões, os pontos um e dois das conclusões desta moção e com a bondade da mesma, não havendo muito a dizer aqui têm no entanto, que se retrair um pouco digamos, porque o Bloco de Esquerda continua a partir aqui de um ponto de vista bipolar, desta polarização entre a esquerda e a direita e coloca tudo na direita, a culpa exclusiva de um monstro chamado direita e que pretende favorecer os privados. Isto é um simplismo com o qual nós não nos podemos rever e gostaríamos de nos distanciar e o que se refletirá, mas é apenas, enfim, a nossa discordância em relação a esta moção com a qual de resto, mas estamos em concordância com as conclusões apesar de termos consciência que também não são desta simplicidade, não é, não é um mero exigir um investimento que irá resolver os problemas graves deste serviço. Tenho dito, obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, informando que o PS analisou aquela moção e bem entendido que os argumentos que para nós foram válidos relativamente à moção do PCP, são-no agora também para esta moção. -----

----- Dizia, em novembro, no final do ano transato, Óscar Gaspar, Presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, exatamente isto que passamos a citar, «no privado não conseguimos contratar anestesistas, pediatras, por exemplo», ou seja, aquilo que nós há pouco avançámos relativamente a carência de quadros especializados no domínio da saúde, nomeadamente médicos, a afetar de facto o sistema nacional de saúde a par obviamente das críticas que se possam fazer ao modelo e naturalmente também à necessidade de que os profissionais sintam de recursos humanos no Serviço Nacional de Saúde. Mas as premissas de que o Bloco de Esquerda parte, parecem assentar numa espécie de teoria da conspiração. -----

----- Ora, o governo não pode atuar nem atua de forma circunstancial em função de receios de mobilização popular, como possa pensa o Bloco de Esquerda, nem ela tem dimensão, nem tem justificação. -----

----- O governo tem que atuar em função da racionalização de meios a que está obrigado, naturalmente força da escassez de médicos, que não se formam de um ano para o outro. -----

----- Bem sabemos que na oposição de uma certa oposição basta o estalido de dedos e tudo se resolve como que por geração espontânea. É fácil enveredarmos por um quadro reivindicativo de anti-poder, de antissistema, é fácil fazer tudo isto sem prejuízo de se estar absolutamente convictos de que podemos estar a ser demagógicos. Portanto, é necessário a par desta crítica, que o Bloco de Esquerda tenha efetivamente receitas que possam ser aqui sugeridas, no sentido de dar o seu contributo positivo à resolução de problemas ou, pelo menos, à minimização desses problemas, sem que fique numa esfera meramente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



reivindicativa como se estivesse fora do sistema, como se efetivamente tudo isto se resolvesse através de um ato único, ou seja, por uma revolução. Portanto, nesse sentido, nós de facto acabamos como começámos, com os argumentos, que já foram aqui dirimidos e, consequentemente, não vamos voltar a eles, por conta dos que já explanámos relativamente ao Bloco. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu lembro aquilo que disse aqui há pouco a propósito da moção da CDU. A saúde é um saco sem fundo, põe-se lá dinheiro e desaparece. Reforça-se com mais pessoas e continua desorganizado. Há processos no SNS que chegam a ter desperdício entre o input e o output cerca de cinquenta a sessenta por cento. Portanto, o problema não é dinheiro, é uma questão de gestão da organização. Agora, Pedro, não queremos é um sistema nacional de saúde ou um Serviço Nacional de Saúde mais estatizado, chega, esse já chega, é muito importante vir defender aqui a maternidade, é preciso haver um Serviço de Pediatria, mas esquecemo-nos que Portimão tem alegadamente quase vinte mil pessoas sem médico de família. Existe um pediatra no centro de saúde de Portimão e provavelmente ninguém dá por ele. Sabiam que existe um pediatra no centro de saúde de Portimão? Pois. Portanto, era esse tipo de coisas que se deveria defender aqui e depois, enfim, sabemos que é necessário uma reforma e que a lei é Arnaut e recentemente com a geringonça a saúde bateu no fundo. Aliás, desde Adalberto Campos Fernandes, Marta Temido e agora com esta recente gestão, nós estamos a ver o que se tem feito e, portanto, o que a saúde necessita é de uma reforma de carreiras, de financiamento, de adaptação, do mundo em mudança, acesso à inovação e, portanto, isto são tudo coisas que nos levam a crer que esta moção tem pouca substância. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU (PCP/PEV) **Pedro Filipe Martins da Purificação**, senhora Presidente, sobre isto, ficamos aqui a ver com duas moções quem é que defende o Serviço Nacional de saúde e quem é que não o defende. O Ministro da Saúde anunciou com sucesso contratar duzentos e cinquenta médicos especialistas de medicina geral e setecentos especialistas. Duas mil e quinhentas vagas estavam abertas, mas formaram-se dois mil, quase três mil médicos o ano passado, mil e trezentos ficaram, portanto à mercê da especulação privada e depois ainda se vem aqui dizer que se queixam da falta de médicos, ou queixam-se da falta de contratação que não há médicos para contratar. Obrigada, senhora Presidente. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – Reabertura imediata da Maternidade e dos serviços de Pediatria do Hospital de Portimão (subscrita pela Bancada do BE)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU PCP/PEV)	AN	DEPUTADA DEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	0	2	1	1	1	5
ABSTENÇÕES	0	5	0	2	0	0	0	0	7



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS	15	0	2	0	0	0	0	0	17
CONTRA									

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi reprovada por maioria.** -----

----- **Faltou a Senhora Deputada da Bancada do Chega Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro.** ----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **moção – O Metro de superfície deve ser para toda a Região do Algarve - (subscrita pela bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Considerando que:-----

- No âmbito da iniciativa "Governo Próximo", o Governo da República, em visita à região do Algarve, no passado mês de Março, anunciou com muita pompa – mas pouca circunstância! – a construção de um metro de superfície que visa ligar os concelhos de Faro, Loulé e Olhão ;-----
- Não obstante a verdadeira trapalhada que envolveu o teor de tal proposta, já que afinal o anunciado metro de superfície mais não era do um autocarro elétrico, com um corredor próprio(!), a verdade é que a mesma, seja em que versão for, comporta uma medida de discriminação negativa dos restantes 13 concelhos da região, que, aliás, na sua maior parte, sofrem mais de problemas de falta de acesso ao transporte público e de mobilidade urbana, do que os felizes contemplados com este verdadeiro "brinde governativo";-----
- Não se vislumbra qualquer fundamento técnico ou político para beneficiar os concelhos referidos com o citado meio de transporte em detrimento, por exemplos, dos concelhos do Barlavento Algarvio, onde a rede de transportes públicos é claramente deficitária e insuficiente face ao eixo central da região, o que leva ao inevitável recurso ao transporte individual nos movimentos pendulares trans concelhios, com os conhecidos efeitos ambientais, sociais e económicos tão negativos;-----
- A apresentação de tal proposta deveria ter sido precedida dos indispensáveis estudos técnicos, de forma a compreender que concelhos e populações a citada medida devia abranger e, sobretudo, de um amplo debate regional sobre a proposta, em lugar de um anúncio para os holofotes da comunicação social, no âmbito de uma iniciativa que, nas palavras do Governo, visava sobretudo ouvir os Algarvios e perceber os problemas da região;-----
- O Governo, com esta proposta, mais do que contribuir para resolver os verdadeiros problemas de mobilidade urbana da maioria dos Algarvios, vai beneficiar uma minoria, privilegiando concelhos que beneficiam já de uma centralidade e de uma rede de transporte público muito mais abrangente do que o resto da região; -----
- Enfim, que privilegiar os concelhos de Faro, Loulé e Olhão no domínio do transporte público só vai contribuir para criar mais assimetrias regionais, comprometendo seriamente a tão desejada coesão territorial da nossa região; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Os eleitos do Grupo Municipal da **Coligação Portimão Mais Feliz (CDS – PP/ NÓS CIDADÃOS! / ALIANÇA)** propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 3ª Sessão Ordinária 2023, realizada em 12 de junho de 2023, delibere manifestar a sua firme oposição à proposta de criação do metro de superfície nos concelhos de Faro, Loulé e Olhão.» -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a moção que têm aqui em discussão incide sobre uma proposta que o governo trouxe aqui ao Algarve em março no âmbito de uma iniciativa que foi o governo próximo e que anunciou numa primeira fase um metro de superfície que ligava Faro, Loulé e Olhão. -----

----- No dia seguinte já não era um metro de superfície, era afinal um autocarro elétrico numa calha própria. Ora, independentemente aqui dos contornos concretos desta proposta, nós entendemos que é uma medida discriminatória face aos outros treze concelhos do Algarve, particularmente em relação ao Barlavento algarvio, tendo em conta nomeadamente que o Barlavento, nomeadamente Portimão tem problemas de mobilidade que exigiriam medidas deste tipo que Faro, Loulé e Olhão não têm, devido à centralidade e ao serviço de transportes públicos que têm e que nós não temos aqui e, portanto, entendemos que isto é uma proposta que não serve os interesses do Algarve, que não serve a coesão da região e a nossa proposta é que a Assembleia Municipal se oponha a este projeto nos modos em que foi apresentado. Disse. -----

----- Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, para dizer que a sua bancada gostaria de salientar aqui uma coisa. O texto da moção e a forma como a mesma está escrita, embora nós tenhamos alguma simpatia pelo conteúdo da mesma, leva-nos a algumas reservas, nomeadamente e eu gostaria de inquirir é, se haverá disponibilidade da vossa bancada, do vosso grupo para alterar aqui a parte final da vossa moção, porquanto a moção, ou recomendação, peço desculpa, é uma moção. Entendemos que a forma como colocam a questão é uma forma negativa, o facto de realmente a proposta inicial para este metro de superfície ser só para estes três concelhos não invalida que não possa, ou seja, o que nós queremos dizer é, vocês estão a ser negativos, vocês estão aqui a dizer que são contra a criação do metro, eu acho que não vamos ser contra porque ele se restringe a três concelhos, mas vamos é exigir que se estenda a outros concelhos. Essa seria a nossa perspetiva, alterar a esta redação para dizer que em vez de dizer que somos contra uma oposição à proposta de criação do metro, será propor que esta criação abranja os outros restantes municípios do Algarve. -----

----- Com esta redação como está, que parece uma mera, nós não temos, também vocês outros, estes três municípios não devem ter, não podemos acompanhar. Tenho dito por agora. -----

----- Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, sugerindo que às vezes é interessante ouvir os outros, primeiro, para fazermos um encontro de contas. É o caso agora. De facto, o Portimão Mais Feliz apresenta aqui uma proposta bondosa desta finalidade, enfim, do metro de superfície a todo o Algarve. Não estará em causa, estando e já explicarei porquê. Vamos aos pressupostos e a crítica aos mesmos são semelhantes àqueles, que o PSD já aqui aflorou e que não se legitimam pela



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



positividade. Mas é importante pensar que reina aqui uma certa confusão nesta matéria. Sem prejuízo de nós podermos pensar que o metro de superfície para a região possa ser uma proposta aceitável, é necessário, ou seria necessário e fundamental em trabalhá-la no domínio regional. O que acontece, porém, é que nós estamos aqui a criticar não uma iniciativa regional, mas uma iniciativa intermunicipal de três câmaras que, no seu conjunto, são detentoras de setenta por cento dos residentes da região, pelo que não parece ajustado enveredar pela crítica, na medida em que não tendo sido imposta àqueles municípios esta iniciativa, trata-se de uma iniciativa sua que respeita às especificidades daquele espaço que é intermunicipal. A nosso ver, as soluções para os demais espaços municipais na região podem não passar por aí. Será que esta solução serviria, por exemplo, a ligação Portimão-Monchique? Precisamos de um tarifário regionalizado, financiado por fundos públicos naturalmente à semelhança do que acontece ao nível do Sotavento. Necessitamos de ligações ferroviárias e rodoviárias e aeroportuárias? Sim, claro que sim, não temos dúvidas quanto a isso, mas como justificar um metro de superfície pela rede de transportes públicos ser deficitária? É importante que se perceba que nós não podemos efetivamente enveredar pela crítica e a título da ausência de estudos técnicos que preconizamos assegurar que o metro de superfície é que será a nossa panaceia. Portanto, nós não podemos alinhar neste quadro mimético, não é, de imitação e daí que nós pensemos que urge de facto um debate regional, enfim, sobre a questão da política de transportes e, enfim, dizendo obviamente que é necessário não confundir o plano regional com o plano intermunicipal e, portanto, nessa medida nós não poderemos acompanhar essa proposta. Entendemos que cada aspiração tem o seu lugar próprio e, em face disso, iremos votar contra, não porque sejamos contra o metro de superfície, mas porque efetivamente não há fundamentos nesta moção para que possamos alinhar na sua aprovação, pese embora ela seja bondosa. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu não estranho que o senhor deputado Figueiredo Santos pense logo no metro de superfície Portimão-Monchique. Há tantas razões para ir a Monchique que realmente o metro de superfície dava jeito que ligasse Portimão a Monchique, mas olhe podia ter falado de Lagoa, de Lagos, de Albufeira, mas não, orientou-se para Monchique, fica-lhe bem. -----

----- Relativamente àquilo que disse, eu vou corrigi-lo numa matéria, senhor deputado, não foram as câmaras que anunciaram esta iniciativa, foi o governo. Aliás, digo-lhe mais, as câmaras, nomeadamente a de Faro não sabia deste anúncio, foi apanhado de surpresa e, portanto, quando o senhor fala em falta de estudos e em impacto regional, realmente tem razão. Eu estranho é que o governo venha anunciar com pompa e com alguma circunstância esta medida sem consultar ninguém, sem debater, sem pô-la em discussão pública, sem estudos nenhuns, zero e, portanto, talvez seja aquela forma histriónica de fazer política que o senhor às vezes critica na oposição, talvez seja isso. Agora, eu estranho é que o senhor venha aqui dizer que não é necessário uma medida destas quando nós temos problemas gritantes, nomeadamente no Barlavento algarvio em termos de mobilidade, que não são resolúveis com o comboio que temos, enfim, o senhor se calhar não anda de comboio há muito tempo, mas pronto. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Respondendo àquilo que o PSD propôs. Nós alteramos eventualmente aqui a proposta, estamos disponíveis para isso, enfim, é uma questão de reformulação aqui da parte expositiva e de ficar mais pela positiva, em vez de ser «afirma a oposição», é «propor que a Assembleia se manifeste a favor do metro em toda a região do Algarve» e, portanto, dessa forma ficaria pela positiva. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que vai ser breve. Nós somos da mesma opinião que o metro de superfície, Faro, Olhão e Loulé vai beneficiar mais uma vez os concelhos do Sotavento, tal como foram os primeiros a beneficiar do primeiro troço da via do Infante, da linha férrea eletrificada. Não podemos votar esta moção, queremos que esta proposta seja mais estudada para todo o Algarve. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU (PCP/PEV) **Pedro Filipe Martins da Purificação**, deliberar manifestar a firme oposição a esta proposta de criar um metro de superfície não me parece lá muito sentido. Parece lançar lenha na fogueira naquela velha guerrilha Barlavento Sotavento. -

----- Lembrar que o Algarve tem noventa e quatro habitantes por quilómetro quadrado, mas Faro, Loulé e Olhão têm cento e sessenta e oito habitantes por quilómetro quadrado. -----

----- A escala do Algarve é outra sem dúvida relativamente ao Porto e a Lisboa, mas transformar isto aos operadores públicos com pouca utilização tem muitos custos, cabe aos municípios pagá-los. A solução é a eletrificação da linha do Algarve e a solução é um operador regional público. Obrigado. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação a **Moção -O Metro de superfície deve ser para toda a Região do Algarve (subscrita pela bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU PCP/PEV)	AN	DEPUTADA DEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	2	2	0	0	0	0	9
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	0	1	0	3
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	1	0	1	17

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A moção foi reprovada por maioria.** -----

----- **Faltou a Senhora Deputada da Bancada do Chega Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro.** -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **moção - Garantir o direito à habitação, combater a especulação- (subscrita pela bancada da CDU(PCP/PEV)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « A habitação é hoje uma preocupação de milhões de portugueses, nomeadamente dos que vivem em casa arrendada e se vem



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



confrontados com os aumentos excessivos de renda ou risco de despejo; dos que foram empurrados para o crédito habitação e vem a prestação aumentar para valores inoportáveis; dos que não têm acesso à habitação porque não conseguem uma casa com condições dignas para viver e que possam pagar.-----

O Município de Portimão não é exceção à realidade nacional em matéria de habitação.-----

Décadas de políticas públicas nacionais que ignoraram problemas e agravaram as dificuldades de acesso à habitação, com um irrelevante parque habitacional público e com interesses privados e especulativos a ditarem as regras, conduziram à situação que se conhece: em todo o país, centenas de milhares não têm acesso a condições de alojamento digno, milhares de jovens não conseguem sair da casa dos pais e formar família, são muitos os que, por via da desregulamentação do mercado de arrendamento e do aumento das taxas de juro correm risco de perder a casa.-----

O problema da habitação insere-se num conjunto vasto de problemas sociais, marcada por baixos salários e pensões e pela precariedade. Portugal é o país da OCDE onde a relação entre a subida dos preços da habitação e o aumento dos salários é o mais díspar. -----

Perante décadas de incumprimento das responsabilidades do Estado na efetivação do direito constitucional à habitação, o país vive uma situação insustentável, e para que tudo se mantenha o Governo, lançou mais um “Chavão”, o chamado pacote “Mais Habitação”.-----

Ora, tal conjunto de medidas apresentadas debate-se com sérios problemas e contradições, propaganda metas irrealizáveis, transfere ilegitimamente responsabilidades para as autarquias a pretexto do PRR e não dissipa as carências de habitação.-----

Ao abrigo do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) encontra-se previsto a construção de 26 mil novas casas para habitação até 2026, porém até este momento a taxa de execução nacional situa-se em 4,5%. Manifestamos a preocupação com o facto que todos os encargos subsequentes com a manutenção, gestão, requalificação e reabilitação das mesmas ficarão a cargo dos municípios. -----

Reafirmamos que a garantia do direito à habitação exige que se cumpra a Constituição da República. Exige que o Estado assuma as responsabilidades e incumbências que esta lhe atribui. -----

Assim, tendo em conta o exposto o eleito da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP - PEV, propõe que a Assembleia Municipal de Portimão reunida a 12 de junho de 2023 delibere: -----

- 1.** Reafirmar o seu compromisso com a defesa do direito constitucional à habitação condigna, um direito humano básico, uma condição essencial para a existência de uma sociedade desenvolvida e justa; -----
- 2.** Manifestar a sua solidariedade com todos os afetados por esta crise na habitação, vítimas da financeirização do setor e do mercado especulativo que se instalou em torno da habitação; -----
- 3.** Exigir do Governo garantias que assegurem que os municípios não vão ficar de novo endividados por décadas, como sucedeu nos PER; -----
- 4.** Recomendar ao Governo a promoção de uma política de solos que assuma a primazia das competências públicas no Ordenamento do Território, no Urbanismo e na Reabilitação Urbana. -----
- 5.** Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, Governo, aos Grupos Parlamentares da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Assembleia da República e à comunicação social.» -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU (PCP/PEV) **Pedro Filipe Martins da Purificação**, portanto, tal e qual como e depois a seguir discutiremos, vou guardar um minuto para a moção a seguir, o que aqui queremos é precisamente a promoção de uma política de solos que assuma a primazia das competências públicas para o ordenamento do território do organismo e que esta Assembleia reafirme o compromisso na defesa do direito constitucional à habitação, tal como o direito constitucional à saúde ainda agora. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Raquel Gonçalves Bernardino**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que como sabe esta Assembleia, a habitação tem sido uma das principais bandeiras da bancada do PSD. É, portanto, importante referir que a qualidade de vida dos cidadãos é uma preocupação de todos, ou pelo menos assim deveria ser. A habitação representa também o alicerce de uma sociedade desenvolvida e igualitária e é com este fundamento que a bancada do PSD congratula a CDU e apoia a moção pelo seu conteúdo e pelo seu mérito. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, senhora Presidente, eu queria só apresentar aqui uma moção que de certa forma contrariasse a expropriação das casas. Isso, sim, é que era uma moção interessante, mais habitação, mais estado, mais habitação, mais estado, mais direito, sempre a mesma ladainha de sempre. Sempre, há quase cinquenta anos que estamos habituados, mas isso é que era interessante virem aqui apresentar e virem queixar-se que as recentes leis que visam acabar com o alojamento local e a iniciativa privada de um setor que rende hoje sabe-se que cerca de oito a dez mil milhões de euros. Portanto, vejam bem, aliás, oito a dez milhões de euros. Portanto, vejam bem, isso é que seria interessante virem falar. Portanto, quando se fala na degradação das instituições, da habitação... -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que vai tentar ser sucinto. Na verdade, fazer aqui a apologia do direito constitucional à habitação não será o melhor argumento para investir no incumprimento das responsabilidades do estado. O estado não confunde igualdade política com igualdade social. -----

----- Se a habitação fosse uma questão de direito jurisdicional, o problema estaria automaticamente resolvido, decretava-se habitação igual para toda a gente. O que o estado moderno faz é outra coisa, é reconhecer a contradição entre a igualdade política e a desigualdade social, e obriga-se nesse caso então a funcionar como mediador do processo de regulação da sociedade. -----

----- Bem, é neste sentido que nós podemos compreender os programas de habitação lançados por diferentes governos. -----

----- Bem e a este respeito o que se oferece dizer aqui no plano local é que de facto, a falta de arrendamento compromete a economia, compromete o emprego no concelho e agrava a fatura nacional. É um problema fulcral da habitação em Portimão. Da sensibilização desta matéria é de realçar a elaboração da estratégia local de habitação 2020/2030 do município de Portimão, estruturada numa perspetiva integrada.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Até 2026, o município de Portimão prevê um investimento na ordem dos oitenta e cinco milhões de euros, o que inclui a construção de cerca de oitocentos fogos e a reabilitação de quinhentos e oitenta e dois fogos. Acompanhando estas preocupações e estando em curso a execução de uma estratégia local de habitação, não poderemos deixar de anuir a estas preocupações votando favoravelmente a proposta do PCP. Disse, muito obrigado. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação a **Moção – Garantir o direito à habitação, combater a especulação - (subscrita pela bancada da CDU(PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU PCP/PEV	AN	DEPUTADA DEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	0	2	1	1	1	25
ABSTENÇÕES	0	0	0	2	0	0	0	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	2	0	0	0	0	0	2

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A moção foi aprovada por maioria.** -----

----- **Faltou a Senhora Deputada da Bancada do Chega Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro.** -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Voto de Repúdio – Professores expulsos do estádio Municipal de Portimão - (subscrita pela bancada do BE)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «No passado dia 28 de maio um grupo de pessoas deslocou-se ao Estádio Municipal de Portimão para apoiar o treinador que se solidarizou com a luta pela defesa da Escola Pública. O grupo, constituído por professores e outros profissionais da educação foi impedido de entrar no estádio com camisolas com frases alusivas à sua luta, tendo sido obrigado a despi-las ou a colocá-las do avesso. -----

Uma vez dentro do estádio foram expulsos sem razão que o justificasse, apesar de terem bilhete para ver o jogo. Uma situação inaceitável e grave quando se sabe que o protesto no espaço público é legítimo e protegido pela lei e pela Constituição da República. As instruções dadas às forças de segurança, independentemente da sua origem e que ficaram no anonimato, demonstram um absoluto desprezo pelo direito à livre manifestação e pela liberdade de expressão. Uma situação que devia ser esclarecida publicamente. -----

É importante ressaltar que o movimento de luta pela defesa da educação pública de qualidade continua a ser urgente e necessário prosseguir face ao desprezo que tem sido alvo por parte do governo. Os professores e outros profissionais que participam nesta luta são merecedores de todo o nosso respeito e apoio e, a sua



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



expulsão do estádio, é mais um exemplo do caminho necessário para garantir uma educação pública de qualidade para todos os portugueses. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Portimão, reunida em 12 de junho de 2023, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas J) e K) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

1. Manifestar um veemente voto de repúdio pela expulsão dos professores e outros profissionais da educação do Estádio Municipal de Portimão. -----

2. Manifestar toda a solidariedade a esses professores e outros profissionais, uma solidariedade extensiva a todos os professores e outros profissionais da educação do concelho de Portimão que, com o seu movimento, têm contribuído para dignificar a Escola Pública.» -----

Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, «no passado dia 28, um grupo de pessoas deslocaram-se ao estádio municipal de Portimão para apoiar o treinador que se solidarizou com a luta pela defesa da escola pública. O grupo constituído por professores e outros profissionais de educação foi impedido de entrar no estádio com camisolas com frases alusivas à sua luta, tendo sido obrigados a despi-las e colocá-las no vazo. Uma vez dentro do estádio foram expulsos sem razão que se justifique, apesar de terem bilhete para ver o jogo. Uma situação inaceitável grave que se sabe que o protesto em um espaço público é legítimo e protegido pela lei e pela prossecução da República. -----

----- As instruções dadas às forças de segurança, independente da sua origem, ficam no anonimato. Demonstram um absoluto desprezo pelo direito à livre (impercetível 1:11:33-1:11:34] e a liberdade de expressão, uma situação que deveria ser esclarecida publicamente. É importante ressaltar que o movimento da luta da defesa de educação pública de qualidade continua a ser urgente e necessário de prosseguir, face ao desprezo que tem sido alvo pela parte deste governo. -----

Os professores e os outros profissionais que participam nesta luta são mencionados em todo o nosso respeito e apoio. -----

----- A sua expulsão do estádio é mais um exemplo do caminho necessário para garantir uma educação pública de qualidade para todos os portugueses. -----

1. Manifestar veemente o voto de repúdio pela expulsão dos professores e outros profissionais da educação do estádio municipal de Portimão. -----

2. Manifestar toda a solidariedade com estes professores e outros profissionais, com uma sonoridade expressiva de todos os professores e profissionais de educação do concelho de Portimão com o seu movimento, tem contribuído para dignificar a escola pública». Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que estava ela muito tranquila na Polónia, onde esteve em trabalho do qual já dará conta naturalmente aos senhores deputados municipais e não sabia de nada nem sabia que jogava o Portimonense, nem se havia jogo ou não havia jogo. Eu não estava cá, simplesmente, e na segunda-feira vejo no Facebook uma coisa qualquer do campo que foram expulsos e cheguei aqui e perguntei, «mas o que é que se passou no campo do Portimonense»? E aí



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mostraram-me um vídeo de uma senhora que pelos vistos é a senhora dona Ana Rita Lopes Baptista de Jesus, onde afirma categoricamente, aliás, se quiserem ouvir eu posso pôr aqui ao microfone aquilo que a senhora disse, que lhe foi dito que a culpada deles terem sido expulsos era a Presidente que tinha dado as ordens, a Presidente da Câmara tinha dado as ordens e que a partir de agora é que eu ia saber o que é que era oposição. Portanto, com ameaças, inclusivamente. Já disse se quiserem, eu ponho aqui ao microfone e dá para toda a gente ouvir o que a senhora disse e como é que o disse, e como é que o disse. A seguir, veio a PSP enviar uma mensagem que diz assim, «decorrente do jogo de ontem entre o Portimonense e o Arouca para conhecimento: Foi a PSP que estava de serviço ao jogo que impediu a manifestação no âmbito da lei do desporto por estar a decorrer uma manifestação no interior do estádio. Em momento nenhum passámos a mensagem que a responsabilidade é da Câmara, ou de alguém que a ela pertença. Atuamos no âmbito da lei do desporto. Esta professora e outras foram informadas e ainda assim escolheram passar esta mensagem. Faremos o respetivo alto de notícia, uma vez que a manifestação não foi comunicada às entidades, apenas foi divulgada nas redes sociais». Isto é o esclarecimento da PSP. Portanto, eu não estava, não tive o menor conhecimento, não interferi nada, se eu nem sabia, como é que podia interferir? Estava, eu suponho que o jogo até deve ter sido na hora da viagem entre a Polónia e Lisboa. -----

----- Esta senhora vem afirmar que lhe disseram. Pois a senhora vai ter que dizer quem foi que lhe disse. Fui eu, quer dizer, vai ter que explicar provavelmente à PJ quem foi que lhe disse que fui eu, porque quer dizer não se lançam atoardas desta forma, não é, dizendo categoricamente que foi a Presidente da Câmara, que lhe disseram que foi a Presidente da Câmara e, portanto, eu quero saber quem foi que lhe disse. Isto é o mínimo que eu posso exigir, é o mínimo dos mínimos, é quem foi que lhe disse, porque obviamente quem lhe disse, disse-lhe uma mentira categórica, porque eu não sei, não faço ideia, eu até podia dizer assim, nem quero saber, mas agora quero saber quem foi que disse à senhora, porque realmente este vídeo circulou por tudo quanto era redes sociais. A senhora muito irritada e a ameaçar que agora é que eu ia saber o que era a oposição. -----

----- Bom, mas pasme-se que eu, isto a novela ainda não acabou, porque hoje ainda fiquei mais surpreendida, porque recebi um e-mail, «alguns profissionais da educação, nossos associados decidiram assistir ao jogo, com vista a manifestar o seu apreço pelo treinador Paulo Sérgio, que esteve sempre ao lado da luta pela escola pública e pelos direitos dos seus profissionais». Depois conta quando pretenderam entrar, sofreram todo o tipo de impedimentos, humilhações e vexames em nome da suposta promotora do evento, o que levou na prática a que não tenham tido o direito como cidadãos a assistir pacificamente ao evento desportivo para o que estavam devidamente munidos dos respetivos bilhetes a pretexto de que teriam camisetas com identificação stop ou com a palavra de ordem alusiva à luta pela escola pública. -----

----- «Tratou-se assim em nosso entender de uma intolerável violação dos direitos cívicos e políticos das pessoas em causa e de uma afronta aos valores da liberdade que se julgava impensável num estado de direito democrático em Portugal. Como é timbre de pessoas que têm esses comportamentos, apesar das insistências dos profissionais de educação em questão, ninguém se quis identificar como autor da dita



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



proibição, nem identificou quem o fosse». Portanto, quem sabe é esta senhora é que sabe quem foi. «Para que não acusemos pessoa ou instituição que eventualmente seja alheia a tal conduta, com base no diz que disse, vimos solicitar a vossa excelência que nos informe de quem é a responsabilidade por tal decisão de impedimento de acesso ao estádio para que possamos pedir responsabilidade». Ora, a informação que nós recebemos é de que foi a própria polícia. «Esperamos sinceramente que não venha a prevalecer o silêncio, fazendo jus à ideia generalizada que o futebol constitui um mundo à parte. Certos da vossa melhor atenção, anexamos documento assinado e carimbado, pela direção do STOP, sindicato de todos os profissionais da educação, André Pestana e Pedro Xavier». -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeço só um esclarecimento. A senhora cidadã Ana Rita não está a gravar, pois não? É que não pode. Não, não pode. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que a senhora pelos vistos gosta de ir naturalmente... -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não pode, há direitos, há direitos que são protegidos, direitos à imagem e direitos que não estão autorizados a divulgar. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, portanto, eu com isto tudo vou acabar, para dizer que não fui eu, não sei quem foi, ou melhor, sei, foi a polícia que tomou essa atitude com base no regulamento da Liga Portuguesa do Desporto, portanto, aliás, estivemos a ver inclusivamente e a PSP teve razão em fazê-lo e, portanto, eu agora a única coisa que quero obviamente é saber quem foi que disse àquela senhora que tinha sido eu e que ameaças são aquelas que a senhora me tem feito, ou fez. Portanto, é isso que eu vou mandar averiguar e, portanto, estava só à espera disto para naturalmente fazer aquilo que tenho que fazer. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, estão digamos assim as intervenções feitas, não sei se quer responder à pergunta que foi feita aqui e neste momento, se o fará mais tarde. Foi muito clara, quem teria sido a pessoa que indicou, que foi a senhora Presidente que deu essa ordem. Pronto, fica feita a declaração. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que o PS faz o entendimento de que não está em causa aqui qualquer apreciação à luta dos professores. Não é disso que se trata aqui. Quem quer que seja que consulte o regulamento disciplinar da Federação Portuguesa de Futebol que agora é Liga, mas que permanece em vigor e eu falo na federação, justamente porque o estatuto disciplinar é da federação, sabe do impedimento e punição pelo incumprimento de medidas preventivas de ações que traduzam manifestações de origem política que ocorram nos jogos integrados, nas competições organizadas e sob a égide da Federação Portuguesa de Futebol. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- A senhora faz que não e eu então fiz um estudo esta tarde. Ok, com certeza que sim, está no seu direito, está no seu direito. -----

----- A senhora Presidente no dia em que esta Assembleia fizer jus a qualquer corporação profissional, nós a maior parte de nós que não somos advogados, não é, cremos que ao confundir o que é jurisdicional e o que é político, ou vice-versa, não é essa a ideia. -----

Bem, segundo, e é do nosso conhecimento, os professores foram informados desta restrição de direitos no recinto desportivo, numa manifestação, enfim, que nem sequer foi comunicada às autoridades, até porque nem tinha que o ser, por tratar-se de um recinto desportivo, procurar implicar no seu impedimento a presente de Câmara parece excessivo, até mesmo por parte de quem teria obrigação, enfim, de conhecer a lei do desporto antes de intentar usar aquele espaço para fins políticos. -----

----- O PS, é do parecer que este tipo de práticas e de mensagens deturpadoras da nossa realidade social, em nada abonam a causa dos professores, em nada abonam a causa da luta dos professores. Nós aqui não vamos qualificá-la, se é uma luta justa, se não é uma luta justa. Portanto, para o PS esta proposta de voto de repúdio é caros deputados do Bloco de Esquerda, é um não assunto, porque efetivamente transcende aquilo que é o plano que nós entendemos da legalidade conjugada com a ausência também de legitimidade desses ditados naquele recinto. Portanto, estamos a falar de uma situação in loco, portanto muito localizada. Portanto, não estamos aqui a fazer extrapolação nenhuma para critérios alocados à justa luta ou não, justa luta dos professores, não é disso que se trata. É de pensarmos objetivamente e verificarmos que de facto estes aspetos devem ser ponderados pelos próprios no contexto das suas próprias lutas. Portanto, nós não estamos aqui de facto a tentar demover ninguém das suas lutas, mas que vejo quem analisa as circunstâncias em que este, enfim, esta situação mais ou menos accidental decorreu e, enfim, e que usem na máxima uma compreensão analisando os factos e interpretando os acontecimentos, de modo a que percebam que o cenário efetivamente não era o indicado. Nós podíamos ser demagogos, abster-nos da nossa intervenção, porque ela não é digamos favorável digamos a esta versão dos acontecimentos, mas entendemos que devemos ser autênticos, que devemos chamar as pessoas à razão através desta nossa perspetiva. Não é mais do que isso, não há censura da nossa parte ou o que quer que seja, digamos que desabone uma prática, enfim, que teve lugar que provavelmente os próprios nem teriam consciência, enfim, das circunstâncias em que iriam lutar, daí que a nossa atitude é compreensível e bom e os professores são efetivamente um marco importante na nossa sociedade com pessoas, com profissionais e têm também a obrigação de ser respeitados dando-se ao respeito. Isto é fundamental e com isto termino senhora Presidente, muito obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, é só apenas e só, porque o Bloco de Esquerda já me conhece há muitos anos, há muitos anos e têm aqui uma frase que me deixa um bocadinho chocada, deixe-me dizer, «as instruções dadas às forças de segurança independentemente da sua origem e que ficaram no anonimato demonstram um absoluto desprezo do direito à livre manifestação e pela liberdade de expressão. Uma situação que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



devia ser esclarecida publicamente». Isto magoa-me, porque vocês me conhecem há muitos anos e se fosse verdade, se eu o tivesse feito, naturalmente que assumiria aqui, fi-lo por isto ou por aquilo. Portanto, não fiz e isto magoa-me sinceramente que tenha passado pela cabeça do Bloco de Esquerda que eventualmente eu pudesse ter tomado essa atitude. Agora, nunca me passaria sequer pela minha cabeça nem sequer eu dar ordens à polícia, à polícia eu? Então, mas quem sou eu para dar ordens à polícia para pôr as pessoas na rua, era o que mais faltava. Quer dizer, a partir daí perdia o respeito por parte da polícia, diziam assim, «então ela veio-nos mandar aqui fazer uma coisa que é da nossa responsabilidade»? E, portanto, que fique bem claro, mas bem claro, ainda bem que isto fica tudo gravado, ainda bem que está tudo gravado e, portanto, eu estava na Polónia. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer à cidadã Ana Rita que ela já teve o tempo para fazer a intervenção, está gravado, mas isso já foi referido, está gravado. Quando eu dei a palavra há pouco era um facto novo e superveniente à sua intervenção, eu quis dar-lhe o princípio, ou da defesa, no sentido de responder àquilo que a senhora Presidente interpelou diretamente e se queria usar da palavra, foi só isso. Não lhe quis retirar a palavra nessa oportunidade que é um facto novo e superveniente. Neste momento, não acrescenta nada àquilo que já acrescentou. Não estamos a discutir esse conceito, peço desculpa, não pode intervir mais, peço desculpa, não pode intervir mais, com licença. Esse esclarecimento tem que ser dado no sítio próprio, existe... Não, não, peço desculpa, o estado de direito tem normas, cada órgão tem a sua competência, fez a sua intervenção ao abrigo de uma determinada norma, eu não tinha conhecimento de qual era a posição da senhora Presidente relativamente a essa matéria, fiz logo uma intervenção inicial, a senhora Presidente veio fazer a intervenção que tem conhecimento direto da situação e clarificou, neste momento não temos mais discussão sobre essa matéria. Esta é uma moção de uma força partidária que teve o seu momento, apresentou e vai ser votada, não haverá mais discussão. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, senhora Presidente, eu peço desculpa, mas nós aqui não mencionámos o nome da senhora Presidente. As instruções dadas à força de segurança, até pode ser o comandante da Polícia da Segurança Pública a dar as instruções, foi instruções presentes no estádio, ninguém está a dizer que é a senhora Presidente, peço imensa desculpa, e eu conheço-a bem e você como sabe a minha família tem muito respeito por si e a minha mulher foi sua aluna, temos imenso respeito, nunca ia eu, Pedro Mota trazer uma moção que prejudicasse a sua honra. Nunca o fiz nem o ia fazer, apesar desta moção é sede do Bloco de Esquerda, não é do Pedro Mota. -----

----- Outra situação. Em Vizela fizeram o mesmo, a polícia não atuou, até o próprio jogador tirou a camisola e foi dar às pessoas que estavam a manifestar, ou a fazer a tal, estavam-se a manifestar lá em Vizela e ninguém os mandou embora, ninguém os mandou. A Liga é diferente, em Vizela é diferente da do Algarve e mais, só quem não vai ao futebol, eu já vi situações no futebol em que quase que chamam nomes ao árbitro, chamam nomes aos treinadores, nunca vi ninguém a ser expulso, os professores que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vão-se manifestar são expulsos. Fica aqui esta dica, pronto, já vi até ameaças de morte no campo de futebol, nunca vi essas pessoas serem expulsas. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que em primeiro lugar lamenta que se tenha misturado este voto de repúdio com uma situação que veio aqui ser exposta por uma cidadã e, portanto, isto contaminou a discussão deste voto de repúdio. Mas quanto ao repúdio apresentado, gostaríamos de tecer algumas breves considerações, mas que julgamos importantes. Reconhecemos que o regulamento de prevenção da violência, anexo ao regulamento das competições organizadas pela Liga Portugal no artigo nono, alínea g), proíbe a exibição de cartazes, bandeiras simples ou outros sinais com mensagens ofensivas, violentas de carácter racista, xenófobo, sexista, provocatório, político, religioso, ideológico ou que incitem à violência ou à discriminação. Essa restrição busca promover um ambiente de jogo respeitoso, seguro e inclusivo, evitando a disseminação de mensagens ou símbolos que possam causar ofensas ou incitar comportamentos prejudiciais. É importante ressaltar que essas proibições estão alinhadas com esforços mais amplos no desporto para combater o discurso de ódio, a discriminação e a violência. -----

----- Com base na alínea do regulamento das competições da liga profissional de futebol mencionada anteriormente, não é possível afirmar diretamente e sem margem de dúvidas se uma t-shirt com a expressão em luta pela educação ou outra qualquer, por exemplo, como àquela que foi aqui demonstrada pela senhora professora que veio aqui falar, seria considerada incitadora a comportamentos prejudiciais. A interpretação e aplicação específica desta restrição pode variar dependendo do contexto, da autoridade competente e da avaliação da mensagem em questão, no caso concreto e que é isso que importa aqui esclarecer, entendemos que as expressões que estavam impressas nas t-shirts, sendo apenas genéricas e de apoio à luta pela educação pública. Salvo o devido respeito por opinião diferente, consideramos que não violam as restrições mencionadas, pois não eram ofensivas, violentas, provocativas ou incitadoras à violência, ou discriminação, pelo que não deveria ter sido restringido o direito constitucionalmente consagrado da liberdade de expressão, tanto mais que noutros estádios de futebol foram permitidas, tanto por adeptos, como inclusive por jogadores de futebol solidários com a luta dos professores e dos profissionais da educação. Portanto, votaremos favoravelmente a este voto de repúdio. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era para fazer um pedido de esclarecimento aqui à senhora Presidente de Câmara. A senhora Presidente de Câmara disse na intervenção que fez que exigia que a senhora dissesse eventualmente na PJ, quem é que lhe disse que teria sido alegadamente... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado que a senhora Presidente não disse na PJ. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que alegadamente a senhora



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Presidente a dar as instruções para expulsarem os professores do estádio. Eu queria que a senhora Presidente explicasse aqui como é que vai fazer isso, porque é assim, a senhora se eventualmente for chamada à PJ como arguida tem direito a nem prestar declarações se quiser. Portanto, como é que a senhora Presidente vai obrigar alguém que eventualmente irá na condição de arguida a uma força policial prestar declarações num inquérito a dizer aquilo que a senhora Presidente quer que a senhora diga, e é esse esclarecimento que eu queria que a senhora Presidente aqui prestasse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, muito bem, sim, eu vou participar à Polícia Judiciária e, portanto, a Polícia Judiciária questionará à senhora quem foi que lhe disse. Se a senhora se recusar a dizer, está no direito de não dizer, mas daí tiraremos as nossas conclusões, daí tiraremos as nossas conclusões. Muito obrigada. ---

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que vai pôr à votação para não fazer mais comentário nenhum, porque já assistiu a um processo desses em público e depois foi esclarecido uma situação destas. E já agora conto, foi com o Presidente Mário Soares na sua candidatura à campanha presidencial e toda a gente dizia, havia o rumor de que ele teria mandado queimar a bandeira nacional, e há uma estudante de direito, da Católica que chegou e fez-lhe essa acusação e ele disse, «ó minha senhora muito obrigada, porque finalmente alguém me faz a acusação e eu agora tenho a oportunidade em tribunal de fazer esse esclarecimento», e seguiu o processo para tribunal, depois eles fizeram o acordo, ela pediu a desculpa, mas o que é certo é que ele tinha uma acusação que não era veiculada na altura nas redes sociais que não existiam, mas que o perseguia há longos anos e agora tive a oportunidade de assistir a algo que aconteceu em 1984/85 na candidatura para as eleições presidenciais. -----

----- Interveio a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que não percebe estas intervenções, porque é assim, nós não estamos aqui a discutir um inquérito, eu acho que nós estamos aqui a discutir, acho que as pessoas têm que ter, nós deputados temos que ter um pouco de bom senso, até os vereadores. Nós não estamos aqui numa fase de inquérito nem estamos, nós temos que respeitar uma parte e outra parte e vamos remeter algumas matérias para os meios competentes. Eu estou a ouvir nesta Assembleia Municipal ameaças, que vou fazer, vou não sei quê, vai Polícia Judiciária... -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Voto de Repúdio – Professores expulsos do estádio Municipal de Portimão - (subscrita pela bancada do BE)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	2	2	2	1	1	1	14



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**O Voto de Repúdio foi reprovado por maioria.** -----

-----**Faltou a Senhora Deputada da Bancada do Chega Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro.** -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, senhora Presidente é só para fazer uma interpelação à mesa, porque a pessoa que faltou não foi convocada. Podemos falar no final para esclarecer isso, mas é importante que fique anotado em ata. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que isso é uma questão que terá que ser clarificada com os serviços_e na conferência de líderes apreciarão, uma vez que a norma é que todas as pessoas sejam convocadas. Se não foi convocada, obviamente peço desde já desculpa em nome dos serviços, a responsabilidade é minha quando alguma coisa falha, mas veremos se efetivamente foi ou não convocada. Obrigada. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **moção – Em defesa do Alojamento local: O acesso à habitação não se resolve com o esmagamento do Alojamento Local! - (subscrita pela bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Considerando que: -----

- a) A propósito de uma alteração legislativa apresentada recentemente, o Governo da República, com o pretexto de resolver do problema do acesso à habitação, propôs medidas – designadamente, do ponto de vista fiscal – que constituem um verdadeiro ataque ao sector do alojamento local, criando a ilusória e falsa ideia de que será a alteração do uso dos imóveis alugados a esta actividade que permitirá resolver o problema da habitação;-----
- b) No pacote legislativo "Mais Habitação", consta uma proposta nos termos da qual os imóveis que funcionem hoje como alojamento local e que os proprietários optem por disponibilizar para arrendamento de longa duração, vão beneficiar de uma isenção de IRS sobre as rendas até 31 de Dezembro de 2024; -
- c) Ainda na mesma proposta, que está neste momento em discussão na Assembleia da República, prevê-se igualmente, acerca do alojamento local, a criação de uma contribuição extraordinária que incide sobre a afetação de imóveis habitacionais (aqueles que possuam frações autónomas ou partes suscetíveis de utilização independente, de cariz habitacional), com a aplicação de uma taxa anual de 20%, destinada ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, permitindo-se à assembleia de condóminos opor-se ao alojamento local no prédio;-----
- d) Nos últimos 10 anos, a dinâmica que o sector do alojamento local imprimiu à actividade turística em Portugal permitiu não só a reabilitação de inúmeros imóveis degradados e abandonados nos centros das



grandes cidades (sobretudo, em Lisboa e Porto), mas também a colocação no mercado legal de arredamento turístico de inúmeros imóveis em toda a região do Algarve, que até então engrossavam o fluorescente mercado das “camas paralelas”, que era e ainda é um verdadeiro “*offshore fiscal*”; -----

- e) Tal actividade, além de gerar emprego, directo e indirecto, receita fiscal, negócio para actividades associadas – como a construção e os serviços – receita para os proprietários dos imóveis, que assegura a conservação dos mesmos, permite, no caso de regiões como o Algarve, animar a economia local, designadamente, nos centros históricos das cidades, combatendo a sazonalidade do turismo; -----
- f) A actividade turística – com uma grande contribuição do alojamento local – tem sido o grande sustentáculo do crescimento económico do nosso país nos últimos anos, mostrando, por exemplo, um estudo recente da Universidade Nova de Lisboa(<https://expresso.pt/economia/economiaturismo/2023-06-06turistas-hospedados-emalojamento-local-gastaram-mais-de-8-mil-milhoes-em-2019-f59e58ea>) que, em 2019, os turistas hospedados em alojamento local gastaram em Portugal cerca de 8.000 milhões de euros, ou seja, o equivalente a 4% do PIB português;-----
- g) A resolução do problema da habitação em Portugal não deve passar por medidas populistas e temerárias, como este ataque ao alojamento local, que não irão resolver o problema, já que o destino desses imóveis será, em muitos casos, os arrendamentos turísticos paralelos e não o mercado de arrendamento de longa duração, mas antes e sim por um investimento público forte e pela implementação de políticas que criem condições económicas e fiscais para a existência de um verdadeiro mercado de arrendamento habitacional de longa duração, com um forte papel das autarquias locais; -----
- h) O Governo pretende, com esta proposta, demonstrar aos olhos da opinião pública que está a tentar resolver o problema da habitação em Portugal, mas, na verdade, fá-lo à custa do investimento e da iniciativa económica de muitos proprietários, que investiram na reabilitação dos imóveis e numa actividade económica de sucesso incerto, acenando-lhes agora com uma “borla fiscal” que pouco ou nada contribuirá para a resolução do problema ou com uma sobretaxa de 20%, que irá apenas contribuir para acabar com o alojamento local;-----
- i) No caso concreto de uma região como o Algarve, com a procura existente e os preços cobrados no alojamento local, a eficácia de uma proposta como esta, ao nível do mercado de arrendamento, será residual ou até nula, já que os proprietários certamente preferirão abdicar da isenção de impostos e manter o seu imóvel no mercado turístico, embora seja expectável que em muitos casos os imóveis voltem ao mercado paralelo, ilegal e livre de impostos;-----
- j) Ainda que sucedesse o contrário, o esmagamento da actividade do alojamento local iria implicar uma machadada na actividade do turismo, ameaçando seriamente muitos empregos directos e indirectos e, em certa medida, o crescimento da economia; -----
- k) A existência do alojamento local não é inimiga nem um entrave à existência de um mercado de arrendamento habitacional robusto e dinâmico, a exemplo, aliás, do que sucede em muitos países do centro e norte da Europa, onde ambas as realidades coexistem sem antagonismo; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



- l) Enfim, que o licenciamento do alojamento local é uma competência própria dos municípios, não deve o Governo adoptar políticas e/ou medidas fiscais que possam pôr em causa tal actividade, pelo menos, sem a uma participação activa dos municípios; -----

Os eleitos do Grupo Municipal da **Coligação Portimão Mais Feliz (CDS – PP/ NÓS, CIDADÃOS! /ALIANÇA)** propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 3ª Sessão Ordinária 2023, realizada em 12 de Junho de 2023, delibere: -----

- a) Manifestar a sua solidariedade para com os empresários, investidores e trabalhadores do sector do alojamento local no concelho de Portimão, assinalando o seu relevante contributo no reforço da actividade turística no nosso concelho; -----
- b) Manifestar a sua firme oposição às propostas do pacote legislativo “Habitação Mais” que põem em causa o negócio e actividade económica do alojamento local, tendo em contas os mais que previsíveis efeitos extremamente nefastos das mesmas na referida actividade; -----
- c) Exortar os partidos políticos com assento na Assembleia da República a alterarem tais propostas, em sede de discussão parlamentar do referido diploma legal, no sentido de não penalizar, do ponto de vista fiscal, os proprietários que optem por destinar os seus imóveis ao alojamento local em detrimento do arrendamento de longa duração. -----

O teor da presente moção, bem como o resultado da respectiva votação, deverá ser enviada a todos os partidos políticos com assento na Assembleia da República, aos Gabinetes do Sr. Primeiro Ministro, da Sra. Ministra da Habitação e do Sr. Secretário Estado do turismo, Comércio e Serviços, à AMAL e à Região de Turismo do Algarve.» -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que a moção versa sobre uma proposta de lei que está em discussão no parlamento, que é o pacote Mais Habitação, que prevê normas do ponto de vista fiscal que são fortemente penalizadoras de um negócio do alojamento local, como se essas medidas de agravamento fiscal sobre esta actividade fossem do ponto de vista do governo a solução para os problemas da habitação em Portugal e da falta de habitação. E nós entendemos que não é o caso e, portanto, que estas medidas além de serem completamente injustificadas e penalizadoras de uma actividade que tem sustentado de uma forma visível o turismo e o crescimento da economia no nosso país nos últimos dez anos, não irão resolver o problema da falta de habitação e da falta de acesso à habitação e nessa medida propomos que a «Assembleia em primeiro lugar manifeste a sua solidariedade com os empresários, investidores, trabalhadores do setor do alojamento local no concelho de Portimão, manifeste a sua firme oposição às propostas em causa, que visam esmagar o negócio do alojamento local em Portugal» e finalmente «executar os partidos com assento na Assembleia da República a alterarem tais propostas em sede de discussão parlamentar do diploma em causa, no sentido de não penalizarem do ponto de vista fiscal o negócio dos proprietários que optem por destinar os seus imóveis ao alojamento local». Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU (PCP/PEV **Pedro Filipe Martins da Purificação**, então a guerra agora é entre o alojamento local e os problemas da habitação? O empreendedorismo na área do alojamento local e os seus empresários devem continuar a sua marcha sem entraves aí ao sabor do melhor neoliberalismo. -----

----- O concelho algarvio com casas mais caras e com mais dificuldades à habitação é o concelho com mais alojamentos locais e são conhecidos os problemas com a introdução dos alojamentos locais em prédios de habitação, com os conflitos dos moradores, já agora com grandes conflitos com moradores permanentes. -- Há ainda outras formas de alojamento local que têm que ter em consideração, é o alojamento local de maior duração para trabalhadores da hotelaria, para trabalhadores da agricultura, para outros trabalhadores. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, o alojamento local eu acho que já chega, basta de alojamento local, temos que pensar nas populações, porque no fim de contas estão a descaracterizar os próprios locais que no caso falamos aqui de Alvor que agora porta sim porta sim é alojamento local, onde é que estão as pessoas a morar em Alvor? Um turista vai ver uma vila, os costumes e as tradições das vilas não temos, temos é bares e alojamento local, alojamento local e bares e não temos os nativos nas próprias aldeias. -----

----- O alojamento local pode continuar, mas é dando a habitação aos jovens que estão a estudar, aos jovens que estão em Lisboa que precisam de estudar e as pessoas que vêm estudar para as universidades de Portimão, esse alojamento local podia ser para estes jovens. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só para fazer um pedido de esclarecimento à bancada da CDU, é rápido. Eu queria que o senhor deputado Pedro Purificação dissesse aqui a esta Assembleia, nos municípios governados pela CDU ou pelo PCP ele pode escolher, que é igual, em quantos é que foi proibido o alojamento local, em quantos é que foi proibido, eu queria que respondesse senhor deputado, diga-nos lá em quantos é que foi proibido o alojamento local. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não pode responder e também não pode proibir, não pode responder e não pode proibir, isso é uma norma legal. Obrigada. -----

----- Interveio o deputado municipal da bancada da CDU (PCP/PEV) **Pedro Filipe Martins da Purificação**, para dizer que nunca falou em proibir. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, naturalmente face ao tempo de que nós dispomos, iremos abordar a questão pela metade e ela tem a ver obviamente com, um apartamento que tenha como finalidade a habitação permanente não pode ser usado para o alojamento local, ou seja, a utilização temporária por turistas. A decisão é de um acórdão supremo. Isso quer dizer que esta decisão já resolve e com ela, enfim, de certa maneira avança para o iníquo do espírito meramente instrumental ou económico desta moção. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- É importante perceber que o alojamento local não é o melhor dos mundos. É importante reconhecer que é necessária uma regulação do mercado que foi deixada em roda livre no que respeita ao alojamento local. Caso não, veja-se as zonas residenciais que foram extintas, perdendo a total identidade, a sua total identidade. As relações de vizinhança completamente deterioradas desaparecem. Caso não veja-se o processo da gentrificação, isto é, um processo socio-espacial caracterizado pela acentuação das desigualdades sociais, portanto nos cidadãos e sobretudo na clara expulsão dos moradores dos seus bairros. Portanto, é necessário ter a perspetiva de que o mercado não tem como mão invisível uma mão santa, não é, benta, é necessário perceber que o mercado tem problemas. -----

----- A questão basicamente era esta, era dizer que não tendo efetivamente como não tive oportunidade de manifestar que o PS vai fazer uma declaração de voto e vota contrariado favoravelmente esta proposta, só para dizer isto. Muito obrigado. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação a **Moção – Em defesa do Alojamento local: O acesso à habitação não se resolve com o esmagamento do Alojamento Local! - (subscrita pela bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	8	0	2	2	0	0	0	1	13
ABSTENÇÕES	3	5	0	0	0	0	1	0	9
VOTOS CONTRA	4	0	0	0	2	1	0	0	7

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A moção foi aprovada por maioria.** -----

-----**Faltou a Senhora Deputada da Bancada do Chega Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o **ponto 3- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO** nos termos do artigo 25º nº. 2, alínea c) da Lei 75/13 de 12 de Setembro. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, esta minha primeira intervenção tem apenas como finalidade dar-vos conta do que fiz em termos internacionais nestas últimas semanas. -----

----- Estive uma semana em Roma a convite de uma associação, que é, a Scholas Ocurrentes, que é uma associação formada pelo papa Francisco, quando ainda era bispo em Buenos Aires e, portanto, esta associação tem por finalidade, sobretudo, aquilo que ele fazia era andar nos bairros sociais a resgatar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



miúdos que estavam um pouco perdidos, não é, e sobretudo também apoiar na área social as pessoas necessitadas, as pessoas carenciadas. Portanto, tivemos uma reunião, éramos dezoito países, sendo dezassete da América do Sul e Portugal estava eu e o Presidente da Câmara de Cascais, portanto estávamos só os dois. -----

----- Dizer-vos que foi de facto muito interessante, aliás, fomos recebidos pelo papa no final e foi emocionante, obviamente para mim que sou católica e praticante naturalmente será um momento que eu nunca mais esqueço. Trocámos impressões uns com os outros, obviamente que nós temos realidades muito diferentes do que têm os países da América do Sul como é óbvio, não é, e, portanto, havia situações completamente díspares, aquilo que se passa em alguns países como no Equador, Trinidad e Tobago, Brasil, Argentina, Venezuela. Portanto, estavam presidentes de Câmara, claro que uma grande maioria da Argentina. Pronto, dar-vos conta desta saída. -----

----- Depois, a outra foi a Torun na Polónia e esta Torun na Polónia foi da minha comissão, e melhor do que estar-vos a explicar é, por exemplo, dar-vos conta do comunicado que o Comité das Regiões emitiu e que diz, «Isilda Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Portimão, enquanto membro do Comité das Regiões da União Europeia, participou na conferência intitulada “Crise alimentar, construção inovadora de comunidades regionais e locais resilientes”, que teve lugar em Torun e encerrou três dias de debates com a participação dos membros da Comissão dos Recursos Naturais, NAT. Líderes regionais e locais da União Europeia defendem que é necessário construir um sistema agrícola resiliente. Em consonância defendem que uma adaptação da política alimentar para aumentar a autossuficiência da União Europeia é essencial face à crise climática da guerra da Ucrânia. -----

----- Durante os debates políticos das regiões dos municípios e das comunidades rurais da União Europeia, salientaram as implicações das secas e das inundações, o aumento dos custos da produção alimentar e a vulnerabilidade da cadeia de abastecimento alimentar. Para que o sistema alimentar da União Europeia volte a ser sustentável, será necessária uma ação corajosa e inovadora por parte dos produtores e dos políticos, em domínios que vão da pesca à agricultura. Na abertura dos três dias de debate, a Presidente da Comissão NAT Isilda Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Portimão, disse que com a guerra na Ucrânia, uma nova crise inesperada põe em perigo os nossos sistemas alimentares. A nível local e regional temos que ter soluções para tornar estes sistemas mais resilientes, através da implementação de contratos públicos, inteligentes e sustentáveis, sistemas alimentares locais curtos, é aquela célebre frase do prado ou prato, redução de resíduos ou agricultura urbana, mas também precisamos de um quadro mais forte a nível europeu com mais regulamentação, para pôr termo à especulação nos nossos mercados alimentares hoje em dia, sublinhou Isilda Gomes na sua intervenção». Portanto, foi aquilo que se passou na reunião da minha Comissão NAT. Tenho dito para já senhora Presidente, dei conta das minhas saídas como tenciono fazer, sempre que houver uma reunião dizer-vos exatamente o que é que eu tenho andado a fazer, também naturalmente para prestar contas, porque prestar contas também é bom e também ficam a saber o que é que se vai passando lá por fora na Europa. Muito obrigada. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, para dizer que queria colocar aqui uma questão à senhora Presidente, é da página oitenta e dois relativamente à divisão de assuntos jurídicos, relativamente a uma ação que foi interposta contra a Câmara, uma providência cautelar, e a questão que eu coloco é, passámos aqui a noite a falar de habitação e como é que é possível que uma habitação que ficou devoluta por algum motivo que eu desconheço, mas, na verdade, estava devoluta porque alguém a ocupou indevidamente, tenha chegado a esta situação, porque é que o município não se acautela, não impede, ou se a habitação não estava em condições para ser entregue a outro agregado familiar, ou o município rapidamente procede à reabilitação daquela habitação e assim impediria também que pessoas pudessem ocupar a casa indevidamente, ou se não conseguem o fazer em tempo útil porque é que o município digamos não empareda a casa, não é, e impede que isto aconteça, porque isto vai-se verter todo, digamos o procedimento, porque neste caso o município tem que se coibir, não é, eu penso que é este o termo de retirar aquele agregado familiar e, portanto, aquele agregado familiar eventualmente estará a passar à frente de outros agregados familiares se calhar nestas situações mais urgentes, e era a questão que eu queria colocar, porque é que o município não reabilita rapidamente os imóveis que estão devolutos, ou porque é que não usa de outros meios para impedirem este acesso às habitações. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, enfim, eu se calhar começava por dar aqui uma informação ao senhor vereador João Gambôa, que na última Sessão Ordinária a propósito aqui de uma pergunta que foi colocada sobre o processo existente sobre o plano de pormenor do Malheiro, disse que não tinha conhecimento de nenhum processo a correr. Ora, senhor vereador, o processo tem um número 250/20.7BELLE, está no TAF da lei, é a ação principal interposta por aquela empresa que o senhor sabe qual é, a impugnar o PP do Malheiro que o senhor disse que desconhecia. Portanto, fica a informação, normalmente tem o destino das informações à Assembleia, desta vez invertemos os papéis, por isso o senhor vereador Gambôa estava esquecido, ou desconhecia que é uma coisa estranhíssima. -----

----- Depois, relativamente aqui às informações que a senhora Presidente nos trouxe, são realmente muito interessantes e eu agradeço, mas senhora Presidente, eu constato que a senhora na informação escrita da sua atividade, a senhora resume a sua intervenção às intervenções que fez no Comité das Regiões e às viagens que tem feito no exercício dessas funções. Portanto, sobre o exercício de funções aqui no concelho, a senhora disse zero, portanto não sei se está tudo, vamos ver se está tudo. E depois sobre a Europa eu queria dizer o seguinte. Eu estive aqui no dia da Europa neste salão nobre num excelente concerto que o grupo coral Adágio nos trouxe aqui para comemorar esse dia, para assinalar esse dia, e fiquei muito desiludido com a intervenção que ouvi da sua parte, e vou-lhe dizer porquê. A senhora Presidente para assinalar o dia da Europa que é um dia tão importante e tão marcante, ainda para mais na conjuntura em que vivemos atualmente com uma guerra às portas da Europa, com uma crise humanitária severíssima com milhões e milhões de refugiados, a senhora disse e está gravado, porque a senhora tecnicou à assistência que estavam a gravar para a senhora levar a cassette ou o DVD lá para Bruxelas, que a principal conquista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de Portugal ter aderido à União Europeia, então à CEE, foram os fundos comunitários, não foram os valores da União Europeia, não foi a paz que é um dos pilares da então seca que é antecedente da CEE, não foram os fundos comunitários, e eu estranhei e partilhei isso com algumas pessoas que realmente manifestaram também a mesma estranheza e está aqui o senhor deputado Joaquim Paulino que estava na assistência e que ouviu como eu ouvi aquilo que a senhora Presidente disse. Portanto, não sei se foi falta de inspiração, se foi falado aquilo que interessava mais, e lamento essa sua intervenção e queria dizer-lhe isso. -----

----- Depois, sobre a informação escrita, tinha aqui algumas questões. A primeira questão é em relação à intervenção que está a ser feita no Marachique em frente ao Intermarché, tem sido um caos instalado com a circulação automóvel naquela zona, eu não vou pôr em causa a intervenção, porque presumo que a intervenção é fundamental para corrigir aquilo que está ali feito, mal feito. A minha questão é, aquela intervenção deve ser da responsabilidade do promotor? E quais são as compensações que o promotor vai pagar ao município pelos incómodos que está a acarretar e os constrangimentos que está a acarretar para a circulação automóvel e para os moradores que circulam ali diariamente. -----

----- Segunda questão. Na página quarenta e dois fala-se no encerramento do abrigo temporário para as pessoas em condição de sem-abrigo, que terá encerrado no dia 30 de abril. A minha pergunta é porque é que encerrou e porque é que não é mantido aberto também durante os meses de verão. -----

----- Depois, na página dezanove fala-se em relação à educação, quatrocentos e quarenta e sete colaboradores nos cinco agrupamentos que estarão em situação de baixa, de férias, de licença e não se percebe exatamente quantos é que estão de baixa, quantos é que estão de férias, portanto eu gostava de saber, porque eu parece-me um número relativamente elevado, na página dezanove, não conseguimos entender qual é aqui o peso que cada uma destas situações tem neste número tão elevado. -----

----- Depois, na página dezanove também fala-se aqui em duzentos e vinte e três passes escolares no Vai e Vem. E a pergunta é porquê tão poucos com o universo que há aqui de potenciais utilizadores e isso, enfim, se me disserem que é porque não há mais pedidos, não seria boa ideia fazer uma campanha de sensibilização dos alunos e dos pais para eventualmente fomentar aqui o uso do transporte público em vez do transporte individual? Deixava essa pergunta. -----

----- Depois, na página setenta e dois, fala-se aqui que o parque urbano da zona do mercado municipal estará concluído parcialmente, na parte das obras, e eu não vi ainda parque urbano lá nenhum construído, vi um parque de estacionamento. Não sei se o executivo considera que o parque urbano é composto também por um parque de estacionamento. A minha conceção de parque urbano e o senhor deputado Carlos, não sei, está a olhar para mim, foi por isso que se criou ali os jardins, não é para construir parques de estacionamento, mas pronto, para já disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, falo aqui do Ramal do camarário da Penina, Alvor, uma situação insólita que data de 1999, com base em requerimentos feitos sucessivos às presidentes de Câmara, nomeadamente através dos vossos serviços, um grupo de moradores a propósito de uma intervenção de fundo, sobretudo ao alcatroar o Ramal camarário



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sito na Penina, freguesia de Alvor, atualmente com a toponímia de caminho da tapada da Penina. Lá são residentes cinco famílias e duas empresas e estes anos todos o Ramal continua no estado que está, basta passarem por lá e já que vão fazer intervenções na 513, era de aproveitar e alcatroar este caminho. -----

----- Falo também, na escola Júdice Bicker, vimos que a Câmara interviu na limpeza dos terrenos no corte de mato, mas no terreno adjacente que é privado está cheio de mato. Eu acho que apesar da Câmara não poder intervir, mas tem o conforme da lei... apesar do terreno ser privado devia ser uma intervenção para limpar aquilo para não criar riscos na escola. -----

----- Eu também pergunto aqui em que ponto se encontra o PDM e quando é previsível a sua discussão pública e qual é a situação da avaliação de impacto ambiental na zona de Alvor, também já vi aqui na página cinquenta e sete que estão ali a rever os terrenos rústicos e qual é a avaliação de impacto ambiental. -----

----- Consta também no auditório que estão ali montadas duas tendas de sem-abrigo no jardim público, quer dizer, andámos aqui a reabilitar os jardins públicos e agora encontrámos lá pessoas a dormir, o que não dignifica aquele jardim e que afasta as pessoas que queiram ir para aquela zona. -----

----- No balcão único, na página três, tenho de anotar uma diminuição de munícipes, face ao período homólogo, nota-se uma grande diferença de munícipes que já não vão ao balcão único e pergunto porquê. -

----- Também vi aqui na página trinta e quatro, referente aos eventos que foram feitos na cidade de Portimão, reiterando aqui o AlgarSafe'23, que teve quinhentos participantes e dez mil pessoas que foram lá ver, a Taça de Mundo de Ginástica também teve trezentos participantes e foram ver duas mil e setenta e uma pessoas. -----

----- Nos outros eventos também que a Câmara investiu bastante dinheiro, não se vê tanta participação, sim, participação em termos de atletas, mas de público não. O que poderá ser feito para melhorar, para que as pessoas possam intervir, os munícipes de Portimão possam ver esse tipo de eventos em Portimão. Para já, fico-me por aqui, tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PAN **Daniela Marlene da Conceição Duarte**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que uma primeira questão é em relação à construção do CRO, como é que está o processo e qual a data de conclusão. Temos também a questão relativamente ao abrigo temporário, como já foi dito tínhamos aqui inicialmente previsto fechar no dia 30 de abril, sabemos que tem tido uma lotação praticamente cheia. Qual é então a real estratégia do município para esta questão, se vai continuar aberto ou se está mesmo fechado e uma última questão é em relação à recolha dos resíduos recicláveis. Verifica-se um acumular deste lixo por todo o concelho, parece que a entidade responsável não está a fazer o seu papel e uma vez que temos o verão à porta e as férias, se existem algumas medidas para minimizar ou eliminar esta situação. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, começo por responder ao senhor deputado municipal Ricardo Viana. Nós temos neste momento a decorrer, ou melhor, está a decorrer um concurso para a reabilitação do bairro Pontal. Naturalmente que esqueceram-se de emparedar e obviamente que foi logo ocupada, mas temos isso em



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



linha de conta, obviamente estamos preocupados com essa situação e estamos a acompanhar como é óbvio. Em princípio, somos capazes também, eu já agora queria também dar-vos conta de uma coisa, que é assim, como sabem, o bloco de partos e a Pediatria esteve para encerrar, não vai encerrar e não vai encerrar graças a médicos que vêm de fora e foi-nos solicitado se nós tínhamos um apartamento para receber esses médicos durante o verão, porque é só durante o verão que vêm. Obviamente que também ficam com esta informação, nós vamos ter um apartamento agora no final do mês de junho e vai ficar à disposição dos médicos para poderem naturalmente ir e vir, porque alguns vêm de Braga, alguns até vêm de Braga e, portanto, isso é o que vai fazer com que nós consigamos ter durante todo o verão o bloco de partos e a Pediatria a funcionar, e é também uma obrigação nossa obviamente, na medida em que o possamos fazer a disponibilizar essa capacidade. -----

----- Senhor deputado João Caetano, eu vou-lhe responder relativamente ao abrigo, o abrigo temporário naquela altura foi preciso abri-lo, mas não estava nas melhores condições. Aliás, se lá for ver, é preciso pôr chão, é preciso fazer uma série de obras e, portanto, agora encerrou, vamos aproveitar agora este tempo bom, não é, o verão para fazermos as obras que são necessárias para depois reabrir novamente, não é nossa intenção fechar definitivamente o abrigo, não é nossa intenção. Não está nas devidas condições. No inverno, como havia aquela emergência de tirar as pessoas da rua para não estarem à chuva, obviamente que foram para lá mesmo em condições que não eram as mais confortáveis. Vamos dotar o espaço de condições mais confortáveis para poderem estar. -----

----- Relativamente ao parque urbano, obviamente que o que está pronto é só o espaço do estacionamento, do parque de estacionamento. O relatório final vai à próxima reunião de Câmara para ser adjudicado. Sim, sim, com certeza, ó senhor deputado, eu não estou a dizer outra coisa, está bem, olhe se calhar foi o funcionário ou o técnico que deu uma informação que se calhar não é a mais correta, pronto pelo facto, peço desculpa, mas realmente não é, só está o estacionamento, o parque urbano não está feito, o parque urbano propriamente dito, se lá está escrito dessa forma, está mal escrito, pronto. -----

----- Relativamente à intervenção em frente ao Intermarché, naturalmente que aquela intervenção é necessária, porque senão continuaria a cair lá para baixo. Se há ou não, eu acho que não vai haver ressarcimento às pessoas que passam ali, ao município, não sei se está falado alguma coisa ou não está, mas naturalmente que depois abordaremos essa questão. -----

----- Quanto ao senhor deputado Pedro Mota, Ramal da Penina, eu não sei bem qual é este Ramal, sinceramente não estou a ver qual é o Ramal, é terreno agrícola, portanto não se pode fazer caminho, é terreno agrícola. -----

----- Depois, o terreno da Júdice Fialho, naturalmente que nós iremos mandar limpar, naturalmente se é privado, a pessoa já deve ter sido notificada, mas se não limpou, obviamente, aliás, o outro dia trouxemos à reunião de Câmara exatamente a tomada de posse de um terreno, porque o proprietário não limpou. -----

----- Depois, junto ao auditório estão duas tendas, tem toda a razão, estão lá duas tendas já há imenso tempo e já deviam de ter saído há muito tempo, até porque não são de cá e, portanto, e não sei o que é que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



acontece em Portimão que toda a gente vem aqui parar, mas pronto, vamos acompanhar a situação e ver se a gente os encaminha. -----

----- Balcão único, porquê menos munícipes, porque neste momento como todos os processos na área do urbanismo são entregues via informática e como praticamente tudo passou lá para baixo, nesta área poucos munícipes vão ali tratar dessa área e era muita gente que ia ali tratar da área do urbanismo. Portanto, é por isso que há menos cidadãos. -----

----- Eventos, tem toda a razão, eu gostava muito de que de facto as pessoas aderissem aos eventos, mas a gente também, nós divulgamos, obviamente que uma grande parte das pessoas não tem interesse por muitos. Nós também temos que continuar a insistir, porque é assim, não sei se se recordam, mas quando foi da ginástica rítmica, os primeiros anos em que tivemos aqui as taças e os campeonatos da ginástica rítmica não ia ninguém, não ia ninguém, ia pouca gente, não é ninguém, ia pouca gente e o que acontece é que as pessoas agora foram-se habituando e agora já estava cheia, e agora de facto já havia muita gente. -----

----- A Daniela, a senhora deputada municipal Daniela Duarte, o CRO está quase concluído, está quase e, portanto, um dia destes fazemos a inauguração. -----

----- O abrigo temporário já respondi. -----

----- Ah! há aqui uma coisa que não se deve confundir. Ele chama-se abrigo temporário não é por estar aberto uma fase e depois fechar. Chama-se abrigo temporário porque as pessoas que lá estão só podem estar por determinados períodos, é por isso que é temporário. Não é porque está aberto meia dúzia de meses e fecha outra meia dúzia. Não, a ideia é fazer com que aquelas pessoas encontrem um modo de vida, encontrem uma saída e, portanto, que saiam daquela vida, fundamentalmente é isso que nós pretendemos, não é ter ali aquelas pessoas *ad aeternum*, porque isso assim não adiantamos nada, cada vez vêm mais e não há casas que cheguem, não há casas que cheguem. -----

----- Quanto aos RSU, tem toda a razão. Olhe, eu sinceramente o outro dia irritei-me e pedi à EMARP para fazer um autocolante e colar em todos os equipamentos da ALGAR com o contacto da ALGAR, portanto, para as pessoas ligarem para lá. -----

----- Quanto mais ligarem mais se envergonham. Agora, o que eu vos digo é que aquilo que se passa em Portimão é o que se passa em todo o Algarve. Portimão não é exceção, aquilo que se passa aqui é o que se passa em toda a parte, os meus colegas queixam-se exatamente do mesmo. Qual é a alternativa, neste momento não temos, neste momento não temos, portanto, é continuarmos a pressionar para que eles façam o trabalho e mais nada, não temos alternativa de momento, ainda não encontrámos. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, queria apenas perguntar à senhora Presidente de Câmara duas questões, aproveitando aqui a informação escrita que nos apresenta e que tem a ver com a saúde. É livre, portanto não fala aqui em nada disso, só que como utente que sou neste momento e como responsável que fui no passado, consigo fazer a diferença entre o dia de hoje e o passado quando lá estive, e é preocupante os portimonenses sofrerem da forma que sofrem, não só com Pediatria como é lógico, não só com o encerramento de serviços que se tem



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



verificado neste hospital, com o encerramento e com acabar com determinadas valências que o hospital tinha e que na altura se desenvolveram, se apoiaram, isso preocupa-me. Eu pergunto se a Câmara e a senhora Presidente tendo responsabilidade também, exercendo um cargo dentro do CHUA como exerce, pelo menos anunciou a toda a gente o que era a Presidente do Conselho consultivo, ou uma coisa qualquer do género, portanto tem responsabilidades. Pergunto se está satisfeita, portanto, com esta situação. -----

----- Outro ponto que queria aqui também invocar e colocar, apesar de você já ter respondido em parte, mas não na totalidade, que tem a ver com a falta, portanto, a desculpa do hospital de estarem com falta de médicos. Tudo bem, não só no hospital, como no centro de saúde e você sabe que eu sou uma pessoa de certa forma informada sobre essa questão, não só por aquilo que já passei lá, como também pelo facto familiar. E pergunto-lhe porque assisti aqui à vinda de dois ministros anunciar na altura o Mais Habitação, portanto a senhora Ministra da Habitação e o senhor Ministro da Educação, é que nos foi dito que o estado tinha um contrato, portanto ou fez, ou comprou onze apartamentos, o B que eram onze no edifício da Caixa Agrícola para servir e dar apoio aos médicos, aos enfermeiros, eventualmente aos médicos pelo menos disse, disse aos professores e aos polícias, eventualmente aos serviços de segurança. Não sei foi dito e está gravado, portanto, não diga que não porque é verdade. O que eu queria perguntar à senhora Presidente, tendo havido concurso público aberto para vagas nos centros de saúde e nos hospitais, e com a falta de médicos que houve, eu penso que era uma oportunidade que tínhamos para eventualmente oferecer a esses profissionais e ajudar para que eles viessem para ocupar, portanto esses lugares, portanto foi a concurso, afinal ficaram todos vazios, o Ministro da Saúde disse que foi normal e as expectativas que resultaram até foram excelentes, mais do que pensava, enfim, abriu seiscentas ou setecentas a nível do país e aqui em Portimão eu não sei quantas foram ocupadas, mas se calhar nem uma, mas sei que distribuíram e, portanto, no hospital não sei quantas foi para a especialidade, mas posso saber. Eu pergunto se isso terá uma oportunidade boa, oferecer esses apartamentos ou ter esses apartamentos, a Câmara pressionar, já que visto que não é dona, não foi a Câmara que comprou esses apartamentos, mas que foram anunciados para esse fim. Eu pergunto à senhora Presidente como é que está esse processo, se já está, se não está, se a oportunidade foi perdida quando os concursos públicos são abertos e que deveriam estar à disponibilidade desses profissionais os tais apartamentos para que se aliciasse as pessoas a ocupar os lugares que são vagos e nada disso acontece e, portanto, vão ser ocupados provavelmente de outra forma com outros profissionais e aqueles que a Câmara deveria defender com alguma agressividade se fosse preciso defesa dos interesses dos portimonenses a nível de saúde, porque não é só a desculpa que faltam profissionais, é evidente que faltam profissionais, mas quando há oportunidade que eles possam vir para Portimão não se dá essa oportunidade, ficamos com ela reservada, não acabamos aquilo que prometemos em tempo e, portanto, quando vêm já é tarde, já não há nada. Tenho dito por enquanto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, bom, em primeiro lugar, o cargo que ocupava, pedi a demissão assim que o meu filho casou ou começou a namorar com a minha nora. Portanto, pedi imediatamente a demissão, portanto já



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



têm um novo Presidente, já tem o Conselho Consultivo constituído, eu abandonei imediatamente, apresentei a demissão na AMAL, como, aliás, seria de esperar, não é? -----
Bom, depois, aquele protocolo que vieram aqui assinar do Mais Habitação, há aí uma confusão que o senhor membro da Assembleia Municipal tem, o Dr. Natalino, que é o seguinte. O que foi assinado aqui era do ERU, foi assinado com o Ministro da Educação que era para professores. Esse de que está a falar por cima da Caixa Agrícola era só para professores. Não, não, só para professores. Aquele que nós dizemos que é para médicos, forças de segurança e professores, eventualmente são os vinte e sete apartamentos que vamos receber no âmbito da habitação a custos controlados, estes sim estes sempre me ouviu dizer e continuarei a dizer que são essencialmente para profissionais de saúde, não é só para médicos, médicos, enfermeiros e forças de segurança, porque eu entendi e não me pergunte porque eu não sei responder como é que está a situação dos tais quinze apartamentos, não faço a menor ideia, tal como não fui tida nem achada para a compra, também não tenho sido tida nem achada para a questão da atribuição. Dou-lhe a minha palavra de honra que não faço a menor ideia como é que o IRU está a fazer isso e, portanto, são deles, eu também não tenho que me meter, são deles e eles é que têm que gerir, ponto final e não me peçam responsabilidades a mim, eu posso pronunciar-me se estou, ou melhor, se concordo ou não concordo, isso é uma coisa. Agora, eu não tenho o direito de me meter naquilo que não é meu. Agora, os que são meus, os que vão ser nossos são estes vinte e sete e destes vinte e sete sim, aí eu garanto que são para profissionais de saúde e são sobretudo para forças e serviços de segurança. Forças, porque os serviços também já têm, porque, por exemplo, aqui a PJ, havia quatro apartamentos que nós íamos receber na 25 de Abril que a PJ tinha devolvido, não nem sequer foi a PJ que devolveu, era a dos procuradores, as casas dos procuradores e dos juízes tinham quatro naquele bloco da 25 de Abril e era, portanto do Ministério da Justiça e devolveram, devolveram nós pedimos, pedimos sim senhor, tudo bem vamos entregar, portanto, o Ministério da Justiça concordou, aqui o senhor diretor da PJ e se calhar bem obviamente, foi ao Ministério da Justiça e disse, «então se isto é do Ministério da Justiça, eu quero, porque preciso deles para os elementos da PJ, sobretudo que vai receber, em estágio vai receber muita gente e, portanto, diz ele eu tinha imensa necessidade e, portanto, eu também percebi qual era o problema dele, porque esses quatro apartamentos que nós íamos receber também eram para os médicos, esses quatro apartamentos estávamos à espera deles para ceder aos profissionais de saúde. Portanto, há uma garantia que eu posso deixar, é que tudo aquilo que nós pudermos fazer nós faremos e, portanto, não será por falta de esforços da nossa parte que as coisas deixarão de acontecer. Agora também perceba, porque eu também estou um bocadinho mais por dentro do que estava até aqui há uns tempos e vejo a luta e as dificuldades do dia-a-dia e já houve uma coisa muito importante que foi ganha para o Algarve que é o centro oncológico, o centro oncológico custa sete milhões de euros, é participado com quatro milhões de euros por parte dos fundos europeus e que vai ser, já está cedido o terreno, vai ser ao lado onde vai ser o futuro hospital central. Agora, este vai arrancar, já está feito o caderno de encargos, está tudo feito, portanto vai arrancar certamente muito primeiro que o próprio hospital central e, portanto, eu sinceramente acompanho estes problemas com muita, olhe até com algum



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sofrimento de eu não poder ajudar a ultrapassar tanta dificuldade que vejo acontecer todos os dias. Tenho dito. -----

----- Interveio o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para perguntar à senhora Presidente se ela está satisfeita ou não está satisfeita com aquilo que o governo tem feito em relação ao hospital. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que é preciso fazer mais. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, foi dito que a Pediatria ia fechar de quinze em quinze dias, foi isso que foi dito, que apareceu na comunicação social, não foi que ficaria aberta o mês inteiro ou o ano inteiro, e também já agora lhe dizer, eu sou do tempo em que a senhora apresentou uma providência cautelar por muito menos, uma milésima da parte daquilo que está aqui a acontecer. O que é que a senhora pensa, é isso que eu lhe estou a perguntar, o que é que a senhora pensa pelo facto da nossa Pediatria, do bloco de partos, tudo isso estar a encerrar e, portanto, o que é que a senhora pensa sobre isto, não faz pressão, está satisfeita com esta situação? Eu não sei, quer dizer, se no passado uma milésima da parte a senhora mostrou preocupação, cordão humano à volta do hospital, providência cautelar a senhora fez e é a milésima parte daquilo que está a acontecer neste momento. O que é que a senhora tem a dizer sobre isto? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que essa milésima parte é que deu cabo do hospital de Portimão, porque foi a fusão dos dois hospitais, foi a constituição do CHUA e foi aí que eu pus a providência cautelar. Portanto, essa milésima parte foi o que destruiu o hospital de Portimão, veja só, a milésima parte. Muito obrigada. ---

----- Interveio o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que é a milésima parte, muito bem e ele concorda e é contra e sempre foi contra essa situação como a senhora sabe. Agora, o que lhe pergunto é, já estão lá há quantos anos, porquê? -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marilu Veiga Correia Baptista Santana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ouviu falar sobre a pouca participação nos eventos. Eu acho que a rede de Vai e Vem não permite que mais gente venha aos eventos, porque há muita gente sem viatura própria e ao fim-de-semana as pessoas idosas que até gostavam de vir ver as marchas de Portimão às quatro e meia da tarde não há autocarro, por exemplo, para a Pedra Mourinha ao fim-de-semana. Portanto, essas pessoas eu oiço-as lamentar no próprio Vai e Vem que eu sou utilizadora, de que querem vir a mais eventos, mas não podem porque não têm transportes. Obrigado, boa noite. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PAN **Daniela Marlene da Conceição Duarte**, para dizer que agradece os esclarecimentos. Ainda sobre o abrigo, mesmo depois das obras, é para manterem aberto só no inverno ou ao longo de todo o ano? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, ainda no seguimento daquilo que a senhora Presidente da Câmara disse a propósito ainda do acordo estabelecido entre a Câmara Municipal, o IRU e a DEGAE, eu fiquei aqui com algumas dúvidas, porque eu tive o prazer de estar aqui nesse dia, no dia 2 salvo erro quinta-feira, e aquilo que eu assisti aqui foi o Ministro da Habitação Marina Gonçalves e o Ministro João Costa da educação e a senhora Presidente, enfim, de certa forma exaltarem aqui este grande acordo feito com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e a Direção Geral da Administração Escolar, tendo em vista garantir a fixação de docentes deslocados em territórios onde existem dificuldades e Portimão era um exemplo disso. Por sua vez, também foi aqui dito que este acordo com quinze apartamentos no centro da cidade de Portimão, do edifício que aqui já foi falado, treze com tipologia T2, um com tipologia T3 e um com tipologia T4 que não se destinavam só a professores, mas também a profissionais de saúde deslocados. Eu lembro-me de ter ouvido isso, lembro-me, portanto eu não devo estar a fazer muita confusão, mas de qualquer das maneiras ainda vou puxar mais pela minha memória, e a questão aqui que eu coloco, no fundo, até é no seguimento da questão já colocada, em que ponto é que esta situação está. Ouvi agora a senhora Presidente também dizer que não sabe como é que está esta situação, mas, no entanto, isto foi, de certa forma foi não só patrocinado, foi falado, foi publicitado com pompa e circunstância, mas aquilo que agora se vê é que este acordo, famigerado acordo destes quinze apartamentos não saem à cena, nem se sabe muito em que situação é que isto está, e a senhora Presidente não sabe, mas eu vou-lhe dizer porque é mero acaso. Se a senhora Presidente for ao site do IRU, nomeadamente no portal do Arrenda e Arrenda Acessível, onze destes apartamentos estão lá publicitados, as pessoas têm é que se candidatar, alguns deles com renda entre os quatrocentos e treze e quatrocentos e oitenta e dois euros. Portanto, aquilo que foi aqui se calhar publicitado, ou existe aqui alguma confusão, ou existe aqui algum engano, ou então aquilo que se calhar criaram a ideia no executivo não é aquilo que se está a passar na prática, e eu fico com estas dúvidas todas, porque por acaso onze destes quinze apartamentos estão lá a não ser que o Instituto de Habitação Reabilitação do Património tenha feito um acordo com a DEGAE, além dos quinze com conhecimento da senhora Presidente, ainda tenham ido buscar mais onze apartamentos ao mesmo edifício para colocar ao serviço da renda acessível. Portanto, a dúvida persiste, e eu gostava de ser esclarecido sobre isso, ou nós gostávamos de ser esclarecidos sobre isso. -----

----- Depois, outra questão tem a ver com reuniões do trabalho do âmbito da Jornada Mundial da Juventude que prevê o acolhimento de cerca de quatro mil jovens no município de Portimão. A questão é exatamente esta, são quatro mil jovens, não são quarenta, não são quatrocentos, são quatro mil jovens. Porquê a decisão de receber estes jovens, portanto tem que haver aqui uma motivação forte por trás de receber estes jovens na autarquia de Portimão, qual é que é o motivo que está por trás disto, gostaríamos também de ser esclarecidos nesse sentido, qual o planeamento que está a ser efetuado, onde vão ficar, qual é o programa que estão a desenvolver para estes quatro mil jovens, qual o custo desta iniciativa, de onde é que vem o financiamento e como é que se está a preparar a segurança e prevenção, nomeadamente até da saúde



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



relativamente a esta vinda destes quatro mil jovens, uma vez que não é obviamente normal a circunstância em que o fazem. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, queria perguntar aqui, já tinha questionado aqui a situação do PDM, em que ponto se encontra o PDM de Portimão, a alteração da UP2 no Alto do Poço o que é que vai ser alterado e o que é que vai ser feito em Reguengo, também gostaria de saber sobre esse assunto, e pergunto também a questão da pousada da juventude, se a pousada da juventude ainda está com os refugiados da guerra da Ucrânia, ou se este ano já vai ter os nossos jovens em Portimão a passar férias na pousada da juventude. Neste momento, fico-me por aqui, tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, a providência cautelar em 2013 foi usada como bandeira na candidatura da senhora Presidente Isilda Gomes. Houve uma providência cautelar que foi interposta, que foi ganha, procedeu na sua totalidade, não posso dizer tudo quais foram as condenações, os atos administrativos que foram procedentes porque senão fico sem tempo e eu questiono, estamos em 2023, o que é que a senhora Presidente, o que é que aconteceu a esta providência cautelar e de 2013 até aqui, como bem disse o senhor deputado Natalino, o hospital ainda se mais desmantelou, o hospital destruiu-se. Entretanto, eu não percebo como é que foi usada como bandeira na sua campanha eleitoral, a minha questão é o seguinte, foi só usada como bandeira para a campanha eleitoral para a senhora ganhar as eleições, ou foi usada em defesa do direito dos cidadãos e dos utentes do sistema nacional de saúde, nomeadamente o hospital do Barlavento naquela altura. -----

----- Outra questão, na página cinquenta e três da informação, visão de planeamento urbano tem aqui, «foram realizadas pela divisão as seguintes ações: preparação da hasta pública do barranco do Rodrigo». Este barranco do Rodrigo a hasta pública, podem-me informar o que é que se trata, qual é este terreno, a hasta pública, o que é que vai ser vendido. Eu recorde-me de estar numa conferência de líderes, que um dos pontos da Assembleia Municipal tinha esta situação, foi retirado porque a senhora Presidente da Assembleia Municipal disse que iria pedir informações ao senhor vereador sobre isto, ao senhor vereador Gambôa sobre esta situação, inclusivamente a senhora até chegou atrasada à conferência de líderes, porque estava a falar com o vereador Gambôa no seu gabinete, e até hoje senhora Presidente, nós não obtivemos mais informação. Eu sei que é prática nesta casa, principalmente nas suas intervenções o esquecimento, o deixar passar e eu agora quero, o pedido de esclarecimento que eu peço, não só peço ao departamento do urbanismo, como também aproveito para pedir o que é este barranco do Rodrigo, se é realmente a parcela de terreno o ponto que foi suspenso daquela Assembleia Municipal, da Assembleia Municipal que se iria realizar, porque a senhora Presidente pediu imensas informações ao senhor vereador Gambôa, porque considerava essenciais para depois discutirmos este ponto. É só isto que eu quero saber, que barranco do Rodrigo é este, que hasta pública é esta. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, duas perguntas muito simples. Primeira, se o município, porque pelo menos eu às vezes falha-me coisas, é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



um documento extenso, mas eu não encontro na informação da senhora Presidente referências a medidas, nomeadamente que parecem tão necessárias, se o município tem medidas pensadas ou estruturadas para poupar a água, para evitar desperdícios de água no município, que medidas está a ponderar ou se já existem. Primeira pergunta. -----

----- Segunda pergunta. Em relação aos médicos que nos disse há pouco, confirmou que virão assegurar e que o hospital já não encerra, ou a maternidade não encerra. Eu gostaria de saber se a senhora Presidente nos pode indicar quais são as condições para esses médicos, nomeadamente vêm de Braga, portanto quais são as condições para virem, se há condições, nomeadamente encargos, qual a parte que incide sobre o município, nomeadamente quais as condições que o município tem que prover, o que é que, o município é responsável por sei lá, pagar além de prover a alimentação, enfim, quais as condições para estes senhores virem, e se vêm de férias, mas estarão disponíveis para as urgências ou se vêm para trabalhar a tempo inteiro. Pronto, estas condições básicas. -----

----- Eu ia também perguntar, vou-me repetir um pouco, mas a minha colega já falou nisso, ia perguntar, sobre a providência cautelar efetivamente que foi vencida, teve ganho de causa, qualquer providência cautelar é uma decisão provisória, já agora esclareça-me só se houve ação principal intentada a seguir para ter efeitos definitivos, ou não, ou se houve alguma execução da mesma, porque eu também desconheço e pode ser ignorância minha, mas gostaria apenas que me dissesse qual a execução dada posteriormente à decisão cautelar e por agora tenho dito. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que não combinou com a deputada municipal Cristina Velha, mas uma das questões que ela trazia aqui, prende-se justamente com a água. Já uma vez falei disso aqui nesta Assembleia Municipal, porque na informação escrita que tinha sido apresentada aqui à transato quando abordei a questão, havia um enorme desperdício da água da rede, e eu perguntei aqui quais eram as medidas que se iam adotar para minorar a perda de água da rede, a senhora Presidente deu-me razão e diz que de facto haviam que implementar medidas, mas de facto desconheço o que é que foi feito e, aliás, nesta informação escrita nem tão pouco se informa qual é a perda da água que existe na rede. -----

----- Aquilo que se diz aqui na página cento e dois, é relativamente à capacidade de reserva da água tratada em dias, que se diz, «considerando a reserva da água tratada em dias para consumo médio anual, há uma reserva \de três dias, para o consumo médio de verão há uma reserva de dois dias e para o consumo médio de inverno quatro dias». Ora, isto eu queria que me informasse de facto que isto é assim como está, porque acho que de facto a capacidade de reserva face às nossas necessidades é muito pouca, e em anos de seca que se avizinham como de seca, gostaria de saber qual é a estratégia do executivo para minorar esta questão. -----

----- Outra questão e vou ser muito rápida, e vou apelar aqui à benevolência da mesa. A senhora Presidente de Câmara falou há pouco de facto que os processos do urbanismo eram apresentados todos por via digital,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e eu pergunto-me se têm conhecimento das dificuldades que existem na dificuldade de acesso e de submissão dos processos por via digital. É que é assim, é um programa específico, a maior parte das pessoas que utilizam têm conhecimentos na ótica do utilizador e depois muitas vezes já aconteceu comigo, já aconteceu com colegas aqui da comarca, tentam submeter alguma coisa, não conseguem e da parte dos serviços não há nenhum apoio na utilização da plataforma. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tinha aqui duas, ou três, ou quatro questões a pôr, por exemplo, a primeira. Os certificados da residência atribuídos aos cidadãos estrangeiros têm residência, habitação própria? Será que têm residência própria? É que se não tiverem de contrário ainda mais acentuarão o problema da habitação no município. -----

----- Na página sessenta e dois, no departamento de obras, gestão de equipamentos públicos, embora não venham obras em curso ou em processo, eu desejava saber em que situação processual está a requalificação dos viadutos degradados da V6 na praia da Rocha. -----

----- Terceiro ponto, a remodelação do edifício da PSP estava pendente da ligação de um gerador até ao dia 27-05. Será que está concluída? E uma última questão por agora, a distribuição de impostos diretos, abril de 2023. Em dessintonância com o apregoar do governo central, que prevê uma ascensão na economia de dois vírgula seis para 2023 em Portugal, o município espelha pela sua derrama, o inverso, sofre um decréscimo de zero vírgula nove por cento em relação a 22. Sintoma demonstrativo da falta de programas de investimento e incentivos por parte da autarquia no alavancar da economia. A derrama é um belo indicador no avaliar de uma economia. E por agora me fico. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, novamente aqui na página três sobre a pouca procura do balcão único, por exemplo, no balcão único na renovação de cartões de cidadão, por exemplo, este mês não teve nada, o mês anterior e no ano anterior tiveram dezanove, por exemplo, não é só também em termos desses serviços eletrónicos, mas também vê-se aqui muitas situações que foi muito reduzido em várias situações até no pagamento da água, faturas, pedidos de cartões de cidadão e outros mais. -----

----- Outra situação que também vi aqui, foi vinte e cinco mil euros, um subsídio para a associação de estudantes da Universidade do Algarve, e eu queria saber para quê vinte e cinco mil euros para uma associação de estudantes. -----

----- Outra situação que vejo aqui também na página setenta e um continua ainda muito os ajustes diretos e a consulta prévia. -----

----- Nas referências de água já foi dito aqui, essa parte do desperdício de água foi eliminado e também tinha aqui na página dezanove que também foi perguntado pelo senhor deputado, também destes quatrocentos e tal funcionários que estão de baixas e de férias. Se são das escolas, de férias não devem estar, porque as escolas ainda estão em funcionamento, provavelmente seja de baixa, o que acho que é um número muito elevado, mas, no entanto, fico-me por aqui. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que são muitas perguntas, se não conseguir responder, depois voltem novamente a perguntar que ela tenta responder. Bom, penso que a primeira foi a dona Marilu Baptista do Bloco de Esquerda, pouca participação nos eventos, Vai e Vem, autocarro, tomámos a devida nota, obviamente não lhe vou responder agora, porque não sei. -----

----- Daniela, abrigo, eu peço desculpa tratá-la por Daniela, mas é tão jovem que me apetece tratá-la por Daniela, senhora deputada municipal Daniela Duarte, o abrigo é para todo o ano, obviamente, apesar de ser abrigo temporário é temporário para as pessoas que lá estão. -----

----- Depois, o senhor deputado Paulo Canha, acordo com o IRU. Senhor deputado, foi mesmo para os professores, aliás, eu estava agora aqui a ver no site da, bem, já nem sei qual é o site, mas eu tenho aqui o site eu já lhe digo qual é, Portugal.gov.pt e tem aqui exatamente «IRU e DEGAE assinam protocolo para garantir habitação a professores deslocados». É o que está escrito, para lá disso eu não tenho mais informações. Cedi aqui o espaço, pediram-me o espaço, nada mais, e eu cedi o salão nobre, com certeza eu estava presente e apoiei e achei bem, e achei bem. Agora, não me compete a mim como deve calcular fazer o processo, era bom que me competisse a mim, era bom que me dessem o processo para eu dirigir, mas não dão, é deles e eles fazem aquilo que entendem. -----

----- Jornada Mundial da Juventude, quatro mil jovens. Eu depois vou pedir à senhora vereadora, porque ela tem acompanhado esse projeto e esse processo. Aquilo que posso dizer é que eu já me inscrevi para receber cinco na minha casa. Portanto, a maioria são recebidos em casas, só é preciso espaço no chão, porque eles trazem sacos cama, trazem sacos cama e, portanto, instalam-se, não é preciso mais nada, é aquilo que nos pedem e quem está a coordenar tudo isto é um padre brasileiro jesuíta, quem vai à missa na igreja matriz houve isto todos os domingos e todos os domingos pedem a famílias que recebam as pessoas. Se não houver, obviamente que eles vão ficar nas nossas escolas, nos pavilhões das escolas. -----

----- Onde decorrem as atividades principais, é no pavilhão Arena e é dentro e fora do pavilhão Arena. Como é que vieram cá parar, não faço a menor ideia, quem veio falar comigo foi o padre Mário com o senhor padre, com o padre jesuíta que agora esqueci-me do nome, dizer que tinham quatro mil jovens para vir para Portimão, não sei como é que foi escolhido Portimão, mas comparado com os sessenta mil que vai receber o meu colega de Cascais, é assim um bocadinho diferente ainda. Eu recebo quatro mil, ele vai receber sessenta mil jovens em Cascais e, portanto, isto vão ser distribuídos um pouco pelo país todo, faz parte, faz parte e, portanto, o senhor que também é católico também devia estar orgulhoso de ter aqui os jovens da Jornada Mundial da Juventude. Eu estou, eu sinto orgulho nisso. -----

----- Depois, o senhor deputado Pedro Mota pediu a situação do PDM, depois o senhor vereador vai informar. -----

----- A pousada da juventude, para já não temos nada a ver com para lá colocar nem ninguém obviamente.

----- A senhora deputada municipal Ângela Venâncio, providência cautelar, olhe eu só lhe digo uma coisa, ó senhora deputada. Eu já ganhei mais duas eleições sem ser preciso fazer nenhuma providência cautelar e já



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ganhei mais duas eleições e sempre com mais votos, de modo que não sei o que é que quer dizer com isso, se acha que eu usei a providência cautelar está muito enganada, e nem os portimonenses são parvos para votarem em mim por causa de uma providência cautelar. Tanto que não são que a seguir votaram em mais duas eleições. -----

----- O hospital destruiu-se, olhe, eu sinceramente não comento estas coisas, porque acho que não vale a pena comentar. -----

----- Barranco do Rodrigo, hasta pública, vai à próxima reunião de Câmara, temos uma reunião extraordinária marcada para quinta-feira, portanto quinta-feira vai o barranco do Rodrigo à reunião de Câmara. -----

----- A senhora deputada municipal Cristina Velha, poupar água, sim senhor, nós temos um plano obviamente e como a senhora deputada Marta Caetano também falou no mesmo assunto vou aproveitar para responder às duas. No ano passado poupámos cento e setenta e cinco mil metros cúbicos de água. O que estamos a fazer, é utilizar e estamos a implementar cada vez mais um sistema de rega inteligente, rega inteligente. -----

----- A senhora deputada municipal perguntou o que é que compete, que condições é que a Câmara dá. A Câmara não tem que dar condições nenhuma aos médicos, nada, não há encargos, pediram-me apenas se tivéssemos um apartamento para disponibilizar para eles ocuparem. De resto, a Câmara não tem, zero encargos com a vinda dos médicos. Entretanto, relativamente ainda à pergunta da senhora deputada municipal Marta Caetano, a capacidade de reserva, eu depois vou passar, vou pedir ao Dr. Pedro Romão para chegar ali e dar uma informação sobre o que é que é isso da capacidade de reserva que eu também não sei, também não sei tudo. Portanto, por isso é que os técnicos estão habilitados a isso. -----

----- Depois, dificuldades no processo de admissão dos processos por via digital. Está ali o senhor vereador, explicará obviamente. Entretanto, perdas de água, não sei quem foi que me perguntou, foi a senhora deputada municipal Marta Caetano. Olhe, somos classificados pela ERSAR como um bom município, temos bom nessa avaliação, temos dezoito por cento de perda de água, dezoito por cento. A ERSAR classificou-nos com bom. Agora, se quer discutir os critérios com a ERSAR ou dizer que a ERSAR não percebe nada disto, então diga aos senhores da ERSAR, agora não me venha dizer a mim. -----

----- O senhor deputado Mário Espinha perguntou por causa dos certificados, eu vou pedir à senhora vereadora para responder. -----

----- Relativamente à PSP, está tudo concluído, tudo concluído, a obra está pronta. -----

----- Relativamente à derrama, já discutimos muitas vezes porque é que continuamos a implementar a derrama. Porque a derrama só é paga por quem tem muito lucro, porque as pequenas empresas não pagam derrama e, portanto, não têm um lucro suficiente para pagarem derrama, e o que pagam é muito pouco. ---

----- Senhor deputado Pedro Mota, perguntou-me de uma escola, o que era a escola... Ah! Não acho que foi para as festas, ah! A organização de uma competição a nível nacional com outras associações universitárias.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Pronto, agora passo a palavra, se não se importa senhora Presidente, responde primeiro o senhor vereador, depois a senhora vereadora, se faz favor. Muito obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e responder ao senhor deputado Pedro Mota. Sobre o PDM, é evidente que há timings e regras e a legislação diz que temos que o ter terminado até ao final do ano, mas queria partilhar convosco, ainda bem que faz esta questão, porque tivemos há pouco tempo uma reunião, há duas semanas, uma reunião com a Ministra da Habitação e com a Ministra da Coesão Territorial, onde também se analisou o estado dos PDM do Algarve e queria partilhar aqui dois testemunhos, um era de Faro que anda há quatro anos para lá e para cá com as entidades, porque foi aqui um dos primeiros e realmente andar aqui à frente às tantas não é bom o caminho, e outro já disse aqui várias vezes, foi o meu colega de Silves que por um lado a se congratular que tinha sido bom aluno, tinha tido o PDM, tinha sido o primeiro e agora está com um problema, fomos todos ultrapassados pelo tempo, está com um problema grave que acabou com as zonas de expansão urbana, que é isso que as novas revisões do PDM preveem, o RJIT e agora está com problemas de habitação e problemas de desenvolvimento de habitação e aumentar a especulação imobiliária. -----

----- Fez-me ainda aqui duas questões sobre dois processos que estão a andar, um tem a ver com o Alto do Poço em Alvor, a UP2, isto tem uma pequena alteração de uma via ali junto à V3, da V3 mesmo em frente à Prainha, é um ajuste, tem a ver ali com o empreendimento que também é da Prainha e que, portanto tem um ajuste de uma via de cinquenta metros para o lado numa extensão de duzentos metros, mas requer uma alteração de um plano, não há de outra forma e o Morgado do Reguengo, tem a ver precisamente com o plano do Morgado do Reguengo que se vai desenvolver, o promotor quer desenvolver a outra fase, mas, entretanto a legislação mudou e como tem mais dez hectares teve que ser objeto de uma declaração de impacto ambiental que por sua vez até vem condicionada e também se vai ter que fazer uma alteração muito parecida a esta do Alto do Poço que é mexer uma via para desviar uma mancha de sobreiros. -----

----- Sobre o EPaper e sobre o processo digital, eu vou fazer esta analogia, porque no outro dia alguém me perguntava, perguntava se tinha algumas dificuldades e eu dizia-lhe o seguinte, «quando compra um móvel no IKEA consegue montá-lo sem ler as instruções»? Não, existe um documento que está muito bem feito pelo engenheiro Escudeiro, muito exaustivo em que quem ler aquele documento e aquelas regras consegue submeter à primeira qualquer projeto e qualquer requerimento no EPaper. Obrigado. -----

----- Interveio a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer à senhora Presidente que as suas questões estão para responder, ela não viu qualquer resposta em relação às suas questões e está confusa. Não sou surda, senhora Presidente, um bocadinho mais de respeito, não é surda, a senhora só respondeu àquilo que queria responder. Na minha questão em relação à providência cautelar, eu coloquei duas questões alternativas e a senhora só respondeu a uma, a mais importante sobre o que foi feito, a providência cautelar, o que é que foi e qual foi o efeito, inclusivamente a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



senhora doutora Cristina Velha também questionou e não foi respondida. Portanto, essa parte é que eu insisto. -----

----- Mais, em relação ao barranco do Rodrigo, eu não percebo, então é preparada uma hasta pública, é tirado o ponto a discussão do mesmo numa ordem de trabalhos para uma Assembleia Municipal. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer à senhora deputada que ela já fez essa intervenção. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, não, mas é que ainda não foi esclarecido e se calhar também a senhora Presidente da Assembleia Municipal tem alguma obrigação de informar a todos os membros que estão presentes qual foi o intuito da sua atitude na conferência de líderes. Quer dizer, nós temos que ser respeitados como deputados, não é eu apetece-me fazer informação, porque não encontro correto, não está correto e os assuntos ficam esquecidos, já não ficou a primeira vez, já ficou a segunda vez e mais, eu não admito... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer à senhora deputada que ela está num estado de exceção. Não, a senhora deputada não admite as regras de funcionamento desta Assembleia e agora começa a falar por cima. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que a senhora Presidente só tem regras para a deputada Independente, para os deputados do seu partido não tem regras. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não senhora deputada, vamos continuar. Olhe que não, -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio quadros**, eu quero resposta às minhas questões. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhora deputada, há uma regra na democracia que é muito simples. Os senhores deputados são livres de fazer as perguntas, os membros do executivo que são obviamente representados na pessoa da senhora Presidente, respondem no verdadeiro sentido que politicamente entendem responder, e depois os partidos e os deputados farão a apreciação política do conteúdo da resposta. Agora, nós não podemos obrigar, eu não posso enquanto Presidente da Assembleia obrigar os senhores deputados a fazerem as perguntas num determinado formato, e como também não posso obrigar a senhora Presidente da Câmara e os senhores vereadores a fazerem a resposta no formato pretendido pelos senhores deputados que fizeram. Portanto, a questão considera-se respondida ou não respondida em função daquilo que é a perspetiva de cada um dos membros e dos deputados, e isso é uma análise política que é feita. De resto, a resposta foi feita, a senhora Presidente respondeu nos termos que entendeu responder, a senhora deputada entende que não foi respondido, é livre de fazer esse juízo de valor. Agora, não é livre é de continuar a fazer a interrupção dos trabalhos, porque tem que deixar que as pessoas que estão inscritas prossigam os trabalhos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, então a Presidente da Assembleia Municipal não dá a palavra à Dra. Isilda Gomes que é Presidente da Câmara para responder? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, a senhora Presidente da Câmara sempre que solicitou a palavra eu dei-lha. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, senhora Presidente, desculpe lá é que eu já estou tão cansada que se me permite eu respondo. Não houve ação principal, ponto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, houve a ação principal no tribunal central administrativo e mais, e digo-lhe mais senhora Presidente, a decisão da providência foi prorrogada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente às três questões que a senhora Presidente deixou para ela ainda responder. Jornadas da Juventude tiveram um ano de preparação, já há um ano que estamos em preparação com o senhor padre Luciano e a equipa que o acompanha, vamos receber quatro mil jovens, vão ser praticamente todos recebidos nas escolas, nas diferentes escolas dos agrupamentos, tem havido reuniões parcelares entre os técnicos da autarquia e o grupo que está a organizar a vinda dos jovens. O porquê de sermos escolhidos, temos uma comunidade cristã bastante ativa, uma divisão da juventude também, temos um *Know-how* em como organizar grandes eventos de proximidade, de alguma proximidade do aeroporto e condições logísticas para conseguirmos ter cá estes jovens. -----

----- Custos, os custos associados são apenas os pequenos-almoços que serão dados nas escolas, temos um protocolo, será feito um protocolo com as escolas de um preço por cada pequeno-almoço por cada jovem que irá lá ficar que são cerca de dois euros, portanto o custo ronda os sessenta e, eu tenho esse valor até aqui numa mensagem, sessenta e dois mil euros é o custo essencial que iremos ter aqui, para além do aluguer dos WC químicos para a zona desportiva da praia da Rocha. Existirão atividades culturais e desportivas, existirá desporto na praia da Rocha, algumas atividades no museu, também no Tempo, concertos, missas, seminários, workshops, essencialmente no pavilhão Arena e ao longo da zona ribeirinha onde estarão pequenas tendas também disponibilizadas por nós. Portanto, essencialmente será disponibilizado espaço logístico, espaço em termos de equipamentos e depois apoio logístico para além do apoio financeiro, não à organização, mas às escolas para o pagamento das refeições dos jovens. Pronto, acho que de uma forma geral disse aqui isto. -----

----- Pousada da juventude deslocados da Ucrânia. Os deslocados da Ucrânia já não estão na pousada da juventude há muito tempo, portanto eles já foram, respondendo aqui ao membro Pedro Mota, eles neste momento estão distribuídos por apartamentos com contratos de arrendamento em acordo com o IRU, e é o IRU que paga a renda pelo menos durante dezoito meses. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Certificados de residência. Estes certificados de residência são passados através do CLAIM com o apoio da divisão administrativa e do SEF, existe uma plataforma onde determinadas questões têm que ser respondidas e depois é passado um certificado que é assinado por mim, mas é em articulação com estas três entidades durante cinco anos e têm que ter trabalho, têm que ter residência, pronto existe uma série de condições para conseguir um certificado de residência. -----

----- Os vinte e cinco mil euros da associação de estudantes do Algarve é para o plano de atividades e foi também para o plano de atividades durante o ano, durante um ano e também para a atividade que houve na praia da Rocha com a organização do torneio de todas as associações de estudantes do país. -----

----- Baixas do pessoal não docente. Não é baixas o que diz aqui, porque também já tinha sido colocado pelo membro João Caetano. O que diz aqui na página vinte, revisitando aqui a página, página vinte, não. O que diz é, «são quatrocentos e quarenta e sete colaboradores que é quantos nós temos nas escolas», e o que diz é, «foram desenvolvidos os seguintes procedimentos, assiduidades, férias, faltas, licenças de maternidades», ou seja, é os procedimentos de se ver as faltas, fazer o processamento, fazer tudo, o que diz aqui não são baixas, é tudo o que diz respeito aos quatrocentos e quarenta e sete funcionários, mobilidades internas, gerir todas estas questões. -----

----- Os quatrocentos e quarenta e sete funcionários, colaboradores é quanto temos nas escolas, é a totalidade e é a gestão de todo... pronto, mas é isso que queríamos dizer, pode estar mal, não ser de fácil compreensão, podemos redigir da próxima vez de melhor forma. Mais, aqui acho que está tudo, abrigo temporário a senhora Presidente já falou, sendo que é para o ano inteiro, no entanto, também agora nestes meses de verão, para além das obras temos, o facto de termos muitos arrumadores, muitas pessoas que vêm de todo o país, porque aqui é um local onde têm de alguma forma a possibilidade de ter algum rendimento e termos um abrigo nesta altura também aberto poderá causar aqui alguma entropia, mas não é por esse facto de estar encerrado. Como a senhora Presidente disse é pelas obras de manutenção que estão neste momento a decorrer. Acho que está tudo. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da CDU (PCP/PEV) **Pedro Filipe Martins da Purificação**, então ainda no início desta reunião havia uma moção da CDU que pedia que esta Assembleia tomasse medidas urgentes e necessárias para garantir a fixação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde. Noto agora que passado isso, o meu léxico também é curto, que anda aí muita malta que votou contra esta moção preocupada com a fixação dos médicos aqui em Portimão. -----

----- Agora, a resposta sobre o lixo não é nada, porque é o seguinte. A privatização do lixo nós sabemos que a ALGAR é uma empresa privada que está a encher a nossa cidade de lixo, e o que acontece é que nós não podemos ganhar muitos prémios, incluindo aquele de ser a cidade com mais lixo espalhado aí pelas ruas. Portanto, é muito importante que a Câmara tome iniciativa junto da ALGAR e, aliás, até a própria AMAL tome iniciativa junto da ALGAR, para tirar. Aproxima-se o verão, nós sabemos como é que foi nos outros verões passados, é muito importante. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Sobre as Jornadas Mundiais da Juventude, a senhora vereadora disse que tem um protocolo com as escolas, a pergunta é se foi discutida em reunião de Câmara e se veem à discussão à Assembleia Municipal. Saliento que as Jornadas Mundiais da Juventude serão em agosto, altura de férias dos trabalhadores, das escolas e os quatro mil meninos a irem almoçar às escolas dá trabalho. -----

----- Sobre a EMARP, a pergunta pronto pode ser descabida, mas se há algum projeto de recuperação de água da EMARP feita com dinheiros de investimento de fundos comunitários sobre a recuperação de águas da ETAR. Gostava também de perguntar à Presidente da Assembleia Municipal, se a Câmara tem conhecimento de um portão à entrada do hotel Alvor. Lembro que o hotel Alvor já fechou em tempos a passagem entre o hotel Alvor e a Prainha, na altura nós discutimos isso aqui e era um assunto que tinha a ver com a autoridade portuária, etc. que está lá um muro e agora colocaram um portão à entrada, portanto ali ao pé das antigas bombas de gasolina, ali à entrada para o hotel Alvor. Também lembro que já tentaram fechar a passagem entre o Delfim e a Torralta, entretanto aquilo foi com uns pinos muito mal colocados que quem passava por lá conseguiu tirá-los e continuar a passar por lá. É uma pergunta que fica, se têm conhecimento e se sabem com que caminho que ainda deve ser, ou privado de utilização pública, têm autorização e para já se a Câmara tem conhecimento daquilo. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, para dizer que é muito rápido, é apenas uma pergunta e uma dúvida que se lhe coloca aqui, olhando aqui para a informação escrita e relativamente aqui à questão do abastecimento de água, de água não faturada e água entrada no sistema. Eu olhando para aqui e tanto se falou agora aqui relativamente de poupar água, estamos a perceber que, e eu reconheço que houve um esforço na redução do valor que deixou de ser faturado, não é, e passámos de vinte e dois vírgula noventa e sete em 2018 para dezassete vírgula noventa e sete, houve aqui uma diminuição de cinco por cento na água não faturada, mas a verdade é que em 2022 passámos para dezoito vírgula zero cinco e no primeiro trimestre não é este valor de catorze vírgula quarenta e seis, mas cinco vinte vírgula quatro, ou seja, os catorze vírgula quarenta e seis é contabilizado através da água entrada no sistema que tem aqui uns dados, não é, de um milhão, novecentos e catorze mil seiscientos e setenta e nove metros cúbicos, e depois contabiliza como zero aqui neste mapa a água não faturada e por isso dá este valor de catorze vírgula quarenta e seis, porque na realidade olhando para os valores que temos aqui de março, seria vinte vírgula quatro a perda em média e, portanto, não estamos a conseguir conter as perdas da rede e bem pelo contrário, tem havido novamente um aumento, não é muito significativo, mas a verdade é que está a haver novamente um aumento de perdas de rede. A pergunta que eu gostava de fazer é, o porquê e vamos perceber que em janeiro deste ano houve perdas da rede de vinte e quatro vírgula setenta e oito. Algum motivo especial pelo qual isto aconteceu? Eventualmente pontual. Era esta a questão que eu queria colocar. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, é mesmo rápido, há um bocado esqueci-me de perguntar à senhora Presidente e tem a ver, portanto com as obras no largo do Dique. Portanto, está anunciado, enfim, que terminam em julho, eu vejo aquilo,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



portanto estou lá todos os dias e preocupa-me, portanto pela situação pelo prolongamento ou não, portanto das obras, e até informar as pessoas que diariamente me perguntam, portanto, essa questão sabendo que eu sou membro da Assembleia e perguntam-me, e eu gostava de responder com questões concretas. Já tem previsto, portanto, quando é que as obras efetivamente terminarão no largo do Dique? É só a pergunta que eu tinha que fazer. Obrigado. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que agradece as explicações que foram dadas às questões e às dúvidas colocadas. No entanto, sobre esta questão do IRU e da Direção Geral da Administração Escolar, eu continuo com dúvidas, continuo com dúvidas e continuo com dúvidas, porque mesmo agora fui aqui ao portal da habitação e no portal da habitação mais uma vez vem explicado o acordo que foi feito na autarquia de Portimão, não estou a falar que é com a autarquia de Portimão, foi aqui no salão nobre da autarquia, em que a senhora Presidente esteve presente, foi anunciado com pompa e circunstância, eu estive cá e ouvi e, portanto, e o que eu estou preocupado e que todos nós devemos estar preocupados é que isto foram adquiridos quinze apartamentos numa zona nobre de Portimão, isto é um investimento perto dos oito milhões de euros. Não, quanto seis? Cinco. Pronto, são cinco milhões de euros. Portanto, é um investimento de cinco milhões de euros, que em preços de mercado aqueles apartamentos custam muito dinheiro e parece que ninguém sabe muito bem onde é que andam esses catorze, ou quinze, ou treze, ou doze apartamentos. Portanto, onde é que eles param, como é que param e o fim a que foram destinados e o acordo a que foi feito é para profissionais da educação, mas certamente não são para profissionais da educação que vêm exercer a sua profissão em Vila Real de Santo António, com certeza alguns serão aqui de Portimão e, portanto, eu continuo com falta de informação sobre o que é que se passa. Agora, dá-me a sensação que a senhora Presidente também não sabe muito bem onde é que estes apartamentos param, onde é que estão e se calhar a informação que lhe foi dada de início não é aquela que estava à espera e que se sabe atualmente e, portanto, eu continuo com estas dúvidas e, portanto, eu não estou preocupado com outras coisas como diz ali o senhor deputado da CDU Pedro Purificação, estou preocupado é exatamente em saber onde é que estes catorze apartamentos andam e quais são as possibilidades que os tais profissionais de educação que vêm desenvolver a sua atividade no concelho de Portimão ou zona limítrofe possam usufruir deste investimento de cinco milhões de euros. Tenho dito, obrigado. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, é muito rápido, era só para corrigir uma informação que a senhora Presidente de Câmara ainda há um bocado deu aqui em resposta ao deputado Natalino Alves. E disse a propósito da famigerada providência cautelar de 2013, que a providência cautelar tinha sido intentada contra a fusão do CHUA, ou melhor, do Centro Hospitalar do Barlavento com o hospital de Faro. Eu tenho aqui guardado um cartaz que apareceu aqui em Portimão que diz assim, «contra o fecho de serviços, saúde a cem por cento». Foi isto que levou à instauração da providência cautelar, não foi a fusão, o objeto da providência cautelar nunca foi a fusão, era o encerramento



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de serviços no CHUA. Portanto, a questão que se coloca é se a senhora Presidente, pegando na questão que foi colocada ainda há um bocado, se hoje também pondera recorrer aos mesmos meios judiciais para travar o encerramento de serviços no CHUA. Disse. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, o PS acha realmente interessante, enfim, para não se ter que adjetivar, esta preocupação nostálgica realmente com o que se passou em 2014, mas iria fazer um corte na minha argumentação e passaria a fazer aqui uma pequena citação. Recorde-se que em janeiro cento e oitenta e três médicos assinaram um documento a denunciar más condições, adiamentos de consultas e cirurgias, além de faltas de material no CHA. -----

----- Diretor hospitalar defende fecho da maternidade. Em causa está a falta de pediatras no serviço, mas a administração hospitalar não considera a proposta exequível. -----

----- De acordo com Pedro Nunes, uma das soluções possíveis seria reduzir a atividade da maternidade de Portimão e deslocar as grávidas de termo para Faro, que ficariam em alojamentos para esse fim. -----

----- As unidades de Faro, Portimão e Lagos passaram a integrar o centro hospitalar do Algarve há um ano, gerando uma onda de contestação por parte de cidadãos e de presidentes de autarquias como a de Portimão, que subscreveu uma providência cautelar para evitar a extensão de valências naquela unidade. Isto meus amigos, se estão tão nostálgicos assim, não é, que vos dá um gozo imenso, porque vivi esse tempo e assisti à presença do Dr. Pedro Nunes aqui, foi um autêntico carrasco da saúde em Portimão, é absolutamente admirável, chega a ser surrealista a defesa que se parece querer fazer desses tempos que são para esquecer, que não são para esquecimento, são para ter na memória como o que de profundo na saúde foi feito de mal em Portimão, e os senhores nessa altura assumiram de forma corajosa o modo como hoje estão tão nostálgicos a falar destes tempos, não assumiram nada. Os senhores pactuaram com esta política, os senhores aceitaram de forma submissa esta política e hoje vêm questionar algo que não está... É porque não terá grande valor mnemónico para muitas pessoas aquilo que efetivamente foi um desastre ao nível da saúde nesta cidade. E os senhores admitirem isso é pensarem que nós a nível do PS sempre estivemos num primeiro plano de defesa dos interesses locais em detrimento dos interesses de ordem central. Portanto, aqui na altura pautou-se, hoje continuará a pautar-se, agora não nos venham de facto incorporar em movimentos fictícios, não é, mas eu não poderia realmente deixar de com alguma emoção e com alguma vibração interior, recordar estes tempos inglórios, estes tempos negros para a saúde local em Portimão e, portanto, é inadmissível, é inaceitável que venham recordar de uma forma nostálgica aquilo que não tem hipótese em alguma de ser considerado como tal, a não ser que haja aí algum movimento romântico ao nível da saúde que o PS desconheça, mas efetivamente parece que as questões que na altura suscitaram o apagamento da maternidade no hospital de Portimão, hoje parece que têm evidência que na altura não teve, na altura teve a ocultação, o encobrimento e a submissão. Disse, muito obrigado, não vos incomodo mais, realmente eu percebo, eu compreendo que a discussão não vos seja muito favorável, peço imensa desculpa por isso. Muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, olhe, eu vou só dar aqui duas respostas, porque o resto vou pedir aqui ao Dr. Pedro Romão para dar, porque é sobre a EMARP. -----

----- O senhor deputado Natalino Alves perguntou quando é que estava pronto, nós pensamos que até final desta semana, ficam só a faltar as luminárias e as árvores. Portanto, o alcatrão vai ser colocado já. -----

----- Depois, o senhor deputado Paulo Canha. Senhor deputado, fica aqui, portanto está gravado que o senhor deputado quer saber o que é que é feito dos apartamentos, os apartamentos estão lá no prédio, não é, portanto, eles não saíram de lá do prédio, não é, eles estão lá, foram dando os apartamentos, eles estão lá de certeza e de certeza que o senhor deputado Natalino Alves os vê lá todos os dias, não é? Ainda não fugiram de lá, mas para saber o que é que se passa com os apartamentos, eu vou pedir à senhora Presidente da Assembleia Municipal depois no estrato da ata, não é, eu não respondi a esta pergunta porque não sei e a senhora Presidente manda-me essa questão e eu remeto a questão para o IRU e o IRU vai ter que me dar a resposta e depois reencaminho para vossa excelência, porque de facto eu não sei. Exatamente, ora está a ver? Pronto, concorda comigo, ora de vez em quando lá chegamos, não é? De vez em quando lá chegamos. Pronto, mas acho que é a melhor solução, porque de facto eu também não sei o que é que se passa, não é? Pronto, muito obrigada. Agora, podíamos então passar a palavra aqui, dá licença? Então vá, se faz favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o diretor da EMARP Dr. **Pedro Romão**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a primeira questão tinha a ver com a grande reserva, ou melhor, com a reserva, portanto, mas que esta reserva deriva sobretudo da grande reserva do Chão das Donas, portanto do sistema de abastecimento, nós temos um ponto de entrega central no Chão das Donas, é chamada a grande reserva com dois grandes depósitos apoiados, portanto, e, a partir daí, é bombeado para os outros depósitos que estão distribuídos pelo território. Portanto, a distribuição faz-se a partir da grande reserva para os depósitos apoiados e depois dos depósitos apoiados para os depósitos elevados para fazerem a distribuição em função das quotas de destino portanto, e, esta capacidade da reserva tem a ver com, se houvesse uma interrupção das águas do Algarve quantos dias é que aguentávamos sem esse fornecimento. Portanto, aparentemente parece ser uma coisa muito curta, mas na realidade não é, portanto, dentro daquilo que está estabelecido, portanto é uma reserva boa, portanto, e, talvez das melhores do Algarve, porque normalmente as cidades trabalham com reservas um dia só, portanto, e, nós temos esta capacidade de ainda assim ter uma reserva maior do que aquilo que é o habitual. Por outro lado, as águas do Algarve têm em curso uma empreitada de uma reserva, portanto nós temos reservas de águas não tratadas, portanto que são as albufeiras, não é, portanto, e, as águas do Algarve neste momento têm uma empreitada em curso de construção de uma grande reserva regional precisamente para fazer normalizar em caso de qualquer ocorrência extraordinária. -----

----- Relativamente à água não faturada. A água não faturada incorpora aqui duas dimensões, portanto por um lado as perdas reais e, por outro lado, as perdas aparentes. Portanto, destes dezoito por cento, treze por



cento são perdas reais e o resto são perdas aparentes, portanto são erros normalmente de submedição dos contadores. -----

----- Em relação às perdas aparentes, portanto, temos em curso um programa de substituição dos contadores. Portanto, adquirimos recentemente uma ferramenta que faz esta análise dos contadores a serem substituídos, não só com os calibres e pela idade, portanto mas tomando em linha de conta outro tipo de fatores, portanto, e, pensamos que podemos baixar estas, porque na realidade são perdas comerciais, não é, portanto, pensamos que conseguimos baixar substancialmente estes valores no futuro. Em vez de fazermos investimentos avultados em trocar todos os contadores que atingem uma determinada idade, portanto vamos trocá-los seletivamente. -----

----- Relativamente às perdas reais que se cifram em cerca de treze por cento, portanto, as perdas reais são sobretudo explicadas pela gestão das pressões. Nós digamos que temos uma gestão da pressão da rede que é uma pressão otimizada, mas de qualquer maneira temos zonas do concelho que dantes tinham hidropressoras e que neste momento não têm, sobretudo na zona da praia da baixa, portanto, e, esta circunstância de termos determinadas zonas com níveis de pressão mais elevados pode explicar um bocado ainda este nível de perdas reais. Todavia, importava talvez dizer o seguinte. Portanto, destes dezoito por cento de água não faturada, quando nós comparamos com os outros, sob o ponto de vista da média nacional, a média nacional é cerca de trinta por cento. -----

----- Sob o ponto de vista da classificação da ERSAR, portanto há três níveis de classificação, portanto há o nível bom que é até vinte por cento, o mediano que é vinte a trinta e o insatisfatório que é superior a trinta. Portanto, nós baixámos esta fasquia dos vinte por cento há algum tempo e, portanto, e agora é estabilizar e baixar. -----

----- Relativamente a esta variação mensal, às vezes tem a ver com os ciclos de faturação, portanto, e com alguns valores estimados que depois são corrigidos em sede de emissão de notas de crédito. Portanto, digamos que importa o valor no final do ano que é já especializado e corrigidas estas situações. -----

----- Relativamente à questão colocada da utilização das águas residuais. Portanto, o aproveitamento das águas residuais, portanto, é uma competência dos sistemas municipais, portanto está fora da competência da EMARP. De qualquer maneira temos, tratando-se de uma zona ribeirinha, portanto sobretudo a zona, a frente ribeirinha de Portimão e a frente ribeirinha de Alvor têm níveis de salinidade muito elevados. Portanto, nós tínhamos a ideia de conseguir aproveitar só o caudal da maré baixa portanto, e, aqui a intrusão marinha é muito inferior portanto, e, fazer o aproveitamento dessa água. As águas do Algarve dizem que isso não é possível, portanto que o caudal tem que ser homogeneizado da maré alta e da maré baixa, o que vai fazer com que haja aqui a necessidade de uma intervenção profunda nas zonas ribeirinhas de Portimão e nas zonas ribeirinhas de Alvor. Portanto, estamos a trabalhar com as águas do Algarve, estamos a trabalhar com a APA na elaboração de um projeto que possa mitigar isto. Não vamos eliminar esta salinidade, portanto mas vamos ver se conseguimos trazer para níveis cujo tratamento não seja tão elevado, porque com os níveis de salinidade que neste momento Portimão, Lagos, Olhão e Vila Real, por exemplo, só para dar alguns



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



exemplos, portanto o tratamento desta água custa cerca de noventa e quatro centímetros o metro cúbico, portanto é quase o dobro do preço de aquisição da água tratada. Portanto, se olharmos depois quem são os destinatários desta água, podemos dizer, ah mas devíamos regar os espaços verdes com esta água, podíamos de facto, mas as necessidades do município, por exemplo, para os espaços verdes é uma pequena gota daquilo que são as necessidades do Golfe. Efetivamente é o Golfe que precisa desta água, só que o Golfe também não está disponível para comprar água a noventa e quatro centímetros, portanto neste momento, compra a dezasseis. Portanto, tem que haver aqui uma alteração muito grande que é sobre o ponto de vista da evolução tecnológica para conseguir o tratamento a preços muito mais baixos, há uma parte que nós temos que fazer sobre o ponto de vista da intervenção no sistema, de modo a conseguirmos baixar ao máximo a salinidade, o teor de salinidade e uma alteração legislativa que nestas fases em que pura e simplesmente não há água, que os Golfes sejam regados a partir desta água. É este o ponto de situação. -----

-----Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e quarenta e cinco minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 1ª reunião desta 3ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e três, realizada no dia doze de junho de dois mil e vinte e três, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia dezasseis de junho, no mesmo horário e local.-----

-----2ª Reunião da 3ª Sessão Ordinária de 2023 – 1º Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 16 de junho de 2023 -----

-----Aos dezasseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário da Mesa. -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
António Alves Alferes Pereira	Partido Socialista
Ana Catarina Martins Sousa	Partido Socialista
Sónia Louzeiro Oliveira	Partido Socialista
Tesoureira da Junta de Freguesia de Portimão	
Francisco Manuel Vicente Correia	Partido Socialista
Tesoureiro da Junta de Freguesia de Alvor	
José Vitorino da Silva Nunes	Partido Socialista
Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
César Rodrigo Simões Valente	PAN

-----Não esteve presente, a seguinte deputada municipal: -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente

-----De acordo com o artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou pedido de justificação de falta, a senhora deputada independente Ângela Venâncio Quadros, o qual se anexa a esta ata, dela fazendo parte, para a seguinte reunião: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



2ª reunião da 3ª Sessão Ordinária de 2023

Data: 16 de junho de 2023

----- Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOMES DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
BE	Marco Paulo Pereira	6 meses	20/04/2023 a 20/10/2023	Marilu Santana
CHEGA	Luís Filipe Custódio	1 ano	02/06/2023 A 02/06/2024	Patricia Alexandra G. Ferro
PSD	Carlos Gouveia Martins	19 dias	12/06/2023 a 30/06/2023	Raquel Bernardino
PSD	Américo Leonor Mateus	1 dia	16/06/2023	Ricardo Jorge da Silva Viana
PS	Pedro Jorge Moreira	19 dias	12/06/2023 a 30/06/2023	Cristiano Malha Gregório
PS	Carlos Alberto Osório	1 dia	16/06/2023	José Luís Mateus Barbudo
PS	Joaquim Paulino Duarte	1 dia	16/06/2023	Alzira Maria Maças Calha
PS	Alzira Maria Maças Calha	1 dia	16/06/2023	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	16/06/2023	Paulo dos Santos Riscado
PS	Paulo dos Santos Riscado	1 dia	16/06/2023	Maria de Lurdes Montêz Reis
PS	Maria de Lurdes Montêz Reis	1 dia	16/06/2023	António Alves Pereira
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	16/06/2023	Dário José Pereira Reis
PS	Dário José Pereira Reis	1 dia	16/06/2023	Ana Isabel Bernardino Vieira
PS	Ana Isabel Bernardino Vieira	1 dia	16/06/2023	João Ramos Catarino
PS	João Ramos Catarino	1 dia	16/06/2023	Avelino Borges Varela
PS	Avelino Borges Varela	1 dia	16/06/2023	Ana Catarina Martins Sousa



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PAN	Daniela Marlene Duarte	1dia	16/06/2023	Ricardo Nuno Cândido
PAN	Ricardo Nuno Cândido	1dia	16/06/2023	César Rodrigo Valente

----- Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, os seguintes membros: -----

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Maria da Luz Santana Nunes	1 dia	16/06/2023	Sónia Louzeiro Oliveira
PS	Ivo Miguel Inácio Carvalho	1 dia	16/06/2023	Francisco Manuel Vicente Correia

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
João Vasco da Glória Rosado Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ricardo Samuel Lisboa Pereira De Oliveira	Vereador – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA

-----Por parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: -----

Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
--------------------------------	---

-----Quando eram vinte e uma horas e seis minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **2ª reunião da 3ª Sessão Ordinária de 2023**, cumprimentando todos os presentes. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4.a)** Discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de quatro (4) postos de trabalho em regime de contrato



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de trabalho por tempo indeterminado, para a carreira da categoria de assistente operacional (área de atividade funcional de limpeza) – ao abrigo do nº 4 do art.º30º do anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 295/23.** -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para explicar que no ponto 4-b) também haverá a discussão e votação da proposta de abertura também de um procedimento concursal para a ocupação de três postos de trabalho, mas estes na carreira de assistente técnico para o arquivo municipal, e depois temos ainda uma outra proposta de abertura de procedimento concursal para um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado igual como aos outros, mas para a categoria de assistente operacional na área de nadador salvador e, portanto, depois os outros dois pontos a seguir já discutiremos, mas estes serão só para contratação de pessoal. Os pontos são votados separadamente e discutidos separadamente, ninguém está a pôr isso em causa, foi é por uma questão de economia processual, expliquei logo que temos três pontos sobre concursos de pessoal. É isso, agora os serviços têm tudo preparado em função daquilo que está na conferência, senhor deputado, está tudo preparado em função daquilo que foi articulado e acordado na conferência de representantes. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é uma questão muito breve. Diz aqui na documentação que nos foi distribuída, aliás como é pressuposto para a abertura deste tipo de concurso, que a admissão destes trabalhadores não comportam o aumento da despesa com a retribuição do pessoal, e a pergunta era muito simples, era que a senhora Presidente, enfim, ou quem tiver esse pelouro, confirmasse aqui à Assembleia que é assim e que a admissão destes trabalhadores aqui no caso concreto são quatro postos de trabalho para a carreira de assistente operacional, área da atividade profissional da empresa que não comportam o aumento da despesa com pessoal e que fosse dada uma explicação à Assembleia porque é que é assim, ou seja, de terem mais quatro pessoas como é que não há um aumento da despesa. Era só isto. Muito obrigado. -----

----- Pedeu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Raquel Gonçalves Bernardino**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referir que sabendo muitas vezes que as críticas prestadas ao serviço prestado por esta Câmara aos seus munícipes e a todos aqueles que precisam de recorrer a ela têm origem em situações de sobrecarga de trabalho e escassez de recursos humanos, entende esta bancada do Partido Social Democrata que é favorável a este reforço de meios humanos, na esperança que possamos no futuro responder de forma mais célere e eficiente àquelas que são as necessidades dos nossos munícipes e, portanto, proporcionar-lhes um serviço de maior qualidade e garantir a sua satisfação. É, portanto, hora de fazer um *upgrade* no serviço que prestamos à comunidade, de forma a demonstrar o compromisso que com para ela temos e aqueles que nos procuram e que de forma ágil, profissional e eficaz possamos resolver os seus problemas o mais rápido possível. É portanto tempo de construir um município mais forte, mais coeso, com um serviço público de excelência e que nos orgulhe a todos nesta Assembleia. Muito obrigada a atenção de todos. Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que isto no fim de contas é mais um, estes três lugares que se está aqui a pedir e ainda bem que é, porque é uma luta do Bloco de Esquerda querer quatro lugares para o mercado de Portimão. Hoje em dia as câmaras infelizmente estão a partir para o *outsourcing* e desta maneira nós ficamos muito contentes que a Câmara esteja a contratar para fazer este serviço no mercado de Portimão, apesar do mercado de Portimão que é um ex-líbris da cidade de Portimão e acho que é dar continuidade a esse ex-líbris e ficamos muito contentes que a Câmara esteja a contratar pessoas para estes tipos de serviços e não tenham *outsourcing*. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o partido Chega diz que os funcionários existentes nos serviços do município sofreram uma redução significativa nos últimos treze anos, finais de 2009 e finais de 2022. Havendo fundos disponíveis, logo não se vê a parte da bancada Chega inconveniente na contratação destes postos de trabalho na área funcional de limpeza. -----

----- O município de Portimão cumpre pelos vistos e segundo a descrição que nos apresentaram, zelosamente os requisitos na lei 104/2019 de 6 de setembro. Logo, concluindo para esta deliberação, o recrutamento dos trabalhadores pressupõe três condições. A existência de posto de trabalho no mapa de pessoal para esta função, ponto dois, a necessidade atual ou previsível de o ocupar e ponto três, a inscrição e cabimento orçamental da despesa pública que implica. Logo, a bancada do Partido Chega vota favoravelmente. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que queria apenas colocar a questão, se esta contratação, estes quatro postos de trabalho são para integrar o mercado São João de Deus, o mercado de vendas de grosso, portanto onde é que será o local de trabalho destes trabalhadores. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que só tem duas questões ao fim ao cabo que foram colocadas. A primeira é justificação porque é que não há aumento de custos com pessoal. O que isso significa é que, como sabem, nós estamos limitados em termos da despesa com pessoal, isto é, não podemos gastar mais em pessoal do que gastámos no ano anterior, excepcionando-se as progressões nas carreiras, os aumentos da função pública, tudo o que é transferências de competências, portanto todas essas situações estão excecionadas. O que significa que, neste caso, aliás que está bem evidenciado, nós ainda estamos muito abaixo daquilo que gastámos o ano passado, portanto até esta altura obviamente, portanto temos disponibilidade orçamental e legal para podermos fazer estas contratações e são nem mais nem menos que duas aqui para o edifício principal, dois postos de trabalho e dois para o mercado, e já agora, informo já os senhores membros desta Assembleia Municipal que vão decorrer muitos concursos, porque de facto, nós temos esta folga, aliás, o senhor deputado municipal Mário



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Espinha falou na diminuição e isso está aí bem patente, em 2009, tínhamos setecentos e vinte e nove trabalhadores e neste momento, 2022, porque não estamos a falar de 2023, tínhamos seiscentos e onze. Portanto, é uma diminuição muito substancial para, digamos o trabalho que neste momento temos que ter, para darmos as respostas que temos que dar e obviamente por isso é que muitas vezes ouvem dizer que há atrasos nos processos, que há atrasos nas análises dos projetos, etc. Portanto, uma das áreas que vamos reforçar é a área do DOGUM, portanto a área urbanística vai ser reforçada, estão já, já aprovei uma série de aberturas de concursos para reforçar, portanto engenheiros, arquitetos, tudo o que for necessário para de facto darmos resposta, porque se não dermos resposta é a Câmara que perde também porque não temos IMT obviamente e, portanto, conscientes disso vamos de facto agora, porque temos esta folga e só agora porque temos esta folga, autorizei a abertura de todos estes concursos. Portanto, hão-de vir muitos às próximas assembleias municipais, porque vão decorrer. Muito obrigada, senhora Presidente, não há mais nada a dizer, creio eu. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que não estava a pensar intervir mais neste ponto, mas a senhora Presidente agora disse aqui uma coisa que merece o seu comentário, ou se quiser um reparo. Falou da DOGUM, não é, e disse que era necessário aumentar o número de pessoal e os técnicos, porque isso também era importante em termos de receita de IMT. Ó senhora Presidente, antes de mais é importante porque vai reforçar a capacidade de resposta da autarquia aos requerentes, aos promotores e a quem tem necessidade de pedir licenças, ou de fazer comunicações prévias, etc. etc. portanto, muito antes chegámos àquilo que a senhora Presidente aqui acabou de falar que é a cobrança de IMT, que pressupõe que haja ali identificações licenciadas a pagar impostos e etc. a questão é muito anterior, muito a montante disso que disse, que referiu, é muito a montante disso. Trata-se de acabar com esta situação calamitosa que temos hoje, que é as pessoas darem entrada de um projeto nesta Câmara, bem sei que não é a única e estarem meses, anos à espera de uma resposta da Câmara, e isso é que devia ser a preocupação, isso é que devia ser a preocupação, não é a questão do IMT, do aumento da despesa do IMT. O senhor vereador João Gambôa ficou se calhar, enfim, desagradado com o que eu acabei de dizer, mas pronto é uma verdade e toda a gente aqui sabe que é verdade. Portanto, antes de olharmos para o encaixe do IMI, se calhar temos que nos preocupar com a capacidade de resposta dos serviços no interesse da imagem que a Câmara passa para os investidores e para os promotores. Era só isto. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que em relação a tudo aquilo que já foi aqui dito e, portanto, não tem nada mais a acrescentar, apenas dizer o seguinte em relação àquilo que a senhora Presidente de Câmara e uma dúvida que tem aqui também e que aqui está escrita. Talvez a diminuição dos funcionários públicos do ano que a senhora referiu e que está aqui descrita até 2022, foi colmatada, portanto com a substituição em contratação de serviços, de prestação de serviços externos, penso eu, e por isso se justifica talvez essa diminuição drástica do número de funcionários públicos, e estou-



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



me a lembrar, portanto sempre vivi nesta cidade e sei que a parte da jardinagem, não sei quê, muitos deles eram funcionários públicos, neste momento não são, é um exemplo. -----

----- Outro exemplo, em relação a esta questão aqui que estamos a debater e em princípio a aprovar, é dito aqui principalmente nos mercados em relação às duas pessoas, aos dois assistentes operacionais que são alocados, portanto, em cada um dos mercados, diz aqui que foi necessário em determinada altura por quebras, portanto dessa situação de funcionários, portanto ou que estão doentes, ou que, enfim, foram para a reforma, ou outra situação qualquer, foi necessário recorrer à contratação de prestação de serviços externos de limpeza. O que eu pergunto é, ao abrirmos este concurso e ao alocarmos lá um funcionário, estes serviços externos continuam ou não? É a pergunta que eu gostava de fazer. Muito obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, naturalmente que quando tivermos recursos suficientes, deixaremos de recorrer a prestações de serviço. Isso é claro como a água, porque nos fica muito mais caro até. Esta imposição de nós não podermos gastar mais do que no ano anterior e, portanto, limitar-nos a contratação e obrigar-nos a ,fazer contratações externas fica mais caro do que se nós admitirmos as pessoas aqui e, portanto, é isso que vamos fazer e é isso que faremos enquanto tivermos, digamos esta almofada para podermos fazer as contratações. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, já agora ó senhora Presidente, é um hábito do Partido Socialista a nível nacional e temos o caso da saúde em que as contratações que fazem diretas de uns e de outros, portanto são com serviços externos e, portanto, ficam, toda a gente sabe ficam muito mais ao dobro daquilo que pagam aos funcionários, às pessoas que deveriam de trabalhar. Portanto, eu não me admiro disso, além de que com esta situação é capaz de mitigar, portanto o número de trabalhadores que, enfim, que é exigido pelo plano de recuperação que foi aprovado e que foi cedido à Câmara e que a Câmara, é por isso é que ao longo dos anos, destes últimos quatro, ou cinco, ou seis anos, venho dizendo que a Câmara deveria de liquidar esse empréstimo, não é liquidar tudo na totalidade, mas para moldes que a Câmara pudesse agir livremente em relação a essa matéria, ainda está dependente, portanto de exteriores. -----

----- Interveio a Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, o que o Dr. Natalino quer dizer era para não ficarmos com endividamento excessivo. É isso, é isso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, exatamente, um endividamento excessivo, portanto pôr abaixo desse endividamento excessivo, já devia de ter pago, não com os resultados que todos os anos salvam a conta de tesouraria para o ano seguinte, trinta, quarenta, não sei quantos milhões de euros, portanto eu não percebo, mas pronto, tudo bem. Finalmente conseguiram fazer e, portanto, só tenho é a agradecer, portanto digamos aquilo que disse durante os últimos anos. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que também não tinha intenção de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



intervir, mas ouvindo aqui algumas das coisas que a senhora Presidente disse, surgiram-lhe aqui duas ou três dúvidas, mas antes tecer aqui um comentário que é: Eu não me canso de dizer isto, porque para mim e para nós acho que é fundamental e para todos, que é a questão da dívida que esta autarquia tem. E a senhora está a olhar para mim e a ouvir-me dizer isto e está a pensar, «lá vêm eles outra vez com esta ladainha da dívida», mas o que é certo é que a senhora acabou de dizer isto, ou seja, estamos impedidos pela dívida de fazer e tomar alguns procedimentos. Eu não sei é se esses procedimentos umas vezes dão jeito, se outras vezes esses procedimentos não têm que ser mesmo assim, ou outras vezes esses procedimentos não deveriam ser assim, porque continuamos a achar que quanto mais dívida abatermos, mais capacidade negocial temos e provavelmente essa capacidade negocial darão aqui uma margem de manobra até para entrarmos por este processo do mapa de pessoal e das necessidades de recrutamento que a autarquia tem. Mas sobre isto dizer-lhe o seguinte, que é, segundo alguns dados que vi todos os anos, a questão do IMI, por exemplo, acarreta mais quatro milhões de receita, por sua vez quatro milhões que os municípios têm de receber. Portanto, ou seja, há aqui uma relação relativamente a esta questão que nos parece que é fundamental que a autarquia poderia ir continuamente mais além até para abater aquilo que já se falou aqui que é o excedente da dívida, mas de qualquer das maneiras aquilo que me surgiu numa fase inicial foi exatamente e peço-lhe senhora Presidente que tome atenção àquilo que vou dizer que é, no mapa de pessoal e lembro-me e tive a oportunidade de falar nisto, no mapa de pessoal para 2023, estava previsto se bem me lembro um recrutamento de duzentos e cinquenta e três postos de trabalho. Não estou a dizer asneira nenhuma, se bem me lembro e, portanto, aqui estamos a deliberar oito postos de trabalho. A questão é entre aquilo que era o mapa de pessoal de 2023 e que eu na altura até teci alguma crítica porque me dava a sensação que isto era mais um processo de intenção do que um processo de execução, pelas suas palavras eu creio ainda mais nessa ideia que tive há uns meses atrás quando achava que era quase impossível completar esta necessidade que é apresentada no mapa de pessoal de 2023 de mais de duzentos e cinquenta postos de trabalho relativamente àquilo que era identificado como a autarquia tendo salvo erro novecentos e setenta e sete postos ocupados, portanto, e, aquilo que eu espero também, é que a senhora Presidente disse e é verdade que vão haver muitos concursos e que há intenção e eu espero é que as pessoas apareçam, porque senão o problema continua a estar cá outra vez e essa é outra forma de encarar e de resolver o problema e não estar continuamente a empurrar com a barriga aquilo que à partida o histórico nos tem dito a probabilidade de acontecer é muito grande, eu não acredito que venham aí engenheiros e arquitetos para os diversos departamentos assim por dá cá aquela palha porque se abriram agora concursos. Portanto, tenho dito e obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, primeiro relativamente ao IMI aumentar todos os anos, como sabe, nós temos vindo a diminuir a taxa do IMI, e ele aumenta porque há muitas casas, muitas habitações que terminam aquele prazo dos dez anos de isenção de pagamento. Portanto, houve uma altura em que muita gente comprou apartamentos, termina esse prazo da isenção e agora passam a pagar, porque o IMI baixou.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Portanto, a taxa do IMI o normal seria baixar o valor do IMI. Só não baixa porque há mais gente a pagar IMI, mais gente, pronto. -----

----- Quanto aos duzentos e cinquenta e três postos de trabalho, eu tive oportunidade na altura de dizer que nós optámos por uma coisa, foi não cortar naquilo que eram as propostas dos serviços. Nós pedimos aos serviços todos que nos dessem as suas necessidades e é isso que lá está exatamente, não é aquilo que vamos recrutar como é óbvio, não é aquilo que vamos recrutar, seria impossível recrutar duzentos e cinquenta e três trabalhadores. O que é que nós estamos a fazer? Priorizar. Onde é que são prioritários, quais são os que fazem mais falta e, portanto, é por aí que estamos a ir. Um exemplo de como é difícil arranjar gente e tem muita razão que é preciso é arranjar gente para se candidatar. É assim nós abrimos um concurso para sete motoristas e candidatou-se um, um, ficámos com seis vagas em aberto. Portanto, vamos ver como é que vamos conseguir preencher os postos de trabalho, de sete, um que se candidatou, mais ninguém se candidatou. Portanto, com este problema obviamente vamos ver como é que vamos sair dele, mas de facto os duzentos e cinquenta e três não é uma intenção de recrutamento, são as necessidades dos serviços e eu deixei de ir sem cortar nem um, exatamente para que a Assembleia Municipal tivesse a ideia do que faz falta, o que não significa que este ano vamos recrutar, pois isso gostava eu sinceramente, mas não temos nem temos cabimento, nem temos capacidade para absorver esse número de pessoas. Aliás, também há gente que se reforma, nestes quatro estão alguns que se reformam, destes quatro e, portanto, esses então são imediatamente substituídos e depois ainda tem outra coisa, normalmente os que entram de novo ganham menos do que aqueles que já cá estão e que se reformam, porque entra no início da carreira, portanto então se for um técnico superior que esteja no topo da carreira, o que entra ganha muitíssimo menos do que aquele que sai e, portanto, ainda deixa algum dinheiro para podermos contratar mais gente, portanto é desta forma que nós estamos a trabalhar pronto com segurança, porque não podemos fazê-lo de outra maneira. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, a questão e eu agora estava aqui a tentar ganhar aqui algum tempo para ir ver aqui os dados, porque de memória não tenho, mas fiquei aqui com outra dúvida, senhora Presidente da autarquia. Esta informação que a senhora dá no mapa de pessoal, se bem me lembro, estava orçamentada, destes duzentos e cinquenta e três. Não? Se não, retiro o que disse. É por isso que eu estava aqui a ganhar tempo para ver aqui os dados. Muito obrigado. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-a)** - Discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de quatro (4) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a carreira e categoria assistente operacional (área de atividade funcional de limpeza) – ao abrigo do nº 4 do art.º30º do anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, nos termos da Proposta -

Deliberação de Câmara nº 295/23,tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
----------	----	-------------	-------	-------------------------	----	--------------	-----	--------------------------	-------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



						PEV)			
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	0	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**Não esteve presente a Senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros.** -----

----- **Foi aprovada, por unanimidade,** a Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de quatro (4) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a carreira e categoria assistente operacional (área de atividade funcional de limpeza) – ao abrigo do nº 4 do art.º30º do anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 295/23.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-b)** Discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de três (3) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de assistente técnico (área de atividade funcional de Arquivo Municipal) – ao abrigo do nº 3, do art.º 30, da Lei Geral do Trabalho em funções públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 296/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que só tem uma dúvida. Realmente aqui é que são os três lugares, aqui só querem candidatos detentores de vínculo de emprego público, porque é que não é aberto a todos como foi o concurso anterior? Porque é que aqui é só para pessoas com vínculo de emprego público? Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, é que nós somos obrigados quando abrimos um concurso abrir no âmbito da mobilidade e, portanto, primeiro tem de ser no âmbito da mobilidade, portanto para quem já tenha vínculo à função pública. Se ficar deserto, depois é que podemos então abrir para todos. Portanto, é um procedimento obrigatório, primeiro temos que ir mesmo à mobilidade. Se ficar deserto, então depois vamos abrir para toda a gente, para qualquer pessoa. Está? Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, agora fiquei aqui um bocadinho confuso, muito obrigado. Eu se vi bem aqui a documentação que nos foi distribuída, isto não será um procedimento para mobilidade, será para contratação de funcionários com prévio vínculo à função pública, o que é diferente da mobilidade, o que é diferente da mobilidade, é uma coisa ligeiramente diferente. Porque é assim, o regime é diferente, a criação de vínculo é diferente e, portanto, quer dizer, estamos a falar de procedimentos completamente diferentes. A única coisa em comum é que tanto na



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mobilidade, como neste tipo de procedimentos que está aqui em causa há um vínculo prévio à função pública. Portanto, a senhora agora quando falou em mobilidade, eventualmente terá dito... -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer vínculo à função pública. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada "Coligação Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, pronto, ok, então estou esclarecido. Já agora, só para confirmar, perguntava-lhe senhora Presidente, se a criação destes postos de trabalho, portanto a contratação destes funcionários teve por base, portanto uma informação do serviço que detetou a necessidade de criar estes postos de trabalho e, portanto, a ausência de recursos ou a insuficiência de recursos melhor dizendo face ao número de trabalhadores que estão neste momento em funções. Era só para confirmar isso. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, posso dar, não tem problema nenhum senhora Presidente, é assim, alguns são por saídas por reforma, aumento do trabalho por assunção de novas competências e aumento do trabalho por nova legislação, novos procedimentos. Exatamente, de reforçar. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-b)** Discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de três (3) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de assistente técnico (área de atividade funcional de Arquivo Municipal) – ao abrigo do nº 3, do art.º 30, da Lei Geral do Trabalho em funções públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 296/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	0	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**Não esteve presente a Senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros.** -----

-----**Foi aprovada, por unanimidade,** a Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de três (3) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de assistente técnico (área de atividade funcional de Arquivo Municipal) – ao abrigo do nº 3, do art.º 30, da Lei Geral do Trabalho em funções públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 296/23.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para debate, o **Ponto 4-c)** Discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de um (1) posto de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional (área de atividade funcional de nadador/a salvador/a) – ao abrigo do nº1, do art.º 23º, da Portaria nº 168/2016, de 16 de junho, que altera a Portaria nº311/2015, de 28 de setembro, da Lei nº 44/2004, de 19 de agosto e da Lei nº 68/2014, de 29 de agosto, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 321/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda, **Pedro Miguel Sousa da Mota**, o que questiono também aqui à autarquia, ao executivo, porque é que este concurso não era um assistente técnico, para não ficarem vazios como ficaram os motoristas, que eu acho que um motorista que tira uma carta que custa três ou quatro mil euros e mais cama e, etc., etc. para vir ganhar seiscentos e poucos euros, porque é que este concurso não abriu como assistente técnico para um nadador salvador, visto que também tem que ter um curso específico para executar esta tarefa. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, decorre da lei. Portanto, nós somos obrigados a ter dois nadadores salvadores em cada piscina, temos três piscinas, temos de ter seis, só temos cinco, temos que contratar outros. Não, não, decorre da lei, tem que ser nadador salvador não pode ser assistente técnico, é nadador salvador, é nadador salvador, é assim que diz a lei, é assim que nós temos que abrir o concurso. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só aqui uma questão muito simples senhora Presidente. Eu não, enfim, se calhar foi falha minha, não consegui aqui detetar, este trabalhador a recrutar vai para que piscina exatamente? Que eu não consegui aqui da informação que nos foi aqui dada, não consegui perceber a que equipamento é que se destina este trabalhador. Era só isto. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, à partida virá para a Portinada, para a de Portimão, para a piscina de Portimão, pronto. Se bem que também sabemos que a divisão de desporto tem que fazer também esta gestão, de forma a prover todas com o número obrigatório de nadadores salvadores, mas à partida esta será para a piscina de Portimão. Temos dois exatamente, dois em cada piscina. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-c)** Discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de um (1) posto de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional (área de atividade funcional de nadador/a salvador/a) – ao abrigo do nº1, do art.º 23º, da Portaria nº 168/2016, de 16 de junho, que altera a Portaria nº311/2015, de 28 de setembro, da Lei nº 44/2004, de 19 de agosto e da Lei nº 68/2014, de 29 de agosto, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 321/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
----------	----	-------------	-------	-------------------------	----	--------------	-----	--------------------------	-------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



						PEV)			
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	0	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **Não esteve presente a Senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros.** -----

----- **Foi aprovada, por unanimidade,** a Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de um (1) posto de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional (área de atividade funcional de nadador/a salvador/a) – ao abrigo do nº1, do art.º 23º, da Portaria nº 168/2016, de 16 de junho, que altera a Portaria nº311/2015, de 28 de setembro, da Lei nº 44/2004, de 19 de agosto e da Lei nº 68/2014, de 29 de agosto, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 321/23.** -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-d)** Discussão e votação da Minuta de Contrato Programa a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP, EM SA – Isenção das taxas municipais de ocupação de via pública e publicidade para os estabelecimentos comerciais, sítios no largo do Dique e Praça Manuel Teixeira Gomes, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 329/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, bom, esta proposta, se bem percebi, trata-se no fundo, de compensar a EMARP da isenção de taxas que vai atribuir aos empresários ali na zona onde está ali a decorrer aquela obra que está a ser feita e de alguma forma que visa compensar esses empresários do prejuízo que têm tido pela realização da obra. -----

----- A questão aqui que se põe é a seguinte, ou as questões que se põem do nosso ponto de vista são as seguintes. Eu creio que eventualmente o elenco que está aqui dos empresários que vão ser contemplados com uma redução das taxas, uma isenção das taxas entre fevereiro e creio que setembro deste ano não abrange o universo completo de potenciais prejudicados com aquela obra ali na zona, salvo melhor opinião e, portanto, a primeira questão que eu lhe perguntava era qual foi o critério que foi usado para escolher estes empresários que constam aqui do documento que nos foi distribuído e que, enfim, em função do valor das taxas que pagam ou que pagariam neste caso, alguns já pagaram, que vão beneficiar da isenção e porque não outros que eventualmente também na zona certamente foram também prejudicados com a obra que ainda está a decorrer. -----

----- Outra questão que nos parece, aliás, já tinha sido falado aqui creio que em fevereiro, na reunião Ordinária de fevereiro creio eu que esta questão foi aqui falada, outra questão é uma questão que vai para além desta proposta, é saber se o executivo pondera eventualmente compensar de outras formas estes



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



empresários pelos prejuízos que tiveram, porque enfim, estamos aqui a falar para alguns dos empresários em questão de isenções com valores quase residuais, para não dizer que são, enfim, são coisas muito reduzidas, quase simbólicas e seguramente que o prejuízo que aquelas pessoas tiveram durante todos estes meses e que ainda hoje estão a ter, porque a intervenção que está a ocorrer ali naquela zona ainda não está finalizada como todos sabemos, enfim, desejavelmente estará perto do final, mas ainda não está finalizada, a questão é saber que formas é que o executivo vai encontrar se é que está a ponderar fazê-lo para compensar aqueles empresários dos prejuízos que têm tido, porque, enfim, atribuir uma isenção de cento e poucos euros a alguém pelas taxas de esplanada, ou duzentos ou trezentos euros, para muitos daqueles casos é realmente uma compensação simbólica e é quase para não dizer que, enfim, não deram ali uma compensação às pessoas. Portanto, era preciso do nosso ponto de vista e isto já foi defendido em reunião de Câmara e também já o dissemos aqui na reunião de fevereiro creio eu da Assembleia, na Sessão Ordinária de fevereiro, era preciso ir um bocadinho mais além e que o executivo olhasse obviamente em função se calhar do volume de negócios e eventualmente pedindo às pessoas que apresentassem estudos comparativos entre aquilo que faturaram este ano e em anos anteriores no mesmo período homólogo sem a obra, para que percebessem o reflexo que aquela intervenção e aquela obra teve na receita que tiveram este ano e eventualmente, enfim, ver-se aqui outro tipo de medidas que pudessem compensar de uma forma mais efetiva aquelas pessoas que têm ali negócios. Portanto, deixava esta questão direta a vossa excelência. Muito obrigado. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, nós vimos mais ou menos no mesmo sentido, achamos que devia ser mais abrangente, o jardim Primeiro de dezembro, a Júdice Biker, Serpa Pinto, Cândido dos Reis também devia de ser abrangido por esta medida e não só e também alargá-la para compensar os prejuízos que estas empresas e estes comerciantes estão a ter. Tenho dito, e não vou votar a este ponto por causa de conflitos de interesses, porque está aqui os CTT e eu vou-me retirar depois da sala na votação. Tenho dito. Obrigado. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, eu diria que a bancada do Partido Chega vota a favor a presente deliberação, assim como já tinha feito noutra deliberação anterior ou similar em Assembleia Municipal, na qual sugeriu um alargamento perimetral de isenção a outras empresas de outras vias limítrofes às obras em curso que de forma direta ou indireta afetaram e constrangeram o seu melhor funcionamento. Sugestão essa não acolhida favoravelmente na altura pelo executivo municipal. Tenho dito por agora. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que quanto a este ponto reconhecem que as obras públicas são essenciais para o desenvolvimento da cidade, mas também compreendem que elas podem acarretar desafios significativos para os negócios afetados. Nesse sentido é justo e necessário que ofereçamos uma solução que alivie o impacto dessas obras sobre os nossos comerciantes. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Entendemos que durante períodos de obras públicas a atividade comercial pode ser severamente afetada, já que os clientes podem ter dificuldade em aceder às lojas, o estacionamento pode ser reduzido e a poeira e o barulho das obras podem afetar potenciais clientes. É fundamental, portanto e estamos certos que estará, que a administração municipal esteja ao lado dos comerciantes oferecendo suporte e buscando soluções que os ajudem a atravessar estes períodos desafiadores. -----

----- Ao aplicar isenções de taxas estaremos a proporcionar um alívio financeiro direto aos comerciantes afetados que vai certamente ajudá-los a manter as suas operações e enfrentar dificuldades temporárias e a preservar empregos locais. -----

----- A nossa cidade é rica em empreendedorismo e talento e os nossos comerciantes são a espinha dorsal da nossa economia. Pelo que é fundamental que estejamos ao lado deles nos momentos de desafio, garantindo que tenham as melhores condições possíveis para prosperar, crescer e garantir emprego. Por tudo aquilo que foi dito, o Partido Social Democrata reconhece a justiça da proposta aqui apresentada para a isenção das taxas municipais de ocupação da via pública e publicidade para os estabelecimentos comerciais sítios no largo do Dique e praça Manuel Teixeira Gomes afetados por estas obras do largo do Dique, aqui posso fazer um parênteses que eventualmente até poderiam alargar e para compensar, tal como aqui o João Caetano disse relativamente a acrescentar um valor e, portanto, alargando o período de isenção estaríamos a ajudar um pouco mais, poderia ser uma via, nesse sentido, o PSD por acreditar ser esta uma medida justa e equilibrada, aproveita a oportunidade para recomendar ao executivo que diligencie no sentido destas isenções serem incorporadas no próprio regulamento municipal, de forma a tornarem-se de aplicação automática, sendo que as obras ultrapassam uma determinada duração. Esta abordagem simplificaria o processo e garantiria aos comerciantes que no futuro e em situações similares e que sejam afetados um acesso rápido e direto a este benefício sem outras burocracias desnecessárias. -----

----- Por fim, gostaríamos só de reafirmar o nosso compromisso na defesa e na promoção de medidas que beneficiam os nossos comerciantes e fortaleçam um ambiente empresarial da nossa cidade. Pois juntos podemos fazer a diferença e tornar Portimão mais forte e resiliente. Obrigado, disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, bom, eu vou responder de uma forma genérica a todas as questões que foram colocadas. Nós isentámos taxas de todos os estabelecimentos que estavam com licenciamentos por parte da Câmara, todos naquela área. Obviamente que entendemos, eu não dei por falta de pessoas aqui na rua do Mané ou nas outras ruas, antes pelo contrário, eu passei aqui e vi sempre muita gente. Portanto, nem me parece que as obras lá em baixo viessem perturbar aqui estas ruas. -----

----- Depois, obviamente que nós também sabemos que qualquer obra causa transtornos. Eu estive dois dias sem meter o carro na garagem, porque também havia uma obra aqui da EDP e também causou transtorno obviamente, causa transtornos todas as obras, mas também tem outra coisa, é que as pessoas depois são beneficiadas depois das obras feitas, a questão é esta. Exatamente, quando as obras terminam as pessoas são beneficiadas com as obras que foram executadas, portanto, nós não temos neste momento



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nenhum regulamento e parece-me que seria um precedente muito, muito complicado abriremos o precedente de pagar às pessoas quando estamos a fazer obras públicas, porque a seguir não conseguiríamos fazer obra nenhuma que não nos viessem exigir pagamento e, portanto, eu lamento muito, mas a nossa posição é esta, porque entendemos que o facto de não pagarem já qualquer taxa, naturalmente já é um benefício para todos eles. De resto, não temos nem acho que o devamos fazer, porque naturalmente que agora são prejudicados, eu ainda agora estive numa esplanada, vim de uma esplanada onde naturalmente, também as obras também estão mesmo ali coladas e que me disse que de facto agora, sim, que se está bem naquela esplanada e agora, sim, que se pode ir àquela esplanada. Portanto, quer dizer, há pessoas que são beneficiadas de facto, há pessoas que são prejudicadas durante um determinado período, mas depois têm o benefício no final das obras e seria um precedente que depois nós não saberíamos como terminar, porque quando tivéssemos que fazer obras numa estrada, num arruamento, nós não indemnizámos ninguém quando aquela rua onde está o cartório notarial, como é que se chama a rua? A avenida Afonso Henriques quando esteve fechada tantos meses, não indemnizámos ninguém nem ninguém nos veio pedir nenhuma indemnização, os restaurantes estiveram fechados e ninguém nos veio pedir nada. Portanto, a nossa postura é esta e, portanto, porque temos o receio de abrir um precedente que depois não possamos cumprir em termos de futuro. Muito obrigado. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, só queria dizer à senhora Presidente perante aquilo que ouvi, é que muitas vezes estas situações que ocorrem e o problema disto tudo é a altura em que se fazem as obras, é só isso mais nada, porque fazer as obras de verão numa zona turística, tem um valor e tem uma perca para quem lá trabalha, tem um prejuízo para quem lá trabalha. Se antecipar essas obras para outras alturas, de certeza absoluta que esse prejuízo não será tão grande, não é? Portanto, Portimão e a zona onde aquelas obras decorreram durante este tempo são, enfim, principalmente no mês de maio e no mês de junho, essencialmente no mês de junho, tem um efeito negativo que não terá se as obras tivessem acabado em março ou coisa do género, ou em abril. Tenho dito, só. -----

----- Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ninguém, julga ele, está contra qualquer obra, a obra é importante para o desenvolvimento da cidade como já foi aqui referido pelo seu colega de bancada. Agora, as obras têm é de facto, criam aqui alguns prejuízos às pessoas e temos que ser racionais e temos que procurar compensar dentro do que é possível. A senhora Presidente diz que não é possível indemnizar, ou não é um bom precedente indemnizar e eu parcialmente concordo consigo nessa sua abordagem, de facto, podíamos estar a abrir aqui uma caixa de pandora que depois não saberíamos aonde é que poderia dar, mas não foi isso que o PSD veio aqui propor. O que o PSD veio aqui propor, é que nós não queremos que ninguém, os comerciantes não sintam necessidade de vir aqui pedinchar o que quer que seja e por isso nós gostávamos que a senhora Presidente aceitasse a nossa recomendação de que no próprio regulamento de taxas do município ficasse esta hipótese de isenção, a isenção passasse a ser aplicada de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



forma automática de ora em diante como foi aplicado e muito bem aqui, concordamos com essa aplicação, mas que passasse a ser aplicada de forma automática, não era preciso ninguém vir aqui pedir, a pessoa automaticamente sabia... Veio que nós sabemos, mas pronto senhora Presidente, mas isso agora não interessa nem vem para aqui para o caso. -----

----- A questão aqui é que nós gostávamos de ver isso explanado no regulamento das taxas e que ficasse essa isenção e também se acha que uma indemnização a título indemnizatório é de mais de facto, oferecer e podia o município mais tarde não ter essa capacidade de indemnizar tudo e todos, achamos que o alargamento do espaço temporal da isenção, de forma a compensar mais um bocado, também não só o período em que esteve a atividade afetada diretamente, achamos aí que já será justo e pedíamos que reconsiderasse ou pelo menos estudasse isso. Muito obrigado, tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, há aqui um dado e também permita-me tecer um comentário aqueles que a senhora Presidente do executivo acabou de dizer e que foi tão simples quanto isto. Nós decidimos definir aquele perímetro, foi o que foi decidido, é o que está, é um facto, nós achamos e como o meu colega de bancada já disse também, que deveria ser alargado no seguimento também de algumas coisas que aqui já foram ditas e a senhora Presidente também depois teceu a sua opinião e disse taxativamente que também anda na rua, que também viu, nomeadamente a zona do Mané não viu menos gente na rua, a questão é, mas é através dessa perceção que a senhora tem que vê mais gente ou menos gente e não através do negócio e da capacidade negocial de mais ou menos faturação que se toma a decisão de aumentar ou diminuir o perímetro da zona que se isentou por causa da influência das obras? Portanto, eu creio que essa provavelmente não é a melhor forma de gerir esta questão. De qualquer das maneiras, eu parto do princípio que se calhar não era essa a intenção que queria transmitir quando disse o que disse, porque o interessante era poder perceber na zona periférica, ou dar a faculdade a quem apresentasse prejuízo, justificasse e explicasse, pudesse ter também direito obviamente a ser ressarcido por alguma influência negativa que essas mesmas obras poderiam impactar nos respetivos negócios. E depois há outra coisa que aqui eu não percebo, mas eu também não sou político, apareci agora aqui, também estou numa fase inicial, estou a aprender, estou num processo de aprendiz, há aqui uma coisa que não entendo que é, isto faz-me lembrar aquela questão matemática da soma nula, ou seja, a autarquia toma uma decisão política que é isentar no fundo estes negócios face aos prejuízos, mas depois tem que dar a devida compensação à EMARP, porque estava contemplado esse valor. A questão aqui que eu lhe pergunto, eu quase que adivinho a resposta, que é, isto decorre da lei, decorre da lei, certo? Decorre, decorre, é uma pergunta que eu deixo, isto decorre da lei, esta compensação que é dada à EMARP? Ou seja, no fundo, a autarquia toma uma decisão, está orçamentado pela empresa dos quais se delega essa competência, mas tem que ser compensado, ou seja, o benefício de um é a perda do outro. Mais, e a autarquia não recebe essa compensação. No fundo, estamos todos nós a pagar e a ser compensados por uma decisão que obviamente as pessoas têm direito, mas há qualquer coisa nesta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



compensação sob o ponto_de vista contabilístico da EMARP que não me faz sentido, e a pergunta que eu digo, mas isso parte do meu desconhecimento é, isto decorre da lei? Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu fiquei um bocadinho perplexo com a explicação que a senhora Presidente deu ainda agora. Bom, para já tenho ideia quando esta questão foi aqui suscitada, creio que em fevereiro, mas posso estar enganado, é uma questão de olharmos para a ata depois, creio que foi aqui dito pelo executivo que ponderavam eventualmente avançar com apoios suplementares para além aqui das isenções das taxas. Agora, verifico que a senhora Presidente de Câmara vem aqui com uma versão diferente, enfim, e quase que nos disse que isto era uma grande benesse que estava aqui a atribuir aos empresários, e eu até fiquei enternecido sobre o assunto, com muita ternura, porque é assim vê-se aqui nesta lista dois empresários, duas empresas por acaso são S.A., nós sabemos todos que têm dificuldades financeiras que são o BCP e o banco BPI. Portanto, eu acho bem que se apoie o BPI e o BCP com esta isenção de taxas, que realmente era aquilo que eles precisavam, porque esta taxa vai-lhe fazer diferença se calhar depois no saldo no final do ano. Agora, a senhora dizer que isto é perigoso abrir aqui um precedente, porque eventualmente depois noutras obras poderão outras pessoas vir pedir compensações, eu peço imensa desculpa, mas qualquer obra que cause impacto significativo na receita e no negócio de operadores económicos deve haver esse princípio da autarquia, de na medida do possível compensar essa perda de receita, e isto não é uma benesse, não é um favor nem é nada de mais que se faça a esses empresários, e mais, estranho muito que a senhora diga que ainda vão ser beneficiados, é que eu não sabia que existiam obras públicas que tinham por destino prejudicar os empresários e os promotores económicos. Era o que mais faltava que se fizesse uma obra que fosse com o intuito de prejudicar alguém senhora Presidente, é claro que toda a gente vai ser beneficiada potencialmente com aquela obra, obviamente. Agora, isso não é critério para não ajudar e não apoiar quem eventualmente demonstre de uma forma evidente, como já disse aqui na intervenção anterior, demonstre uma forma evidente com provas, nomeadamente contabilísticas, que sofrerão um impacto negativo na sua atividade económica devido àquela obra e, portanto, volto a fazer a pergunta, o executivo pondera ou não avançar com mais apoios a estes empresários. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, olhe, em primeiro lugar, eu sou muito capaz, aliás acho que o devemos fazer, de aceitar a proposta do senhor deputado municipal Vítor Couto, de que isto fique a fazer parte do regulamento e, portanto, o regulamento de taxas e licenças. Portanto, fez a parte do regulamento e a partir daí nem tem que vir aqui, acabou, estão isentos e ponto final. Concordo inteiramente, exatamente, concordo inteiramente consigo e escusamos de estar aqui com estas trapalhadas. -----

----- Depois, dizer também que vão ficar isentos até final de agosto, o que não quer dizer que se no final de agosto entendermos que não é suficiente, ou que não houve uma boa recuperação, que não possamos trazer aqui mais dois ou três meses ou até final do ano. Ouçam, não há da nossa parte nenhum



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



constrangimento nisso, nenhum, zero, que fique bem claro. Se até ao final de agosto nós entendermos que a recuperação foi muito fraca, então nós tomaremos a iniciativa de trazer aqui até ao final do ano, sem problema nenhum. -----

----- Depois, o senhor deputado municipal Paulo Canha coloca uma questão, sim senhor, isto decorre do contrato de gestão delegada que nós temos com a EMARP, porque a EMARP sendo uma empresa municipal não pode ter prejuízo durante três anos. Se tiver prejuízos durante três anos tem que fechar, e naturalmente estamos nós a retirar-lhe a verba, não é? Se fossem eles a arcar com este pagamento ao fim ao cabo ou isenção de pagamento, era menos dinheiro que iam receber e, portanto, e há um contrato de gestão delegada que nos obriga a ressarcir a EMARP quando estas situações acontecem, portanto decorre do contrato de gestão delegada. E depois, ó senhor deputado municipal João Caetano, eu sei que o BCP ou o BPI não precisa nada, mas decorre do princípio da equidade. Quer dizer, não podemos dizer este é rico, não damos, o outro é pobre damos, tem falta. Não, é o princípio da equidade, é para todos é para todos, ponto final. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, é só para agradecer as palavras da senhora Presidente e o facto de ter aceite a nossa proposta e olhamos isso com agrado e pode ser que estejamos aqui a iniciar uma nova cooperação até, tendo em vista os interesses sempre da nossa população e do tecido empresarial da mesma. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, muito obrigada senhora Presidente do executivo pelo esclarecimento, a ideia que eu tinha era exatamente essa que decorria da lei. Permita-me que lhe dê um conselho, não estou, nem se pode inferir das minhas palavras que não se deve cumprir a lei, mas esta lei não faz absolutamente sentido nenhum e, portanto, além de na nossa opinião não fazer sentido, a EMARP quando faz um orçamento provavelmente tem em consideração essa delegação de competências que lhe é dada pela autarquia, de as obras estão previstas pela autarquia e provavelmente a previsão do impacto deste tipo de coisas que vai surgir. Portanto, dá-me a sensação às vezes que isto é uma questão de gestão à vista, porque ambos sabiam que estas obras estariam previstas, ambos sabiam que estas obras iam-se executar. Agora, de qualquer das maneiras aquilo que para mim não faz sentido é esta lei e com certeza que a senhora também concordará, aquilo que lhe peço é, junto de quem tem influência que é o partido do governo, junte-se com mais uns quantos e peça para alterar esta lei que esta lei não faz absolutamente sentido nenhum, é o conselho que lhe dou se me permitir. E depois há aqui outra questão que a senhora Presidente também falou agora. Eu sei que não se deve, é o critério, deve-se levar o critério de equidade para todos, mas eu acho que se deve e aqui não pode haver ricos nem pobres, nem se pode pensar porque ser banco é rico e os outros são pobres e, portanto, temos que, ok, eu entendo isso tudo perfeitamente, mas agora estar a dar uma isenção porque determinada empresa tem um anúncio luminoso é que me parece que não faz sentido. Não me faz sentido também é comparar o anúncio luminoso e essa isenção correspondente com alguém que tem uma esplanada, são coisas completamente diferentes e provavelmente aquilo que foi dito aqui a propósito da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



banca ou dos CTT ou das outras coisas que vêm aqui, é porque é que o elemento que é alvo dessa isenção é um anúncio luminoso. Portanto, eu percebo que se há obra as pessoas não passam lá, não veem o anúncio luminoso, não veem o anúncio luminoso, não há publicidade, o marketing não está a funcionar, a empresa não faz dinheiro. Provavelmente é por isso. De qualquer das maneiras a sugestão que deixo senhora Presidente e eu gostava que aceitasse esta sugestão, era ser ainda mais criteriosa, haver um filtro mais criterioso no alvo que aqui está, que é a influência que tem em cada um destes negócios. Muito obrigado, tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só para dar aqui, enfim, não é uma correção, mas uma observação em relação àquilo que a senhora Presidente disse. A senhora Presidente falou em princípio da equidade. Lamento dizer que não será tanto assim, quando muito será princípio da igualdade ou da não discriminação, ou seja, aquilo que a senhora pensou foi que deviam receber todos por igual. Calculo que o princípio da igualdade não é atingido, senhora Presidente. O que a senhora acabou de enunciar aqui chama-se igualitarismo, que é uma coisa diferente de igualdade. Igualitarismo, que é um princípio muito caro à esquerda e a determinadas esquerdas até mais à esquerda do que a sua, é tratar todos pela mesma medida que tenham necessidades ou não. Igualdade é tratar de forma diferente aquilo que é diferente, ou seja, quem tem mais necessidades deve receber mais do que quem tem menos necessidades. Ora, como é evidente, qualquer destes empresários aqui locais que têm empresas e negócios ali terão necessariamente mais necessidade e eventualmente até mais prejuízo de receber apoios nesta sede do que bancos. Eu não sou contra a banca, não sou contra a banca, isso há aqui outras pessoas que têm esse pelouro aqui nesta Assembleia. Eu não sou contra a banca, nem a favor, nem contra. Agora, atribuir-se um apoio da mesma maneira a um banco ou dois que se atribuem a um empresário local que tem um volume de negócios completamente diferente, isso não é igualdade nem equidade, isso é igualitarismo que é uma coisa completamente diferente. Disse. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-d)** Discussão e votação da Minuta de Contrato Programa a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP, EM SA – Isenção das taxas municipais de ocupação de via pública e publicidade para os estabelecimentos comerciais, sítios no largo do Dique e Praça Manuel Teixeira Gomes, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 329/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	1	1	1	0	28
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **Não esteve presente a Senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros.** -----

Não participou na discussão e votação o Deputado Municipal Pedro Mota da bancada do Bloco de Esquerda. -

-----**Foi Aprovada, por unanimidade,** a Minuta de Contrato Programa a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP, EM SA – Isenção das taxas municipais de ocupação de via pública e publicidade para os estabelecimentos comerciais, sítios no largo do Dique e Praça Manuel Teixeira Gomes, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 329/23.** -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-e)** - Discussão e votação do Relatório da consulta pública e do Projeto final de alteração ao Regulamento do Parque de Estacionamento Subterrâneo do edifício Rocha Prime, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 333/23**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ficaram apenas com três dúvidas da leitura do novo regulamento e gostaria que... tenho uma sugestão e duas dúvidas. Primeiro a sugestão, encontrámos no artigo décimo terceiro uma gralha que poderá gerar interpretações erradas de quem leia o regulamento. ----

----- O artigo décimo terceiro diz no primeiro ponto, «a circulação e estacionamento no parque devem ser efetuadas sem conformidade com as regras estabelecidas no código da estrada, regulamentos complementares e sinalização específica». Se é sem conformidade não tem que cumprir as regras do código da estrada. É uma gralha surgir a correção antes de ser aprovado. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que deve ser efetuada em conformidade. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, sim, sim, eu percebi, o S passou para o lado, o S deveria estar, «devem ser efetuadas em conformidade», e o S passou para o lado, o S tem que andar para trás. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que deveria estar no plural também. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, sim. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, eu peço desculpa, foi o S que saltou de um lado para o outro. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, mas pode gerar confusão. Sim, sim, é verdade, é verdade. -----

----- No anterior regulamento, também no artigo décimo terceiro, existia um ponto que era o oito que dizia o seguinte. «Por questões de segurança não é permitida a permanência de pessoas nos veículos depois de estacionados, devendo o utente fechar o veículo». A minha questão é, eliminando este ponto que foi o que aconteceu, é possível eu vir a um destes festivais de verão que vamos ter, pagar oito euros por vinte e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



quatro horas, às seis estaciono o carro, vou ao festival, ele acaba volto para o carro, durmo e saio no dia a seguir do parque. Já não existe a regra, poderei fazer isto. Também é verdade. -----

----- No artigo décimo primeiro no ponto um, o pagamento funciona em regime de autoliquidação à saída em função no tempo. Especificamente diz, «o regime de rotação implica registar a entrada com pagamento à saída em regime de autoliquidação a efetuar em máquina própria em função do tempo de estacionamento», ou seja, eu entro, tiro um talão e quando saio pago antes de sair. Após o momento do pagamento disponho de quinze minutos para retirar o veículo do parque. -----

----- No ponto três, caso o período de estacionamento exceda ou a área que o título respeita, o utente deverá pagar o período de tempo excedente antes de sair do parque numa caixa de pagamento. Não entendo qual período excedente. Se eu entro tiro um talão, passa o tempo, passo o talão e pago. Que tempo excedente? Está confuso, gostaria que me esclarecessem. Dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, eu começaria por questionar se me sabem dizer qual é a taxa média de ocupação deste parque de estacionamento e quais são os custos operacionais que o mesmo implica. Muito obrigado, se for possível mensalmente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, bom, claro que, aqui no artigo décimo terceiro, nós já vimos qual era o problema e, portanto, já está corrigido. -----

----- Depois, no artigo décimo primeiro, naturalmente que é para alguém se pode pagar e depois eventualmente deixar lá o carro, e aí vai ter que pagar o que exceder os quinze minutos como é óbvio, não é, porque há gente para tudo. -----

----- Relativamente à taxa, é assim, a taxa média de ocupação no período de verão é noventa e sete por cento, noventa e sete por cento, nos outros meses obviamente é residual. Os custos operacionais andam à volta de setenta mil euros anuais. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, à parte das gralhas que foram aqui mencionadas e que possam estar nas alterações que vêm aqui agora ser discutidas, o Partido Social Democrata não tem qualquer objeção às mesmas e reconhece até a necessidade de manter as normas atualizadas e alinhadas com as diligências dos dias de hoje. No entanto, não podemos deixar de expressar a nossa profunda decepção com a falta de visão e estratégia de ousadia demonstrada pelo executivo camarário, pelo que se aprovar hoje este documento este será certamente uma oportunidade perdida para rever o tarifário das avenças do Rocha Prime e que fazem parte do mesmo no seu anexo três e creio que também são elas merecedoras de uma profunda reflexão. -----

----- É inadmissível para o Partido Social Democrata que as tarifas praticadas e mantidas neste regulamento sejam superiores, às que praticamente todos os parques de estacionamento privados com a exploração privada nesta cidade. Vejamos. Um cidadão residente em Portimão, e estou a falar este mês, preços retirados este mês, um cidadão residente em Portimão se tiver uma avença no parque de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



estacionamento da Alameda explorado por um operador privado, paga pela avença mensal de vinte e quatro horas, um valor de setenta e um euros. -----

----- Se, por exemplo, for aqui mais próximo da Câmara e se quiser estacionar aqui o carro no largo Primeiro de Maio, também explorado por um operador privado, o mesmo residente paga uma avença mensal de setenta e três euros, ou então se optar até por uma avença anual tem desconto e o encargo mensal baixa para os setenta e um euros. -----

----- Temos neste regulamento uma avença num parque que é explorado por uma empresa pública com fins públicos que cobra cento e vinte euros mensais por este tipo de serviço e, além disso, só está aberto nove meses por ano. -----

----- Mediante os dados que foram agora comunicados pela senhora Presidente, o custo mensal se nós formos dividir os setenta mil euros de custos operacionais a dividir por doze meses dá cerca de vinte euros o custo por cada lugar de estacionamento que o parque tenha. Portanto, nós estamos a pedir cento e vinte, ou seja, seis vezes mais, e este é o cenário que em nosso entender pouco ou nada abona a favor do parque a explorar pela entidade pública. Seria de esperar que um empreendimento público tivesse como objetivo primordial a defesa dos interesses dos munícipes residentes em Portimão. No entanto, ao manter as tarifas desproporcionais, o executivo municipal demonstra uma clara falta de preocupação com o bem-estar dos portimonenses. -----

----- Entendemos que os recursos financeiros são essenciais para garantir a manutenção e o bom funcionamento do Rocha Prime, mas estamos certos até porque os tarifários dos parques explorados por privados isso o demonstram, que com uma gestão eficiente e consciente poderão ser encontradas alternativas para equilibrar as contas sem impor encargos excessivos aos utilizadores regulares. -----

----- É fundamental que este executivo municipal entenda que o papel de uma entidade pública não é gerar o lucro, mas sim garantir serviços de qualidade e que atendam às necessidades dos cidadãos e deste caso dos portimonenses. -----

----- Os preços das avenças do Rocha Prime afetam diretamente a vida de muitos residentes naquela zona, sobretudo aqueles que dependem desse estacionamento para o seu dia-a-dia, seja por residirem na zona, seja por aí desenvolverem a sua atividade profissional e serem vítimas da má política do ordenamento do território implementadas pelo Partido Socialista neste município ao longo das últimas décadas. -----

----- Assim, exortamos o executivo camarário a repensar a política tarifária do Rocha Prime, de modo a encontrar um equilíbrio entre a sustentabilidade financeira daquele parque e os interesses dos seus utilizadores em geral e dos portimonenses em especial. É possível desenvolver um tarifário mais justo e acessível e que não penalize os cidadãos e incentive até o uso do seu espaço público. Como foi muito bem aqui dito, o uso é residual na esmagadora maioria dos meses, ou seja, podemos de facto fazer aqui uma promoção, podemos de facto baixar o preço e incentivar as pessoas, porque as pessoas que não estacionam lá é porque não têm dinheiro para isso, porque de facto naquela zona há muita falta de estacionamento, acho que aqui estamos todos de acordo. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Assim, o Partido Social Democrata compromete-se a acompanhar de perto e dora em diante esta questão e em caso de inércia do executivo, por ser nosso dever também assegurar as políticas municipais que sejam orientadas para o bem comum e para a melhoria da qualidade de vida da população na cidade, coibir de apresentar uma proposta de revisão estatutária em defesa dos interesses dos portimonenses e na linha do que já foi aqui anteriormente referido. Muito obrigada pela atenção e contem connosco para lutar sempre por um tarifário justo e adequado aos interesses dos portimonenses. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu, enfim, mais do que fazer proclamações, queria aqui centrar a intervenção no documento que estamos aqui a discutir e queria começar por dar aqui uma nota de estranheza em relação aqui à documentação que nos foi entregue, porque fala-se aqui no projeto de alteração ao regulamento e aquilo que veio foi um regulamento alterado, o que dificulta enormemente o trabalho de quem está nesta Assembleia a discutir e a votar estes documentos e manifestamente torna esta documentação incompleta, porque nem sequer nos foi entregue a justificação para ser alterado este regulamento. Vem uma versão alterada, nós ou pegávamos no regulamento que está em vigor ainda e neste que vem aqui íamos artigo a artigo ver as diferenças vírgula a vírgula, ou então, não percebíamos qual era a alteração e, portanto, eu acho que a discussão deste ponto devia ter começado por uma intervenção do executivo, nomeadamente da senhora Presidente, a explicar de forma, enfim, não digo detalhada, mas pelo menos de alguma forma circunstanciada qual é o objeto desta alteração. Isso era o mínimo, digamos, acho que era o mínimo razoável. Porque não vem aqui documento nenhum, não vem aqui relatório nenhum que apresente as principais alterações ao regulamento nem, enfim, fundamente essas alterações, e depois fala-se aqui no relatório da participação pública infelizmente, mas isso, enfim, é hábito, já vem sendo hábito, infelizmente não houve participações e, portanto, o relatório não há relatório. Portanto, devia haver aqui uma informação, um documento qualquer que fundamentasse e identificasse nem que fosse de uma forma mais genérica quais são as principais alterações ao regulamento. Isso não veio aqui. Portanto, eu gostava que a senhora Presidente aqui dissesse até para ficar na ata, quais são os pontos fundamentais que versam essa alteração. Era só isso. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que gostariam também de saber e como disse aqui o senhor membro da Assembleia João Caetano, qual foi o motivo realmente de alteração deste regulamento que está em vigor, uma vez que este novo regulamento que vem não é acompanhado realmente do regulamento anterior para percebermos as alterações. De uma nota justificativa aqui da alteração que vem acompanhando este projeto de alteração, retiramos aqui que este novo tarifário se prende com o acréscimo e a expansão turística e, portanto, que leva a que segundo entendemos que leva à alteração destas tarifas, e também vêm aqui alegando também a inflação e os fatores negativos da guerra. Gostaria aqui de perguntar se esse percalço da grande pressão turística, se estão a pensar prever alguma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



isenção para os residentes, porque os residentes realmente serão os mais prejudicados e que necessitam de estacionamento que é escasso naquele espaço. -----

----- Depois, gostaria também aqui de fazer uma pergunta também aqui no artigo oito, o porquê de no artigo oito número cinco, qual a razão de se poder ainda estabelecer protocolos, acordos ou contratos com pessoas coletivas e/ou singulares, com vista à prática de regimes especiais e realizar campanhas promocionais, com vista ao aumento da procura respeitando os limites máximos das tarifas. Não entendemos este ponto, uma vez que se há esse aumento turístico o que é que tem a ver estabelecer estes protocolos para realizar campanhas promocionais com vista ao aumento da procura, respeitando limites máximos de tarifas. Era uma pergunta que eu gostava de ver esclarecida. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, isto para concluirmos o debate sobre esta deliberação, desculpem se a minha pergunta é um pouco descabida. Como novato nestas andanças, gostaria de saber por parte do município como é que se conseguiu introduzir numa obra, num empreendimento privado, como é que a Câmara conseguiu ser proprietária dos três ou quatro pisos subterrâneos da Rocha Prime. Se houve benesses de parte a parte, se houve isenções de taxas de construção para que a Câmara pudesse construir os pisos de estacionamento. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que vai só fazer aqui um pequeno esclarecimento. Quando se referiu ao executivo como um município, município é a pessoa coletiva que é constituída por dois órgãos. Câmara Municipal o órgão executivo, Assembleia Municipal órgão deliberativo. A pessoa coletiva é o município. A quem se dirigiu o senhor deputado, é ao executivo municipal, à Câmara Municipal. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, peço desculpa. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não, é só para explicar. Como disse que era novato e estamos todos a aprender e muitas vezes há pessoas que fazem essa... e, portanto, o município é a pessoa coletiva que tem dois órgãos, neste caso até três, a senhora Presidente da Câmara Municipal é um órgão com poderes próprios e, portanto, há três órgãos na lei das autarquias locais. -----

----- Relativamente às questões postas, a senhora Presidente responderá. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, obviamente não tenho muito a explicar. Relativamente ao documento apresentado pelo senhor deputado municipal Vítor Couto e que está muito bem elaborado e de facto faz aí já um, como é que eu hei-de dizer? Um pouco de campanha ou pré-campanha. Bom, aquilo que eu lhe posso dizer é o seguinte. A Solverde tem um tarifário lá também no parque coberto de cento e oitenta euros. Esqueceu-se de referir esse, de cento e oitenta euros, e mais, este é o tarifário que está em vigor, e sabe uma coisa? É que foram feitas campanhas junto dos residentes para se venderem a preços mais baixos logo na altura em que se abriu e não apareceram. E sabe outra coisa? Mesmo a este preço a maior parte das avenças são



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



compradas pelo alojamento local que depois revendem muito mais caro, revendem muito mais caro portanto, e, mais e se tivéssemos mais lugares para avenças por este preço, mais avenças teríamos. Portanto, isto que fique bem claro que é para que não haja qualquer sombra de dúvida. -----

----- Depois, o senhor deputado João Caetano pergunta, olhe, eu o que lhe posso dizer é que leia a nota justificativa, está lá tudo. -----

----- Senhora deputada municipal Maria de Lurdes, qual foi o motivo, está na nota justificativa, e depois obviamente que quando fala nas campanhas, é sobretudo campanhas para residentes e para hotéis que eventualmente queiram adquirir e haver ali uma negociação de preços haver, nunca pode ser acima deste preço obviamente, mas poder haver aqui algum ajustamento em termos sobretudo dos residentes. -----

----- O senhor deputado Mário Espinha, eu não lhe sei responder, porque quando cá cheguei aquilo já era nosso, portanto não faço a menor ideia, peço desculpa. -----

,----- Como é que a Câmara teve acesso àqueles pisos? Eu não sei sinceramente, aquilo já era nosso quando cá cheguei, estava negociado, não faço a menor ideia, portanto não lhe vou responder aquilo que não sei. Já estava registado inclusivamente, está-me a dizer o Dr. Pedro Romão, já estava registado em nome da Câmara. Muito obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhora Presidente, nas regras urbanísticas há sistemas de compensação. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, ó senhora Presidente, eu não sei. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não, estou eu a dizer, estou eu a dizer e em termos de compensação, ou pagam em taxas, ou podem dar dação em pagamento determinados bens e, portanto, o que terá acontecido na altura terá sido o pagamento neste caso num parque de estacionamento. Não é esquisito, eu própria como vereadora fiz em habitação a custos controlados, em que em vez do promotor pagar as taxas urbanísticas entregou apartamentos, por exemplo. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, senhora Presidente, quanto à provocação da campanha eleitoral, ela certamente estará longe a menos que o seu companheiro António Costa esteja para cair em breve, não sei se tem alguma coisa a dizer sobre o assunto. -----

----- Quanto àquilo que nos traz aqui hoje e isso é que é importante, que é discutir os problemas dos portimonenses, a senhora Presidente vem falar de um parque de estacionamento da Solverde e muito bem que tem de facto a tarifa de cento e oitenta euros mensais, mas eu quero-lhe recordar que a Solverde certamente o seu core business não é vender lugares de estacionamento. Aliás, eles precisam deles para os seus clientes e, portanto, aquilo é um extra e, portanto, metem o preço que assim entendem. Mas olhe, eu também fiz o trabalho de casa e a cinquenta metros do Rocha Prime tem outro parque de estacionamento, mais ou menos a cinquenta metros do Rocha Prime tem outro estacionamento e sabe qual é por acaso a avença mensal desses parques de estacionamento? São noventa euros, senhora Presidente, um parque



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



completamente privado, construído por privados e explorado por privados. Portanto, esse argumento que a senhora Presidente veio aqui trazer cai por terra. Contudo, esse argumento também não colhe junto da nossa bancada, porque é assim, daí eu ter perguntado primeiro quais eram os custos operacionais e volto a repetir aquilo que disse há um bocado. Eu acho que o importante não é gerar lucro, é acima de tudo equilibrar as despesas, as receitas e o interesse dos nossos munícipes. Como lhe disse há um bocado, tendo em conta as contas dadas por vocês à qual eu só fiz a operação matemática da divisão, dá um preço de custo de cerca de, muito pouco superior a vinte e poucos euros por lugar mensal. Nós estamos a levar cento e vinte senhora Presidente, nós estamos a levar cento e vinte, estamos a levar seis vezes mais, não há necessidade disso. -----

----- Outra coisa, a senhora Presidente falou aqui uma coisa bastante grave. Alega a senhora Presidente que tem conhecimento de pessoas que têm alojamentos locais que fazem negócio com o parque, ou seja, compram o lugar e depois subalugam. Isso é crime, é especulação, a senhora Presidente tem obrigação de anunciar isso às entidades oficiais, eu espero que o faça já que tem esse conhecimento, acho que o deve fazer e incentivo-a a fazer, porque de facto se alguém anda a explorar as coisas que não são suas, acho que devem ser denunciados. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, por acaso a senhora Presidente já respondeu àquilo que eu queria perguntar ao senhor deputado do PSD, que era saber o preço que custa o parque do hotel Algarve, estava a dizer que se paga mais, eu também acho, sou da mesma opinião, acho que se devia pagar o mesmo em todo o concelho, isso não é possível, há uns privados e outros não, mas acho que este preço também é um preço justo para quem possa adquirir e mais a mais como a senhora Presidente já disse, eu estou aqui a defender um bocado o PS, mas isto também me revolta um bocado, porque no fim de contas depois estes lugares são subalugados e a gente sabe disso. Só quem não viaja, quando vai para um hotel a gente vai pagar, isso já aconteceu várias vezes se calhar com muitos de nós, o próprio estacionamento aluga por oito euros, por exemplo, para ficar um dia e depois a gente vai pagar num hotel vinte ou trinta euros e então beneficiar disso. Eu acho que o preço é justo, o regulamento está dentro dos conformes dos outros que já estão aqui, por isso não me parece que seja tão estranho isso. Agora, o que devia haver mais era mais estacionamento deste. Está aqui tanta construção na praia da Rocha, que devia de haver mais negócios entre a Câmara e os promotores destas novas construções para haver mais estacionamento deste tipo. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, bom, começando pelo fim, ó senhora Presidente, eu realmente fiquei um bocadinho espantado com essa história da traficância de avenças. Então, quer dizer, há uma entidade que compra uma avença e revende depois com lucro a outras entidades. Foi isso que a senhora disse aqui, isso no âmbito da atividade do alojamento local. Isso, enfim, eu não vou dizer se é crime ou não de especulação, mas é preocupante no mínimo e sabendo a Câmara que há este tipo de negócio à conta das avenças que são compradas aos valores que tem aqui no regulamento, eu pergunto



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



porque é que não há aqui uma norma que eventualmente previna esse tipo de práticas, nomeadamente dizendo-se ou prevendo-se aqui no regulamento que as avenças têm que ser compradas em função de uma determinada matrícula de uma viatura, ou de duas matrículas de duas viaturas se for, por exemplo um casal que tenha duas viaturas e queira pôr um carro ou o outro. Se realmente sabem que há esse problema e esse tipo de prática ilícita, pois o regulamento devia prorrogar aqui uma norma para combater essa realidade. E depois em relação à nota justificativa, a senhora realmente mandou-me ler e eu agradeço o concelho. Sucede que o teor da nota justificativa é no mínimo equívoco, para não dizer que é altamente duvidoso. Eu vou ler assim duas passagens só para perceber o que é que eu estou aqui a falar, vou passar a citar, «as alterações que agora se introduzem, visam essencialmente conferir uma maior celeridade no processo decisório relativamente à aprovação do tarifário. Efetivamente, sendo esta uma competência atribuída por lei à Câmara Municipal, faz todo o sentido que a aprovação do tarifário seja devolvida ao órgão executivo municipal competente, proporcionando uma gestão mais próxima da realidade», fim de citação. Eu fiquei na mesma, fiquei na mesma e lendo isto não percebo qual foi a norma introduzida ou a alteração introduzida que visa agilizar o processo de aprovação do tarifário ou da alteração do tarifário, daí a necessidade que eu disse na intervenção anterior de haver aqui um documento, uma nota justificativa que elucidasse quem está aqui a apreciar este documento sobre a necessidade de alterar o regulamento, porque olhando para esta nota justificativa eu, mas se calhar é uma incompetência minha senhora Presidente, eu fiquei na mesma e, portanto, volto aqui a dizer, seria melhor que viesse o tal documento. Não veio e a documentação nessa medida é manifestamente insuficiente. Se calhar devíamos ter começado por uma intervenção sua explicando o que é que está aqui em causa em lugar de nos mandar ler a nota justificativa. Disse. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, para dizer que a pergunta que iria fazer já foi colocada pelo deputado João Caetano. Reforço a pergunta, sabendo como a senhora Presidente disse que há quem compre as avenças para as revender, aproveito para responder ao deputado João Caetano já está previsto no regulamento que isso não aconteça. A transmissão do título de estacionamento a terceiros terá como consequência a apreensão do referido título e impede o utente de beneficiar de novo título por período que pode ir até um ano. Logo, se sabemos que acontece porque é que não utilizamos o que está previsto no regulamento contra? Disse. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, isto é muito rápido, são dez, vinte segundos, sendo certo que o valor que está aqui é o valor que já estava em 2020, mas também é certo que em 2015, quando o anterior regulamento foi aprovado, a avença custava sessenta e cinco euros. Se eu usar e usarmos o índice de preço ao consumidor e atualizar esses sessenta e cinco euros, esses sessenta e cinco euros, segundo o Instituto Nacional de Estatística, dá setenta e três euros e trinta e cinco cêntimos. A pergunta que eu faço, é porque é que é necessário os cento e vinte euros, porque é que se calcula em cento e vinte euros? Se em 2015 era possível manter aquele parque por sessenta e cinco euros, porque é que agora nós temos que pagar cento e vinte e não os setenta e três atualizando ao índice de preço ao consumidor. É só esta a pergunta que eu faço. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, muito rapidamente e telegraficamente, aquilo que eu vou dizer e isto refere-se a uma questão colocada por vários membros, era sobre este abuso por parte do alojamento local. Isso acontecia quando era a sessenta e cinco euros, agora a cento e vinte euros, não damos conta de que isso aconteça. Agora, quando era a sessenta e cinco euros sim. Portanto, que fique aqui bem claro que de facto este aumento também impediu esta especulação e, portanto, impediu que isso acontecesse. -----

----- Depois, quando se fala aqui, o senhor deputado municipal diz que o órgão executivo municipal proporcionando uma gestão mais próxima da realidade no que concerne à fixação do tarifário em função do contexto económico e consequentemente de procura. Portanto, tendo em vista o contexto económico e a procura, obviamente poder-se-á alterar o tarifário. Portanto, é isso que está aqui dito e, portanto, era isto, não tinha mais nada, era em torno de facto dos cento e vinte euros e dos sessenta e cinco euros anteriores. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, é assim, ainda bem que o aumento de tarifário resolveu esse problema e ficamos todos mais descansados que agora já não há a prática desse crime no município, mas isto continua a não invalidar o problema que nós temos. É assim, aquilo que nós gostávamos de ver proposto e que estamos aqui a propor é que haja uma tarifa para residentes. Residentes não são pessoas que têm alojamento local como é lógico, não é? São pessoas que residam e que têm morada permanente naquela habitação, e é isso que nós estamos a propor, porque não me choca sinceramente os cento e vinte euros e os outros preços que estão na avença para funcionar para os turistas e para aqueles que nos vêm visitar, porque nós lá fora gastamos muito mais e cobram-nos muito mais, isso não me choca nada. Agora, para os portimonenses e para as pessoas que lá trabalham, eu acho que devia de haver uma atenção e vejo uma margem financeira muito grande neste projeto para ser assegurada essa baixa de preços para os portimonenses e é isso que nós estamos aqui a pedir, não estamos a falar para o público em geral, sabe? Há-de reparar que na minha exposição de há um bocado eu falei de residentes, tarifas para residentes e era aí que nós gostávamos de ver o tarifário ser alterado, ir para um preço mais justo e um preço acima de tudo que seja acessível às pessoas que vivem naquela zona, porque se nós formos, mesmo alguém que tenha um salário líquido de mil euros, cento e vinte euros são doze por cento desse salário. Estamos a pedir muita coisa para a pessoa estacionar um carro e nós sabemos a dificuldade que é estacionamento naquela zona. Está esgotado o tempo, muito obrigado, Está tudo dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, não, o senhor deputado municipal Ricardo Viana, é exatamente isso que nós estamos a solicitar, senhor deputado municipal, é a possibilidade de nós Câmara, podermos começar a fazer esse tipo de campanha junto dos moradores dos residentes e alterar a tarifa. Está a ver? É isso que nós estamos a pedir, não, não, cento e vinte é o máximo, agora, isso não impede que façamos campanhas ao longo do ano e que, por exemplo, x por cento dos lugares sejam para residentes e a tarifa é tanto, é metade



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ou é setenta, ou é oitenta, é isso que nós estamos a pedir, que nos deem essa capacidade de decisão. Não, não, está, está, desculpe e em função e no número cinco do artigo oitavo está lá, está lá e, portanto, nós ficamos exatamente com essa capacidade de fazer esse trabalho, de x por cento dos lugares ficarem para residentes e terem uma tarifa diferente. Portanto, é isso que nós estamos a pedir no fundo, é essa capacidade de decisão, tal como tivemos, não sei se se recorda na altura do Covid que isentámos o pagamento de tudo. Está a ver? E não teve que vir à Assembleia Municipal. Nós tomámos essa decisão, é essa capacidade de decisão que nós estamos a pedir neste momento e que depois será dado conhecimento à Assembleia Municipal como é nossa obrigação como é óbvio. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, realmente aqui a inscrição e a intervenção vem no momento certo, porque vou pegar exatamente naquilo que a senhora Presidente acabou de dizer e agradeço exatamente a sua intervenção que acabou de fazer. Ora, pegando nas suas palavras, alterando-se aqui o regulamento hoje, passa a ser competência da Câmara aprovar qualquer alteração de tarifário em relação a este parque, sendo que estas tarifas, no fundo, são taxas que a Câmara cobra pelo estacionamento naquele parque. São tarifas, são, são taxas de estacionamento. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para perguntar se são tarifas ou são taxas? São classificações diferentes. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, e a competência legal para determinar o valor das taxas não pertence à Câmara, pertence à Assembleia. Não, não, é uma taxa senhora Presidente. --

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não é não, não é senhor deputado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ou é uma taxa, ou há uma taxa, ou há um imposto. Aqui é uma taxa, como é evidente, é uma retribuição que se paga pela utilização de um equipamento e, portanto, é uma taxa. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, eu explico-lhe a diferença. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, não, não, eu posso explicar, enfim, a diferença é exatamente esta, a diferença é exatamente esta. Portanto, esta competência que está aqui a ser retirada à Assembleia, legalmente pertence a este órgão e como a senhora Presidente agora disse, aprovando-se aqui este regulamento o que passa a acontecer é o seguinte. A Câmara, o executivo da Câmara Municipal altera a seu critério o valor das taxas a cobrar e dá conhecimento à Assembleia, portanto está a subtrair uma competência que é da Assembleia e de acordo com a lei 75/2013, artigo vinte e cinco, número um, alínea b), é uma competência própria da Assembleia, eu vou ler, «aprovar taxas o município e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



fixar o respetivo valor». É tão somente isto. Portanto, esse é que é o problema e se calhar de alguma forma explica este arrazoado que vem aqui na nota justificativa. Este arrazoado que vem aqui que eu chamei equívoco, é uma baralhação para não dizer uma coisa muito simples. Trata-se de retirar uma competência que é da Assembleia, ponto final parágrafo e passa a ser da Câmara e a Assembleia passa a ter conhecimentos, deixa de ter competência para fixar o valor das taxas como tem até hoje relativamente a este parque de estacionamento e que passa a ser a Câmara e, portanto, nós não estamos de acordo com isto porque isto não respeita a lei, senhora Presidente. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, desculpe lá ó senhora Presidente, posso? Não, é que quer dizer então ainda bem que isto está a ser gravado. Então o senhor diz que isto não respeita a lei? Está feito de acordo com a lei. O senhor que é jurista, ou melhor, não é jurista é jurista sim, não é advogado, é jurista, não é advogado, é jurista, o senhor que é jurista tem a coragem de dizer que isto não cumpre a lei? Bem, então o senhor fica gravado e depois nós vamos discutir isto, tal como vamos discutir se isto é uma taxa ou uma tarifa e agora é assim, obviamente que por lei é possível fazer isto. Estão fixadas as tarifas máximas, máximas, não podemos ultrapassar as máximas, não pode ser ultrapassada a máxima, pode é ser diminuída, isto é, podemos eventualmente diminuir o valor destas tarifas para os residentes. Agora, a tarifa máxima não pode ser ultrapassada, é esta que está aqui e, portanto, por muito que o senhor se esprema e se exprima para dar ideia do contrário, não consegue, porque é assim porque é assim mesmo e ponto final. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, pondo a situação de falarem os residentes para terem aqueles espaços, porque é que o parque não está aberto o ano todo? Se tivesse o ano todo se calhar tinham lá residentes. Ai, já está? Já não está os nove meses? Pronto, assim já faz sentido. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu sem me espremer não vale a pena até porque se calhar corria mal, vou-me exprimir... bom, estou eu a dizer já a avisar, eu espremendo-me se calhar corre mal, vou-me exprimir da forma mais clara que conseguir para esclarecer aquilo que a senhora Presidente acabou de dizer. Portanto, exprimindo-me claramente em português corrente e claro, lei das finanças das taxas das autarquias locais, 53E/2006. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que não é taxas, é tarifas. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, estava eu a dizer que a lei 53E/2006, regula as taxas cobradas pelas autarquias locais diz assim no artigo terceiro, «as taxas das autarquias locais são atributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens no domínio público e privado das autarquias locais, ou na remoção de um obstáculo jurídico». Portanto, estamos aqui a falar da utilização de um bem público que é, neste caso já foi aqui falado a forma como foi



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cedido ao património público o parque de estacionamento, estamos a falar de uma taxa que é paga pelo uso através do estacionamento automóvel de um bem que é público, isto é uma taxa, aqui, em qualquer lado em Portugal, seja gerida pelo PS, pelo PSD, por quem quisermos, é uma taxa. Chamar-lhe tarifa como é aqui feito um projeto de regulamento, enfim, é um eufemismo, porque ou é uma taxa ou é um imposto, um imposto obviamente que não é, portanto, é uma taxa e sendo uma taxa eu volto a dizer aquilo que disse na intervenção anterior, é uma competência própria da Assembleia Municipal fixar o valor e as alterações para os montantes, seja para manter ou para baixar, ou para aumentar como é evidente e, portanto, nessa medida e volto a dizer senhora Presidente com todas as letras e discuto consigo esta questão onde a senhora quiser, é uma taxa e esta proposta que aqui vem é ilegal porque viola a lei 75/2013 e retira uma competência que é própria da Assembleia Municipal. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhora Presidente eu peço desculpa, mas eu tenho que intervir, eu sou Presidente da Assembleia Municipal, sou responsável também por todos os procedimentos. Eu sei senhora Presidente, mas permita-me vou intervir na mesa na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. Senhor deputado, o facto de ser Presidente da Assembleia Municipal dá-me poderes, nomeadamente de poderes de convocatória dos assuntos que vêm aqui, e se os assuntos estiverem feridos de legalidade, obviamente eu enquanto Presidente da Assembleia Municipal não devo convocá-lo, não devo fazer a convocatória e não devo indicar esses assuntos. Ora, este assunto suscitou-se aqui uma dúvida, obviamente que a senhora Presidente tem a posição que já assumiu, é Presidente do executivo, nós somos como o senhor deputado disse e muito bem órgão deliberativo e órgão que tem competência exclusiva e em determinadas matérias, nomeadamente nos regulamentos tem competência exclusiva, a Câmara Municipal não pode alterar os regulamentos sem que eles venham à Assembleia Municipal. Só que o senhor deputado está aqui a levantar uma questão do carácter da tarifa ou da taxa. Leu muito bem a definição daquilo que é taxa, leu muito bem a definição daquilo que é taxa, mas não fez a distinção entre taxa e tarifa, e eu gostaria que o senhor deputado fizesse a distinção entre taxa e tarifa, porque ela também existe essa distinção, como existe a distinção entre imposto, taxa e tarifa. A tarifa daquilo que eu aprendi e por isso é que eu não permitirei que se vote alguma situação em que se ponha em causa a legalidade do voto, porque aí enquanto Presidente da Assembleia Municipal eu estaria também a votar a ilegalidade. Ora, fui eu que fiz a convocatória, a mesa é responsável pela convocatória, eu não posso pactuar com essa questão da ilegalidade daquilo que estamos a votar e, portanto, as taxas municipais são da competência exclusiva da Assembleia Municipal, as tarifas não são da competência exclusiva da Assembleia Municipal. O regulamento das tarifas, sim, tem que vir aqui como veio este e muito bem. Agora, a Câmara Municipal tem o poder de alterar as tarifas. Altera as tarifas das piscinas municipais, altera as tarifas dos preços que são praticados no teatro municipal, altera as tarifas. Qual é a diferença entre uma taxa. Uma taxa é da competência exclusiva do município. Não, não, a taxa é da competência exclusiva do município, a tarifa não é, qualquer privado pode ter um parque de estacionamento, qualquer privado pode ter uma piscina e, portanto, isso são tarifas. Agora, as taxas que era



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aquilo que nós estávamos a falar ainda agora em termos de compensação, só foi feita a compensação em géneros, digamos assim num bem que foi o estacionamento Rocha Prime, porque a lei permite a entrega do bem e, portanto, poderia ser por taxa, por um valor ou por um bem e foi pelo estacionamento e bem, acho que foi um excelente negócio que o executivo fez na altura, não sendo eu a vereadora responsável pelo mesmo, não conheço os termos, mas provavelmente votei e votei muito bem. Isto para dizer o seguinte. A senhora Presidente está cheia de razão, a EMARP tem uma delegação de competências para uma tarifa e está a pedir a agilização que essa tarifa seja alterada no executivo municipal que tem competência para o fazer e, portanto, nós vamos fazê-lo com a consciência tranquila que estamos a cumprir a lei, portanto que é a lei das tarifas e não a lei das taxas municipais. Essas, sim, têm que vir todas aqui e vêm. Eu como Presidente da Assembleia Municipal não posso, ... -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para perguntar e, por exemplo, o IMI? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, é o mesmo, mas aí é um imposto, é um imposto, mas as taxas, por exemplo, as taxas urbanísticas, quem é que tem a competência de licenciamento das taxas urbanísticas? Só existem as câmaras, mais ninguém pode licenciar e, portanto, as taxas têm uma norma que tem que vir à Assembleia Municipal. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, eu não me vou pôr nessa discussão porque eu não sou jurista, não sou advogado, portanto... mas uma coisa é certa, nós há um bocado tivemos aqui a ver um parecer da CCDR centro, em que o autor daquele parecer vai um bocado contra aquilo que o executivo e, que a senhora Presidente acabou de dizer, mas isso não interessa não é isso que interessa aos portimonenses. O que interessa aos portimonenses é que a taxa ou a tarifa baixe e é por isso que o PSD se quer bater e ficar muito agradado por aquilo que a senhora Presidente há um bocado disse que vai ter isso em conta e que vai poder fazer essas promoções e o PSD aqui fica para verificar essa baixa, senão ele próprio propor, seja aqui, seja na Câmara, seja onde quer que tenha de ser. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, queria só pedir um esclarecimento muito curto. A senhora falou aí em lei das tarifas, e eu gostava que a senhora identificasse que lei é essa, eu conheço a lei das taxas das autarquias locais, não conheço nenhuma lei de tarifas, sinceramente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, olhe eu vou, há um regulamento de tarifas neste município e há uma lei habilitante para as tarifas e, portanto, eu neste momento não vinha preparada para lhe dar uma lição sobre tarifas e taxas, mas farei o gosto de lhe fazer chegar isso, se faz favor. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-e)** - Discussão e votação do Relatório da consulta pública e do Projeto final



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de alteração ao Regulamento do Parque de Estacionamento Subterrâneo do edifício Rocha Prime, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 333/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	2	0	1	0	8
VOTOS CONTRA	0	0	3	2	0	1	0	0	6

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **Não esteve presente a Senhora Deputada Municipal Independente Ângela Quadros.** -----

----- **Foi aprovado, por maioria,** o Relatório da consulta pública e do Projeto final de alteração ao Regulamento do Parque de Estacionamento Subterrâneo do edifício Rocha Prime, nos termos da Proposta -

Deliberação de Câmara nº 333/23. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, senhora Presidente, é assim, eu por acaso não vi e era para lhe ter perguntado, mas, enfim, passou-me, que é a questão, a senhora disse há pouco que era a equidade em relação àquela questão da isenção das cadeiras, dos parques, dos reclames e essa coisa. Eu pergunto-lhe eu trabalho numa cooperativa que se chama Caixa de Crédito Agrícola Mutuo, cooperativa essa, Caixa essa que tem a sua e é banco e não estou aqui a pedir nada para a Caixa, porque a Caixa felizmente não precisa, mas em termos de equidade se existe o BPI que recebe, se existe o Banco Comercial Português que recebe, a Caixa Agrícola tem a sua instalação na praça Manuel Teixeira Gomes, Ah! no largo do Dique, desculpe, tal como outros que estão aqui. Se há equidade, se houve equidade, porque é que a caixa não está aqui. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, eu respondo-lhe já. A ideia que têm, mas vamos verificar essa questão é que está no domínio da APS, da autoridade portuária de Sines e nós aí não podemos mandar, são eles atenção. Não, não, a Câmara não, porque nós também não cobramos. Ó senhor deputado municipal Natalino, a questão que colocou não tem nada a ver com o facto de lá trabalhar ou deixar de trabalhar, tem a ver com a equidade, e se os outros bancos foram isentados, também aquele deveria ser, vamos ser claros. O que me estão a dizer aqui é que eventualmente esse banco não apareceu na nossa listagem de pagamentos pela razão de que ainda estará no domínio da APS e, portanto, os pagamentos serão efetuados à APS. Mas pode ter a certeza que nós vamos verificar, e se formos nós que recebemos pode ter a certeza que será isentado como os outros. Está? Eles estão-me todos aqui a dizer que está na APS, mas pronto vamos ver. Obrigada. Não, interessa, interessa, obrigada. -----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e três horas e nove minutos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 2 reunião da 3ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e três, realizada no dia dezasseis de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



junho, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias_____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)